

Instituto Brasileiro de Museus

RELATÓRIO DE GESTÃO

exercício 2021

SUMÁRIO

Mensagem do Presidente do Instituto Brasileiro de Museus	8
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	12
1.1 - Identificação do Ibram	13
1.3 - Modelo de Negócios.....	16
1.4 - Legislação	19
1.4.1 - Principais normativos que impactam a área técnica museológica publicados em 2021	21
1.5 - Políticas e Programas de Governo	23
1.6 - Relação com o ambiente externo e destinatários dos bens e serviços	25
2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	28
2.1 - Gestão de riscos corporativos	28
2.2 - Plano de Riscos da Integridade	29
2.4 - Monitoramento da ferramenta de planejamento estratégico dos museus Ibram e seus desdobramentos	35
2.5 - Programa de Preservação e Segurança: gestão de riscos dos museus Ibram.....	39
2.6 - Movimentação de Bens Culturais Musealizados no Brasil e no Exterior	41
2.7 - Plataforma Museusbr	41
2.8 - Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados (INBCM)	42
2.9 - Recomendações - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	43
2.10 - Entregas do Acórdão TCU 1243/2019	44
2.11 - Comitê Correcional.....	45
2.12 - Desafios e perspectivas para a gestão institucional	45
2.13 - Cenário para 2022.....	48
3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	49
3.1 - Apoio da estrutura de governança à capacidade do Ibram em gerar valor	49
3.1.1 - Estratégia 1: Preservação, difusão e acesso	50
3.1.2 - Estratégia 2: Sustentabilidade (social, cultural, econômica e ambiental)	51
3.1.3 - Estratégia 3: Geração e difusão de conhecimento	52

3.1.4 - Estratégia 4: Gestão, normatização e regulação	54
3.1.5 - Estratégia 5: Governança Interna	55
3.1.6 - Estratégia 6: Suporte.....	56
3.1.7 - Estratégia 7: Gestão de Pessoas.....	56
3.2 - Outras ações do Ibram.....	57
3.3 - Publicações	66
4. AÇÕES DE GOVERNANÇA INTERNA	68
4.1 - Gestão de Pessoal.....	68
4.1.1 - Avaliação da força de trabalho	68
4.1.2 - Desenvolvimento de pessoas	77
4.1.3 - Despesas de pessoal	84
4.2 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal	86
4.2.1 - Recomposição dos quadros	87
4.2.2 - Principais desafios da Gestão de Pessoas para 2022.....	89
4.3 - Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários.....	90
5. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	93
5.1 - Principais Ações de 2021	93
5.1.1 - Governança e Normas de TIC	93
5.1.2 - Sistemas e Plataformas.....	95
5.1.3 - Segurança da Informação	96
5.1.4 - Contratações de TIC	96
5.1.5 - Principais desafios para 2022	97
6. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	98
6.1 - Conformidade legal	98
6.2 - Detalhamento das despesas nas licitações	99
6.3 - Detalhamento nas Contratações das Despesas	100
6.4 - Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos.....	102

7. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	103
7.1 - Conformidade legal	103
7.2 - Gestão Patrimonial	103
7.3 - Gestão de Infraestrutura	104
8.1 - Informações Orçamentárias	105
8.1.1 - Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da unidade	105
8.1.2 - Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa	108
8.2 - Informações financeiras e contábeis	130
8.2.1 - Apresentação do Contexto Operacional	130
8.2.2 - Rol de Responsáveis	131
8.2.3 - Declaração do Contador	131
8.2.3 - Ressalvas	133
8.2.4 - Declaração	135
8.3 - Demonstrações Contábeis	136
8.3.1 - Balanço Patrimonial	136
8.4 - Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis	145
8.5 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	146
8.6 - Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais	150
8.6.1 - Principais mudanças nas práticas e procedimentos contábeis	151
8.6.2 - Acesso à Informação - Publicação das DCON	151
8.6.3 - Notas Explicativas dos Itens das Demonstrações Contábeis	151
8.7 - Outras Informações Relevantes	166
8.7.1 - Resultado Acumulado (Ajustes de Exercícios Anteriores)	166
9. COMPETÊNCIAS	167

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Museus Ibram.....	12
Figura 2 - Organograma do Ibram.....	14
Figura 3 - Estrutura de Governança do Ibram.....	15
Figura 4 - Formulário de Visitação Mensal.....	18
Figura 5 - Cadeia Integrada de Valor do Ibram.....	23
Figura 6 - Mapa Estratégico do Ibram.....	24
Figura 7 - Mapa Estratégico do Ibram.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cargos em Comissão e Funções de Confiança do Ibram em 2021.....	73
Tabela 2 - Solicitações para autorização de concurso no Ibram (2013 a 2022).....	76
Tabela 3 - Despesa de Pessoal do Ibram, por situação funcional (2018 a 2021).....	85
Tabela 4 - Composição do Quadro de Estagiários em 2021.....	91
Tabela 5 - Dados Gerenciais de 2021 (Estágio Estudantil).....	91
Tabela 6 - Valor gasto com estagiários em 2021 (R\$).....	92
Tabela 7 - Obrigações Contratuais em 2021 (por UF).....	102
Tabela 8 - Dotações à Unidade Orçamentária (2019 a 2021).....	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Legislação Aplicável aos Museus.....	19
Quadro 2 - Normativos Publicados em 2021.....	21
Quadro 3 - Museus Ibram Certificados pelo Corpo de Bombeiros.....	39
Quadro 4 - Museus Ibram com Plano de Gestão de Riscos implementado.....	40
Quadro 5 - Recomendações da CGU.....	44
Quadro 7 - Ações desenvolvidas pelo Ibram, com vistas à Estratégia 1.....	51
Quadro 8 - Ações desenvolvidas pelo Ibram, com vistas à Estratégia 2.....	52
Quadro 9 - Ações desenvolvidas pelo Ibram, com vistas à Estratégia 3.....	53

Quadro 10 - Ações desenvolvidas pelo Ibram, com vistas à Estratégia 4	54
Quadro 11 - Ações desenvolvidas pelo Ibram, com vistas à Estratégia 5	55
Quadro 12 - Ações desenvolvidas pelo Ibram, com vistas à Estratégia 6	56
Quadro 13 - Ações desenvolvidas pelo Ibram, com vistas à Estratégia 7	57
Quadro 14 - Transmissões ao vivo em 2021	65
Quadro 15 - Força de trabalho do Ibram em 2021	68
Quadro 16 - Distribuição dos Servidores por Situação Funcional em 2021	76
Quadro 17 - Horas de Treinamento.....	79
Quadro 18 - Pagamento de Inscrição, em reais (R\$).....	80
Quadro 19 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	90
Quadro 20 - Normas de Tecnologia da Informação e Comunicação.....	94
Quadro 21 - Procedimentos para Aquisição de Bens e Serviços em 2021, por Modalidade	100
Quadro 22 - Execução 2021, por grupo e elemento de despesa (R\$)	109
Quadro 23 - Unidade Orçamentária 54208 (Instituto Brasileiro de Museus	123
Quadro 24 - Destaques Recebidos de Outras Unidades Orçamentárias	128
Quadro 25 - Ativos do Ibram.....	136
Quadro 26 - Passivo e Patrimônio Líquido do Ibram	136
Quadro 27 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais	137
Quadro 28 - Variações Patrimoniais Diminutivas.....	138
Quadro 29 - Receitas.....	139
Quadro 30 - Despesas.....	140
Quadro 31 - Execução dos Restos a Pagar	140
Quadro 32 - Balanço Financeiro.....	141
Quadro 33 - Dispêndios.....	142
Quadro 34 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa	143
Quadro 35 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido	144
Quadro 36 - Caixa e Equivalente de Caixa (Composição).....	152
Quadro 37 - Demais Créditos Adiantamentos Concedidos.....	154
Quadro 38 - Estoques (Ativo Circulante).....	155
Quadro 39 - Bens Móveis (Composição)	156
Quadro 40 - Bens Imóveis (Composição)	159
Quadro 41 - Ganhos com Incorporação de Passivo	160
Quadro 42 - Ganhos com Desincorporação de Ativos.....	161
Quadro 43 - Contratos em Execução	162
Quadro 44 - Ganhos com Desincorporação de Ativos.....	163
Quadro 45 - Todas as Variações Patrimoniais Aumentativas.....	164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Planos Museológicos dos Museus Ibram	38
Gráfico 2 - Distribuição da Força de Trabalho do Ibram por idade em 2021	69
Gráfico 3 - Distribuição dos servidores do Ibram por UF em 2021	70
Gráfico 4 - Distribuição dos servidores por faixa remuneratória em 2021	71
Gráfico 5 - Distribuição dos servidores do Ibram por gênero e etnia em 2021	72
Gráfico 6 - Evasão de servidores do Ibram em 2021	73
Gráfico 7 - Modalidades de Capacitação realizadas no Ibram em 2021	78
Gráfico 8 - Inclusão de diárias e passagens para realizar Capacitação em 2021	79
Gráfico 9 - Capacitações realizadas com e sem custo em 2021	81
Gráfico 10 - Servidores Capacitados com função e sem função em 2020	82
Gráfico 11 - Distribuição das capacitações por Unidade no Ibram em 2021	83
Gráfico 12 - Evolução da despesa com pessoal no período de 2018 a 2021	85
Gráfico 13 - Decréscimo da quantidade de servidores efetivos do Ibram (2018 a 2021)	87
Gráfico 14 - Evolução das Despesas Empenhadas (R\$)	107
Gráfico 15 - Despesas Empenhadas e Liquidadas em 2021, por grupo de despesa (R\$)	111
Gráfico 16 - Despesas Empenhadas em 2021, por grupo de despesa	112
Gráfico 17 - Despesas Empenhadas e Liquidadas, por elemento de despesas (R\$)	113
Gráfico 18 - Despesas Empenhadas em 2021, por elemento de despesa	114
Gráfico 19 - Despesas Liquidadas e Empenhadas em 2021, por elemento de despesa (R\$)	115
Gráfico 20 - Despesas Empenhadas em 2021, por elemento de despesa (R\$)	116
Gráfico 21 - Despesas Empenhadas e Liquidadas em 2021, por elemento de despesa (R\$)	117
Gráfico 22 - Despesas Empenhadas em 2021, por elemento de despesa	118
Gráfico 23 - Dotação Atualizada das Ações Discricionárias da LOA 2021	126
Gráfico 24 - Execução das Principais Ações Discricionárias da LOA 2021 (R\$)	127
Gráfico 25 - Principais Despesas Empenhadas com Destaques Recebidos de Outras Unidades (R\$) (por Ação Orçamentária)	129
Gráfico 26 - Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento - OFSS - Por fonte	153
Gráfico 27 - Material Cultural, Educacional e de Comunicação	157
Gráfico 28 - Bens de Uso Especial	160
Gráfico 29 - Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços (Composição)	166

Mensagem do Presidente do Instituto Brasileiro de Museus



São agigantados os desafios do Instituto Brasileiro de Museus, uma jovem autarquia federal, que recém completou treze anos: sua lei de criação foi demasiadamente generosa, atribuindo-lhe funções de agência, sem lhe conferir o regime jurídico, recursos humanos ou orçamento compatíveis. Um único concurso público em sua história e apenas metade dos cargos previstos em lei, preenchidos. Jovens servidores – muitos em seu primeiro emprego, e desejosos de aprimorar seus conhecimentos – são licenciados frequentemente para capacitação. Outros, já veteranos, muitos oriundos do Iphan, seguem se aposentando, sem que o Ibram possa recompor os seus quadros.

Como órgão gestor da Política Nacional de Museus, o Ibram vem avançando significativamente no aprimoramento do arcabouço normativo para o setor museal, por meio da publicação de instrumentos que são importantes referenciais para o setor. Nesta gestão, temos oferecido subsídios normativos que dão segurança jurídica para que os museus brasileiros promovam suas edificações, preservem e difundam seus acervos, e aproveitem o potencial econômico e de geração de receitas próprias por meio do estabelecimento de políticas de cessão de espaços para eventos de curta-duração, bem como políticas de gestão de direitos autorais, que disciplinam a captação, utilização e disponibilização de arquivos digitais iconográficos, textuais, audiovisuais e sonoros de bens culturais.

Dentre tantas outras ações de referência para o setor, foram instituídos o [Acesso Aberto ao Conhecimento](#), bem como o repositório institucional e temático da área da Museologia do Instituto, denominado [Museologia Digital](#). Foram ainda disponibilizados para os museus do Ibram, parâmetros para análise de projetos de arquitetura de museus e documentos-modelo para serviços relacionados, experiência que pode culminar em publicações para o campo museal no futuro. Além disso, o tema fiscalização museal foi amplamente discutido com o setor, em especial por meio de um webinar exclusivo sobre o assunto com profissionais de museus, e em reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, para fins de elaboração de uma Minuta de Resolução Normativa que disciplinará a atividade de fiscalização, pelo Ibram, dos museus públicos federais, que é uma competência prevista na [Lei nº 11.904 de 2009](#).

Cabe destacar que a fiscalização tem por objetivo a proteção e a preservação dos museus, dos bens musealizados e dos bens declarados de interesse público, tendo caráter educativo e preventivo, de forma que as instituições museais brasileiras consigam, apesar das condições econômicas adversas, aprimorarem suas gestões.

Neste relatório será possível visualizar algumas entregas do Ibram para a sociedade, como os 124 bens culturais apreendidos pela Receita Federal, destinados aos museus brasileiros; os seis cursos oferecidos pelo Instituto via plataforma SaberMuseu, alcançando 23.467 inscritos; o **Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado**, revisado e difundido; o incremento no número de inscritos no **Banco de Voluntários para Situações de Emergência** e as várias articulações e cooperações institucionais celebradas, que revelam a capacidade de articulação governamental e extragovernamental, em benefício do setor.

Ainda em 2021, o Ibram realizou o **Primeiro Concurso de Estampas**, com o propósito de difundir o potencial dos acervos e das edificações e inspirar os demais segmentos da economia criativa, engajando os talentos do setor museológico no desenvolvimento de produtos de referência cultural. Essa se mostrou uma belíssima iniciativa e esperamos que tais experiências de sucesso possam ser replicadas de forma a evidenciar o potencial criativo e econômico dos acervos dos museus brasileiros.

É importante salientar, também, que a pandemia impôs riscos, ao mesmo tempo que trouxe oportunidades, como o trabalho remoto para os servidores que desempenham funções estritamente administrativas. Nesse período foi implementada a fase de teste do [Programa de Gestão e Desempenho – PGD](#), que dinamizou grandemente a comunicação entre a sede e os museus, potencializando a qualidade dos trabalhos realizados pelo órgão ao longo do ano.

O nível de qualificação dos profissionais do Ibram é fator que permite, apesar do tamanho cada vez mais diminuto das equipes, mitigar os efeitos dessa crônica escassez de recursos humanos e entregar para a sociedade brasileira produtos e serviços substanciais. Tal dado é evidenciado pelo número de capacitações a que o nosso corpo técnico se submeteu no último ano: 633 certificações, que totalizam 8.252 horas de treinamento.

Apesar das constantes mudanças na Secretaria Especial da Cultura – Secult/MTur, a quem seguimos vinculados, temos logrado êxito em resguardar o Ibram nesse momento político, empenhados no cumprimento de acórdãos e ações civis públicas, ainda que desafiados por uma crise econômica e pandêmica.

Orçamentos limitados exigem habilidade para realizar o máximo com o recurso que se dispõe. Exemplo disso é a inédita cooperação com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército - DPHCEX, para que tropas daquela instituição recebam treinamento em preservação ao patrimônio cultural. Essa parceria, a propósito, já demonstrou sua importância durante a lamentável tragédia em Petrópolis, quando o Ibram, por meio desta presidência, foi o primeiro órgão da União a acionar as forças do Exército e da Marinha para que os museus administrados pelo Instituto fossem prontamente assistidos.

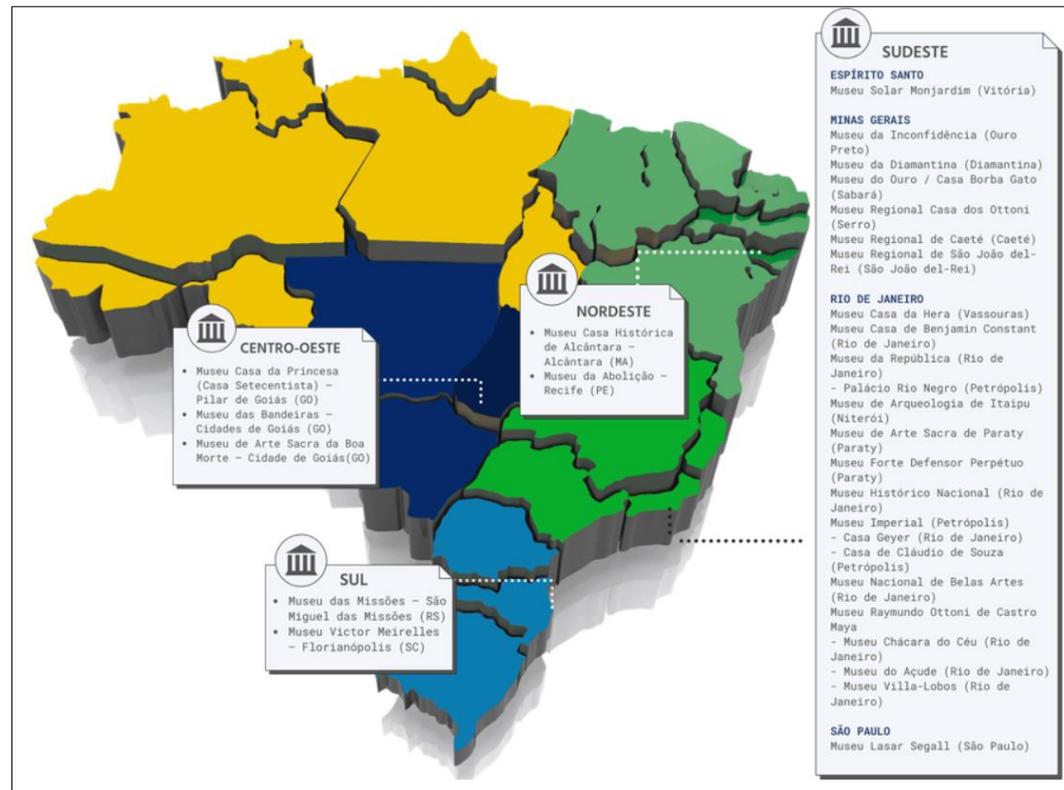
Os produtos e serviços entregues à sociedade brasileira e elencados neste relatório são resultado da **ávida dedicação dos servidores, colaboradores do Ibram e desta presidência**. A todos e todas, o meu **profundo reconhecimento**, o meu **muito obrigado!**

Pedro Mastrobuono

Presidente do Ibram

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Figura 1 - Museus Ibram



Fonte: Site do Ibram.

1.1 - Identificação do Ibram

O Instituto Brasileiro de Museus – Ibram foi criado pela Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Vinculado ao Ministério do Turismo, o Instituto tem, entre suas finalidades, a de promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, contribuindo para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos.

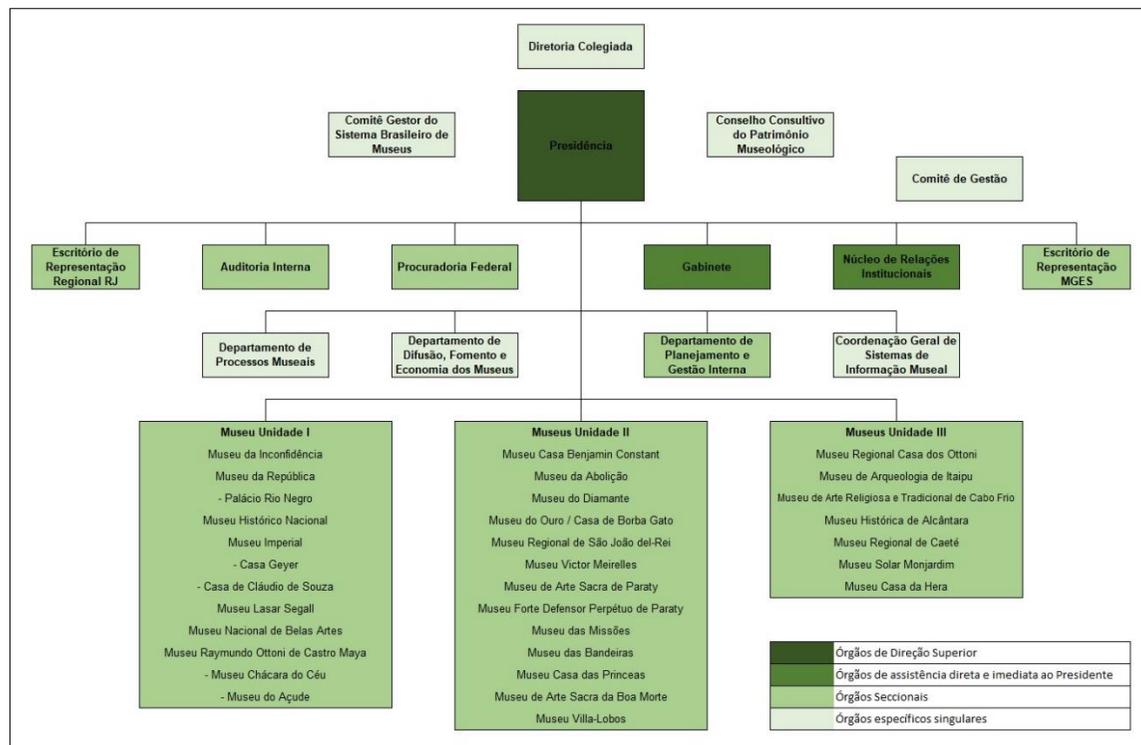
Imbuído na **Missão** de promover a valorização dos museus e do campo museal, a fim de garantir o direito às memórias, o respeito à diversidade e à universalidade de acesso aos bens musealizados, o Ibram tem como **Visão** ser referência na gestão de políticas públicas e na geração e difusão de conhecimento para o campo museal.

É responsabilidade do Ibram a gestão da Política Nacional de Museus, promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio musealizado de [3.899 museus brasileiros](#) (públicos e privados), de múltiplos perfis e temáticas. Além disso, o Ibram administra diretamente 30 unidades museológicas, distribuídas por 9 estados da federação.

1.2 - Estrutura organizacional e de governança

A estrutura organizacional do Ibram contempla sua sede, em Brasília; dois escritórios de representação regional, localizados nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais; e 30 unidades museológicas, conforme a Figura 2:

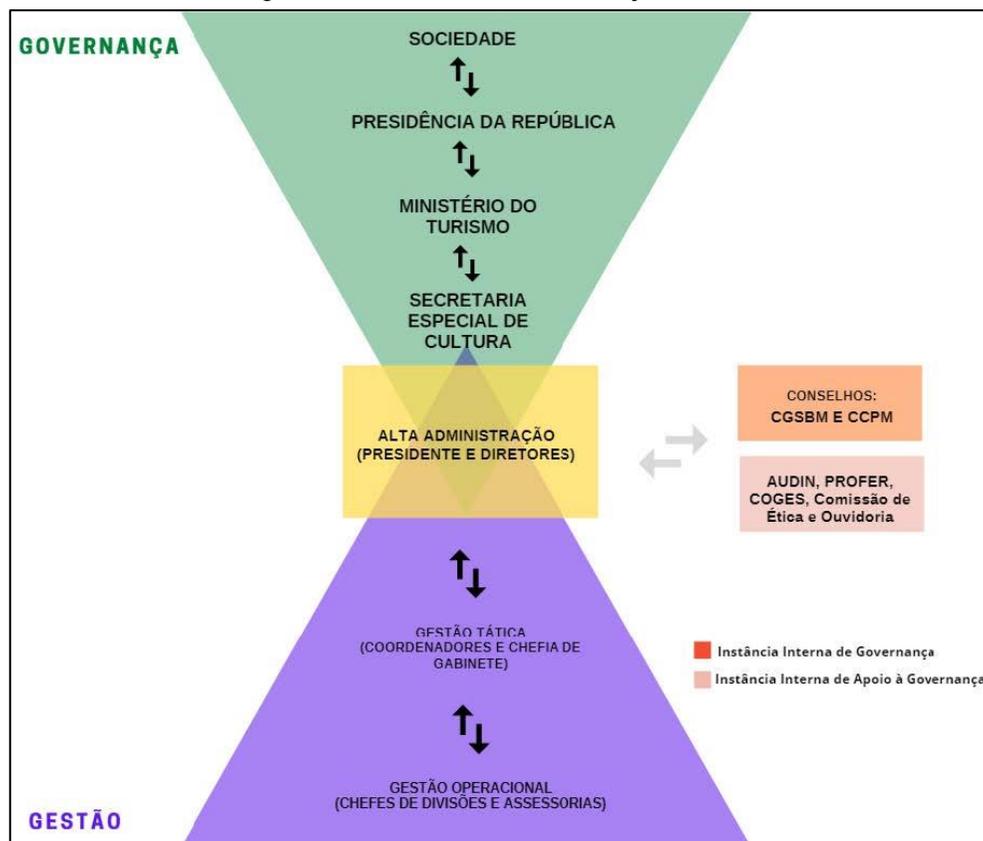
Figura 2 - Organograma do Ibram



Fonte: Site do Ibram.

Em 2021, o Ibram manteve as instâncias de governança do ano anterior, representadas pela Figura 3:

Figura 3 - Estrutura de Governança do Ibram



Fonte: Relatório de Gestão do Ibram, 2020.

1.3 - Modelo de Negócios

O Instituto Brasileiro de Museus atua para a preservação e difusão do patrimônio museológico brasileiro em duas frentes: não apenas estabelece diretrizes e normativas que contribuem ao aprimoramento dos museus brasileiros, como também administra 30 instituições em nove estados brasileiros, atuando diretamente, por meio dos seus museus, na conservação e curadoria de acervos, na implementação de atividades educativas, na capacitação de profissionais e na promoção do patrimônio museológico.

A fim de atender as demandas da sociedade e os desafios inerentes à proteção e promoção do patrimônio museológico, o Ibram aplica seus recursos humanos e investimentos na modernização de seus museus, no aprimoramento dos mecanismos de segurança e prevenção de riscos, no compartilhamento de conhecimentos e na construção do diálogo e da atuação conjunta com demais museus, públicos e privados, com profissionais do campo museal e a sociedade como um todo.

Por meio de seus Departamentos e Coordenações, o Ibram descentraliza recursos federais destinados ao setor para que as Unidades Museológicas, gestoras ou vinculadas, por sua vez, apliquem-nos em ações diversificadas, como exposições, cursos, eventuais culturais, entre outras atividades de difusão de acervos, manutenção dos equipamentos e modernização.

Os recursos investidos no ano de 2021 viabilizaram 84 projetos, contando com mais de 2,3 milhões de reais e alcançando um público de 1.423.991 visitantes, como se vê na Figura 4. Além disso, somente em 2021, foram investidos aproximadamente R\$ 77 mil reais em ações de capacitação.

CAPITAL HUMANO

494 servidores. 120 colaboradores terceirizados.

INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO EM 2021

R\$ 77.092,82 (setenta e sete mil e noventa e dois reais e oitenta e dois centavos).

Sendo referência para o campo museal, o Instituto Brasileiro de Museus descentraliza, por meio de seus Departamentos e Coordenações os recursos federais destinados ao setor para que as Unidades Museológicas, gestoras ou vinculadas, por sua vez, apliquem-nos em ações diversificadas, como exposições, cursos, eventuais culturais, entre outras atividades de difusão de acervos, manutenção dos equipamentos e modernização.

Figura 4 - Formulário de Visitação Mensal

2021



FORMULÁRIO DE VISITAÇÃO MENSAL

Museus & Público

Código Identificador	Museus IBRAM	UF	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
1.02.01.0020	Museu Casa de Benjamin Constant ¹	RJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.01.0026	Museu Casa da Hera	RJ	0	0	0	645	2177	536	690	3720	3798	1428	2617	3661	19272
1.02.01.0028	Museu Casa da Princesa	GO	0	0	0	0	2040	2915	2486	13902	127	137	155	151	21913
1.02.01.0013	Museu da Abolição ²	PE	502	0	0	30	48	6	10	60	0	40	948	0	1644
1.02.01.0008	Museu da Inconfidência	MG	446	3357	3315	3375	12221	3313	9830	4331	9328	2682	15947	3098	71243
1.02.01.0019	Museu da República	RJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11500	4755	16255
1.02.01.0004	Museu das Bandeiras	GO	0	0	0	0	2256	2915	2486	13902	125	521	731	12843	35779
1.02.01.0023	Museu das Missões ³	RS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.02.01.0007	Museu de Arqueologia de Itaipu	RJ	0	0	0	0	0	0	0	0	146	118	202	298	764
1.02.01.0002	Museu de Arte Religiosa e Tradicional	RJ	0	0	0	0	0	0	0	0	161	297	315	323	1096
1.02.01.0009	Museu de Arte Sacra da Boa Morte	GO	0	0	0	0	2104	2915	2486	13902	88	346	358	507	22706
1.02.01.0011	Museu de Arte Sacra de Paraty	RJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1911	1867	1621	5399
1.02.01.0005	Museu do Diamante	MG	4949	5196	6660	3050	3033	3629	2681	1893	232	654	593	819	33389
1.02.01.0021	Museu do Ouro/Casa de Borba Gato	MG	737	654	622	0	959	1155	433	302	519	70	676	157	6284
1.02.01.0010	Museu Forte Defensor Perpétuo	RJ	0	0	0	0	0	0	0	0	18	0	28	152	198
1.02.01.0001	Museu Casa Histórica de Alcântara ⁴	MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	662	662
9.98.44.4103	Museu Histórico Nacional	RJ	68581	74465	67899	72306	72642	72306	126341	112689	1395	1464	1421	967	672476
1.02.01.0012	Museu Imperial	RJ	0	8514	6404	2154	9213	16085	34692	16085	18209	14378	12790	19068	157592
1.02.01.0024	Museu Lasar Segall	SP	1796	1320	1701	2634	2056	1255	1302	1497	1968	3063	2635	1028	22255
8.46.75.9357	Museu Nacional de Belas Artes	RJ	0	0	0	54436	7108	4470	9458	13997	3706	5190	7108	3651	109124
1.56.50.0152	Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya Chácara do Céu	RJ	0	0	0	0	0	0	0	878	1523	1174	1689	1693	6957
1.02.01.0016	Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya Museu do Açude	RJ	0	0	0	0	0	0	0	265	1029	886	462	343	2985
1.02.01.0025	Museu Regional Casa dos Ottoni	MG	0	0	0	0	0	0	0	146	255	341	241	248	1231
1.02.01.0003	Museu Regional de Caeté	MG	0	0	0	0	0	0	0	70	101	70	76	73	390
1.02.01.0022	Museu Regional de São João del-Rei ⁵	MG	2366	2797	2870	1843	3674	3216	2886	7151	7180	8065	46375	6927	95350
1.02.01.0027	Museu Solar Monjardim	ES	0	0	0	0	0	0	0	0	96	215	312	190	813
1.02.01.0006	Museu Victor Meirelles	SC	410	714	712	1089	706	628	603	580	855	712	1158	1140	9307
1.02.01.0015	Museu Villa-Lobos	RJ	29006	3677	6760	2252	6098	9237	5872	4928	11893	14805	12690	1689	108907
1.02.01.0018	Museu Palácio Rio Negro ⁶	RJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8.70.22.4905	Casa de Cláudio de Souza ⁷	RJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.48.64.5038	Casa Geyer ⁸	RJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL MENSAL			108793	100694	96943	143814	126335	124581	202256	210298	62752	58567	122894	66064	1423991

* Ao longo do ano, vários museus Ibram permaneceram fechados devido à pandemia da COVID-19 ou por necessidade de obras de restauro e reformas. Alguns desses museus decidiram contabilizar o público virtual de suas atividades de modo a compensar o fechamento à visitação presencial, seguindo as orientações da CPAI, usando a categoria "Fechado, porém recebeu visitação em ESPAÇO PROVISÓRIO". É o caso dos seguintes museus: Museu Casa da Hera (abril, maio, junho e julho); Museu Casa da Princesa (junho, julho e agosto); Museu da Abolição (janeiro, abril, maio, junho, julho, agosto, outubro e novembro); Museu da Inconfidência (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro); Museu das Bandeiras (junho, julho e agosto); Museu de Arte Sacra da Boa Morte (junho, julho e agosto); Museu do Ouro/Casa de Borba Gato (janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho e agosto); Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty (setembro); Museu Histórico Nacional (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto); Museu Lasar Segall (abril, maio e junho); Museu Nacional de Belas Artes (abril e maio); Museu Regional de São João del-Rei (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro); Museu Victor Meirelles (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto) e Museu Villa-Lobos (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro).

(1) Museu fechado para obras.
 (2) Museu fechado para obras de restauro e reforma desde julho de 2020.
 (3) Museu fechado em fase de organização e planejamento
 (4) O museu fechado para obras desde o dia 19 de março de 2020.

Página 1

Fonte: Ibram.

1.4 - Legislação

Quadro 1 - Legislação Aplicável aos Museus

Acesso:	Tema
I – Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009	Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.
II – Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009	Cria o Instituto Brasileiro de Museus.
III – Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984	Regulamenta a profissão de museólogo.
IV – Lei nº 11.328, de 24 de julho de 2006	Institui o ano de 2006 como Ano Nacional de Museus.
V – Lei nº 12.840, de 9 de julho de 2013	Dispõe sobre a destinação de bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus.
VI – Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985	Regulamenta a Lei nº 7.287.
VII – Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013	Regulamenta dispositivos da Lei nº11.904/2009 e da Lei 11.906/2009.

VIII – Decreto de 31 de maio de 2004	Institui a Semana dos Museus e o Dia Nacional do Museólogo.
IX – Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009	Aprova a Estrutura Regimental do Ibram e dá outras providências.
X – Declaração do Rio de Janeiro, 1958 (Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, no Rio de Janeiro).	
XI – Declaração de Santiago, 1972.	
XII – Declaração de Quebec: Princípios de Base de Uma Nova Museologia, 1984.	
XIII – Declaração de Caracas, 1992.	
XIV – Código de Ética do Icom para Museus, 2006.	
XV – Declaração de Quebec sobre a Preservação do Spiritu Loci.	

Outras normas: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas>.

1.4.1 - Principais normativos que impactam a área técnica museológica publicados em 2021

Quadro 2 - Normativos Publicados em 2021

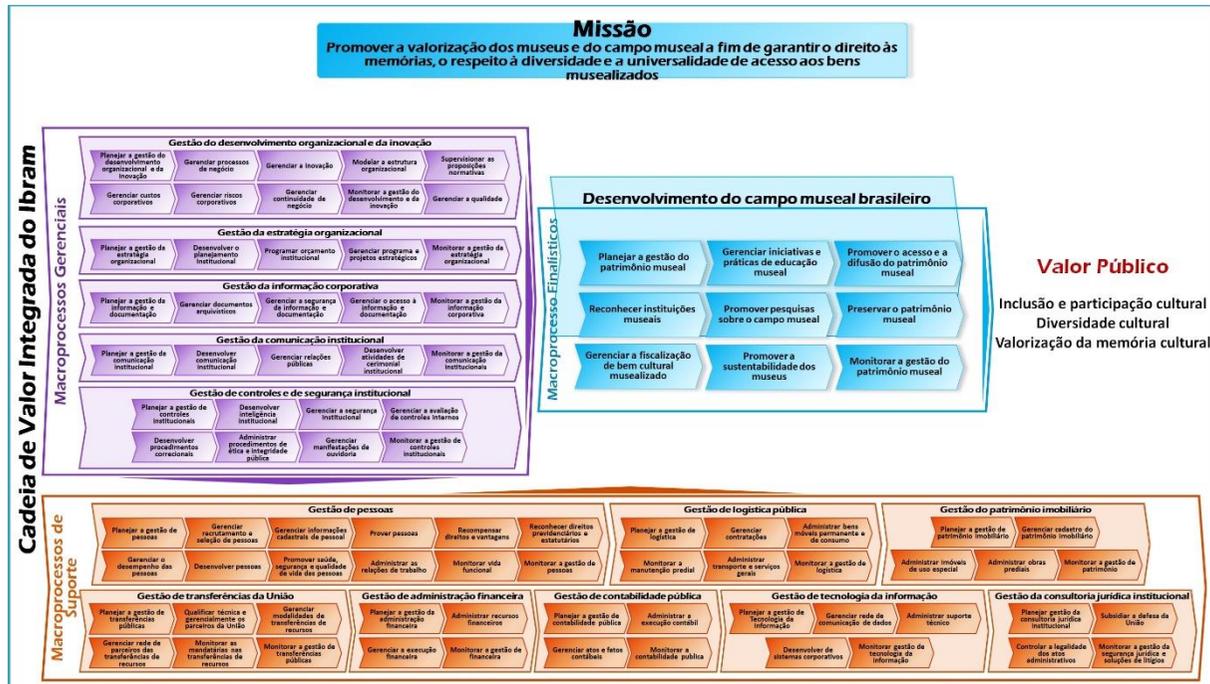
<p>Publicação da <u>Resolução Ibram nº 6, de 31 de agosto de 2021</u> que institui o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados - INBCM e estabelece os metadados dos bens culturais musealizados de caráter museológico, arquivísticos e bibliográficos a serem declarados pelos museus brasileiros e consolida as Resoluções Normativas nº 01/2014 - DOU (01/08/2014) e nº 01/2014 – DOU (01/09/2014). Processo SEI nº 01415.004289/2014.</p>
<p>Publicação da <u>Instrução Normativa Ibram nº 4, de 23 de junho de 2021</u> que dispõe sobre a destinação de bens apreendidos pela RFB aos museus brasileiros conforme a <u>Lei n.º 12.840, de 9 de julho de 2013</u> e a <u>Portaria Interministerial MF/MinC n.º 506, de 16 de dezembro de 2014</u> e revisa a IN nº 01/2017 - DOU (12/05/2017). Processo SEI nº 01415.007204/2015-57.</p>
<p>Publicação da <u>Resolução Normativa Ibram nº 2, de 23 de julho de 2021</u> que estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para a elaboração dos Planos Museológicos pelos museus administrados pelo Ibram e revoga a IN nº 03/2018. Processo SEI nº 01415.000596/2018-76.</p>
<p>Publicação da <u>Resolução Normativa Ibram nº 11, de 17 de novembro de 2021</u> que estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para a cessão de uso de</p>

bens culturais musealizados, em todo o território nacional, a serem observados pelos **museus componentes da estrutura organizacional do Ibram** e revoga a IN nº 06/2019. Processo SEI nº 01415.009807/2017-55.

Fonte: Ibram.

1.5 - Políticas e Programas de Governo

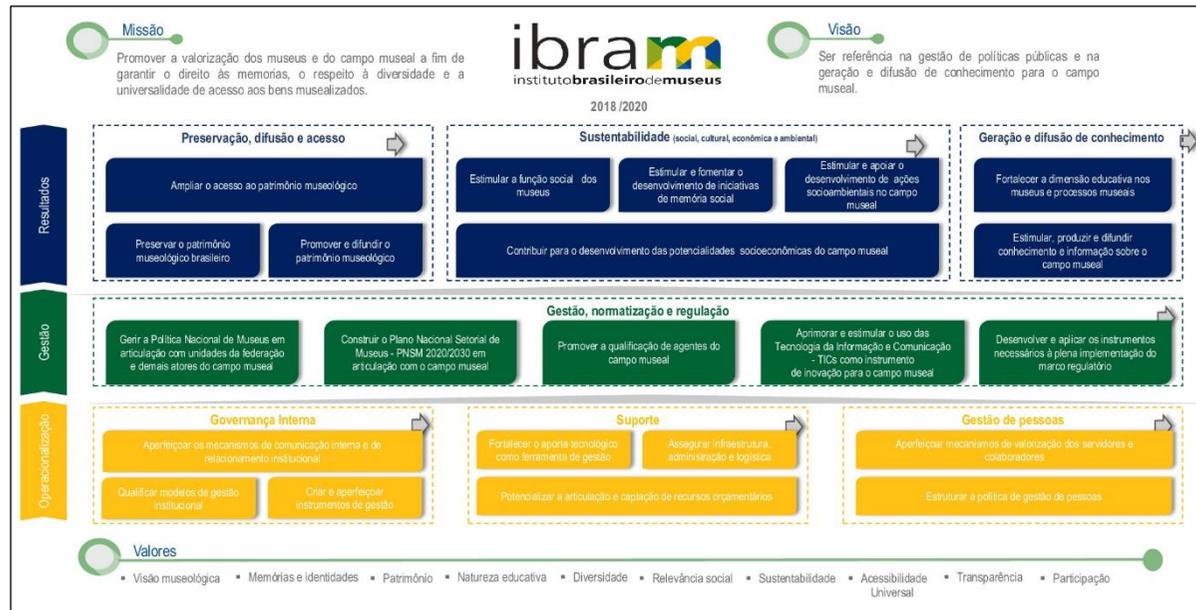
Figura 5 - Cadeia Integrada de Valor do Ibram



Fonte: Ibram.

Em 2021, aderindo ao Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado – Transformagov, o Ibram deu início à revisão da sua Cadeia Integrada de Valor (CIV), que constitui uma importante ferramenta de diagnóstico e gestão, norteando o Instituto no cumprimento da sua missão e gerando valor para a sociedade. Essa iniciativa é o ponto de partida para a atualização do atual Mapa Estratégico do Instituto Brasileiro de Museus (Figura 6).

Figura 6 - Mapa Estratégico do Ibram



Fonte: Ibram.

No âmbito do PPA 2020-2023, as ações executadas pelo Ibram se inserem no escopo do Objetivo 1215 do Programa Cultura (5025): *“Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural”*.

No ano de 2021, dentro da meta "*Implantar, recuperar ou modernizar equipamentos culturais de diversos tipos*" (0292), o Ibram registrou 20 ações em etapa de desenho ou de execução, sendo 12 obras em edificações de museus e 8 projetos de modernização e preservação de acervos.

1.6 - Relação com o ambiente externo e destinatários dos bens e serviços

Nos últimos dois anos, a atuação internacional do Ibram viveu um momento de forte retração em virtude do longo cenário de pandemia global deflagrado pela Covid-19. As restrições para a circulação de pessoas, adotadas por grande parte dos governos em 2020, em muitos casos foram relaxadas em diferentes momentos de 2020 e 2021 e facilitaram novas ondas de contágio. Essa dinâmica pendular na evolução da pandemia reforçou a insegurança quanto ao retorno de viagens e atividades presenciais de cooperação internacional.

Não obstante as dificuldades impostas por este período, o diálogo com parceiros internacionais se manteve em algum nível, principalmente pela continuação de **agendas multilaterais**, no âmbito de organismos internacionais, por meio de videoconferências. As reuniões de trabalho à distância tornaram-se comuns e se consolidaram definitivamente.

Na agenda internacional do Ibram em 2021, destaca-se a realização de reuniões virtuais de dois comitês de trabalho do **Mercosul**: o Comitê Técnico de Museus e o Comitê Técnico de Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito. Ambas instâncias

reúnem representantes de governo que tratam de políticas de cultura e museus, para o intercâmbio de informações e a busca de sinergias.

Ressalta-se que em 2021, o Ibram elaborou um relatório descritivo das ações já realizadas no âmbito do Instituto sobre o tráfico ilícito, permitindo, assim, a indicação de ações estratégicas para o encaminhamento do tema em interlocução com os demais entes brasileiros, tais como: Secretaria Especial da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Polícia Federal, Receita Federal, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, dentre outros.

Por meio do Comitê de Museus, os países da região têm compartilhado informações sobre suas atividades durante a pandemia e o ritmo de reabertura de seus museus. Já o Comitê de Tráfico Ilícito tem dado continuidade ao diálogo regional para fortalecer as ações de comunicação, de combate e prevenção ao tráfico ilícito de bens culturais, que envolvem necessariamente diferentes instituições do setor cultural, autoridades policiais e aduaneiras e agentes da sociedade. Um dos avanços do período foi o estabelecimento de um estreito diálogo com o Grupo de Trabalho de Combate ao Tráfico Ilícito de Patrimônio Documental, da **Aliança Latino-Americana de Arquivos**.

Também se mantiveram ativos, em 2021, o diálogo e a cooperação entre países ibero-americanos no âmbito do **Programa Ibermuseum**. As atividades de intercâmbio de boas práticas, as premiações e os projetos conjuntos promovidos pelo Ibermuseum, com foco nos profissionais e instituições dos 22 países da Ibero-América são centrais para a atuação internacional deste Instituto e favorecem o fortalecimento de um espaço de referência para cooperação regional em temas de museus.

Por fim, no segundo semestre de 2021 foi realizada a reunião virtual da [Aliança de Museus dos BRICS](#), instância criada para expandir o diálogo entre os cinco países BRICS quanto a políticas para museus. A reunião apontou a possibilidade de intercâmbio de conhecimento entre aqueles países-membro, em temas importantes para o setor museal brasileiro, como a *museologia social*, a *digitalização de acervos* e o *uso de novas tecnologias em espaços expositivos*, por exemplo. Resta ainda prospectar parceiros para o reestabelecimento de uma pauta de atividades bilaterais de diálogo e cooperação. O que pode, por fim, abrir caminho à retomada de atividades de capacitação, um dos principais objetivos da agenda internacional do Ibram.

2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1 - Gestão de riscos corporativos

De acordo com a Instrução Normativa Conjunta do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Transparência e Controladoria- Geral da União - MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, órgão e entidades da Administração Federal deveriam instituir as suas políticas de gestão de riscos.

Segundo a Normativa, os objetivos da gestão de riscos são: (I) assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis do órgão ou entidade, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização, inclusive para determinar questões relativas à delegação, se for o caso; (II) aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; e (III) agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.

O Ibram, comprometido com o contínuo aperfeiçoamento da sua gestão, e buscando cumprir a primeira etapa do processo de implementação do Plano de Gestão de Riscos, instituiu o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles, com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito do Instituto.

Subsequentemente, o Ibram instituiu a Política de Gestão de Riscos – PGR por meio da Portaria nº 313, de 17 de setembro de 2019. Sob esse Instrumento, ao Núcleo de Relações Institucionais (NRI/Ibram) cabe a responsabilidade de implantar e coordenar o Programa de Gestão de Riscos, uma iniciativa que contribui para o alcance dos objetivos estratégicos ao estabelecer os parâmetros necessários a implementar, manter, monitorar e revisar os controles internos da gestão, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo Ibram. Gerenciar riscos, portanto, contribui para assegurar a comunicação eficaz, cumprir leis e regulamentos, evitar danos à reputação, mitigar possíveis riscos de corrupção e desvios éticos e, por fim, auxiliar a organização a atingir seus objetivos.

2.2 - Plano de Riscos da Integridade

O [Plano de Integridade do Instituto Brasileiro de Museus](#) foi elaborado, consubstanciando o comprometimento da alta administração com padrões de gestão, ética e conduta, bem como estratégias e ações de disseminação da cultura de integridade no Instituto Brasileiro de Museus. Este plano consiste no mapeamento de 19 processos (licitação, gestão de contratos, transferências voluntárias, denúncias, gestão de pessoas e de mão de obra contratada), com medidas preventivas, detectivas e de remediação que se propõem a mitigar eventual risco de corrupção, fraude, irregularidades e/ou desvios éticos e de conduta.

Atualmente, dentre os processos mapeados, a probabilidade e a magnitude do risco foram mensurados para o *pregão eletrônico*, inclusive, pela representatividade dessa modalidade na execução das ações do Instituto.

Embora o [Plano de Integridade do Instituto Brasileiro de Museus](#) tenha sido atualizado, o principal desafio para a sua expansão e melhoria é a insuficiência de recursos humanos, uma vez que, após a realização de um único concurso público, em 2010, várias atribuições são desempenhadas pelos servidores. Nesse sentido, com vistas ao cumprimento do Plano de Integridade, apesar da escassez de equipes exclusivas de atuação, o tema é internalizado na casa a partir da seguinte estrutura de governança interna:

- a) Assistência Técnica aos Conselhos e Integridade – ATCI: Unidade de Gestão de Integridade – UGI, nos termos da art. 4º da [Portaria CGU nº 57, de 4 de janeiro de 2019](#), disciplinada pela [Portaria Ibram nº 1144, de 30 de março de 2022](#), que aprova o Regimento Interno do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram; e
- b) Comitê Consultivo do Programa de Integridade – CCPI, recriado pela [Portaria Ibram nº 1145, de 30 de março de 2022](#), nos termos do [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), e [Decreto Nº 9.759, de 11 de abril de 2019](#): colegiado que evidencia as responsabilidades dos níveis relevantes, até mesmo pelo pressuposto de que, constituindo-se a integridade em valor institucional, é de competência de todos ([Recomendação do Conselho da OCDE sobre Integridade Pública](#)).

Corroboram ainda com a mitigação dos riscos à integridade o Comitê Correcional ([Portaria Ibram nº 327, de 23 de abril de 2021](#)), a Comissão de Ética do Instituto Brasileiro de Museus ([Portaria Ibram nº 1077, de 4 de março de 2022](#)), a Ouvidoria

([Portaria Ibram nº 1142, de 30 de março de 2022](#)), o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do Instituto Brasileiro de Museus ([Portaria Ibram nº 737, de 21 de outubro de 2021](#)) e o Grupo de Trabalho para apoiar a implantação de ações para o tratamento de dados pessoais no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus ([Portaria Ibram nº 817, de 25 de novembro de 2021](#)).

Após a conclusão dos trabalhos previstos no [Decreto Nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), o [Plano de Integridade do Instituto Brasileiro de Museus](#) será novamente atualizado, à luz dos normativos reeditados, ocasião na qual serão discutidas outras medidas de melhorias.

2.3 - Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro

O Programa de Gestão de Riscos foi planejado e estruturado a partir das competências atribuídas ao Instituto Brasileiro de Museus, com destaques para: *“II – estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas em aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no País e promover seu desenvolvimento”* e *“XI – propor medidas de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações das instituições museológicas, visando manter a integridade dos bens culturais musealizados”* (art. 4º, da Lei 11.906/09).

O Programa acompanha o desenvolvimento conceitual e metodológico utilizado pelas principais instituições internacionais voltadas a conservação e restauração do patrimônio cultural, dentre elas: o *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM)* e o *Canadian Conservation Institute (CCI)*.

Dividido em quatro eixos programáticos, que reúnem diretrizes e ações com vários níveis de responsabilidades, tanto para o Ibram – órgão gestor da Política Nacional de Museus e fiscalizador dos museus brasileiros – quanto para cada unidade museológica do país, observando as especificidades das instituições administradas diretamente pelo Instituto. Todas essas áreas de interlocução partem de dois conceitos importantes: *risco* e *gestão de riscos*.

Em 2020, foi composto um Grupo de Trabalho (GT), por meio da Portaria Nº 299, de 01 de outubro de 2020, para revisar o Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, ficando responsável por: propor a reestruturação do Programa, a partir dos relatórios e demais publicações produzidas; rever as ações e competências do Programa, de modo a alinhá-las com as demais Políticas, Programas, Projetos e Mapa Estratégico do Ibram e; propor ações, metas e indicadores para aprovação da instância competente.

Em 2021, foi finalizada a revisão do [Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado](#) e realizado o lançamento público em evento transmitido pelo [Canal do Ibram no Youtube](#), em 24 de setembro de 2021. Além disso, o Programa foi formalizado institucionalmente, por meio da Resolução Normativa Ibram nº 03, de 28 de julho de 2021, em vigência desde do dia 01 de setembro de 2021.

A nova versão do programa prevê linhas de atuação em torno de eixos temáticos (novos ou renovados) que correspondam tanto às expectativas do campo museológico, quanto às perspectivas colocadas pelo cenário institucional. O programa preserva, assim, o conjunto de eixos que incorporam tematicamente as várias dimensões da atuação do Ibram na gestão de riscos em museus: articulação e parcerias (em vários níveis), pesquisa, orientações e recomendações técnicas, capacitação e partilha de conhecimento e expertise com profissionais do campo museológico.

No âmbito desse Programa, também foi possível realizar várias articulações institucionais. Dentre as mais expressivas, no ano de 2021 é possível destacar:

1. - Avaliação do sistema de gestão de riscos para acervos culturais. Ação oriunda da oportunidade que surgiu a partir de uma articulação com a Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. O sistema está em fase de desenvolvimento pela Casa de Oswaldo Cruz e em breve deve ser disponibilizada às instituições culturais brasileiras que tem interesse em usar esse método;
2. Difusão da nova versão do Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro para o setor museológico, por meio de articulação com sistemas de museus. Foi realizada reunião com a Gerência de Memória e Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo - SECULT/ES, para sensibilizar os atores culturais do Estado a se inscreverem no Banco de Voluntários, bem como usarem o Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos. Além das redes sociais do Ibram sensibilizarem nossos seguidores a acessarem o conteúdo revisado; e
3. A Integração do Grupo de Trabalho coordenado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, para o desenvolvimento de um documento técnico (Práticas Recomendadas) sobre o risco de incêndio em instituições culturais.

Vale lembrar que o Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos – CBMD e o Banco de Voluntários integram o Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado, especialmente o *Eixo IV – Resposta a Emergências*. Aquele primeiro, voltado para a recuperação de bens musealizados e declarados de interesse público, contribuindo para as estratégias de repressão ao tráfico ilícito de bens culturais; e o segundo, a possibilidade de colaboração entre profissionais dos museus, em casos de emergência, como enchentes, inundações, incêndios, etc.

Assim, manteve-se o gerenciamento do Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos – CBMD, apesar de não ter havido solicitação de novas inserções no ano de 2021 (o banco de dados continua com 388 itens). No entanto, ressalta-se que a divulgação do Cadastro permanece nas redes de comunicação do Ibram. Além disso, é contínuo o gerenciamento do Banco de Voluntários, sendo que em 2021 foi alterada a metodologia de inscrições: os interessados passaram a se inscrever por meio do preenchimento e envio do formulário direto pelo e-mail criado para essa finalidade. Isso facilitou a comunicação, já que anteriormente era utilizada a Plataforma MuseusBr, que apresenta certo grau de complexidade e eventualmente apresentava falhas técnicas.

Com aquela mudança, houve um aumento considerável no número de inscritos em todas as regiões, em relação ao ano anterior (35,29%), sendo incluídos mais 121 candidatos a voluntários para atuação em emergências nos museus brasileiros, totalizando, até dezembro de 2021, 340 inscritos. Ademais, neste ano foram aprimorados os canais de comunicação com os voluntários, sendo possível divulgar os cursos do Saber Museu, para fins de capacitação.

2.4 - Monitoramento da ferramenta de planejamento estratégico dos museus Ibram e seus desdobramentos

Plano museológico:

Os gráficos que consolidam os dados gerados representam a evolução no atendimento aos aspectos mínimos da legislação museológica vigente. Nesse sentido, e enquanto ferramenta obrigatória de gestão, o Plano Museológico é ponto de partida para as demais iniciativas dos museus. Entre os 30 (trinta) Museus Ibram, 3 (três) unidades estão com os Planos Museológicos em fase de revisão/atualização pois os documentos de gestão e planejamento expiraram a sua vigência em dezembro de 2021 – Museu da Abolição, Museu do Ouro e Museu Villa-Lobos.

Gráfico 1. Contagem de museus por vigência dos planos museológicos (dezembro/2021)



Fonte: Monitoramento DPMUS (dezembro/2021)

Plano de gestão de riscos:

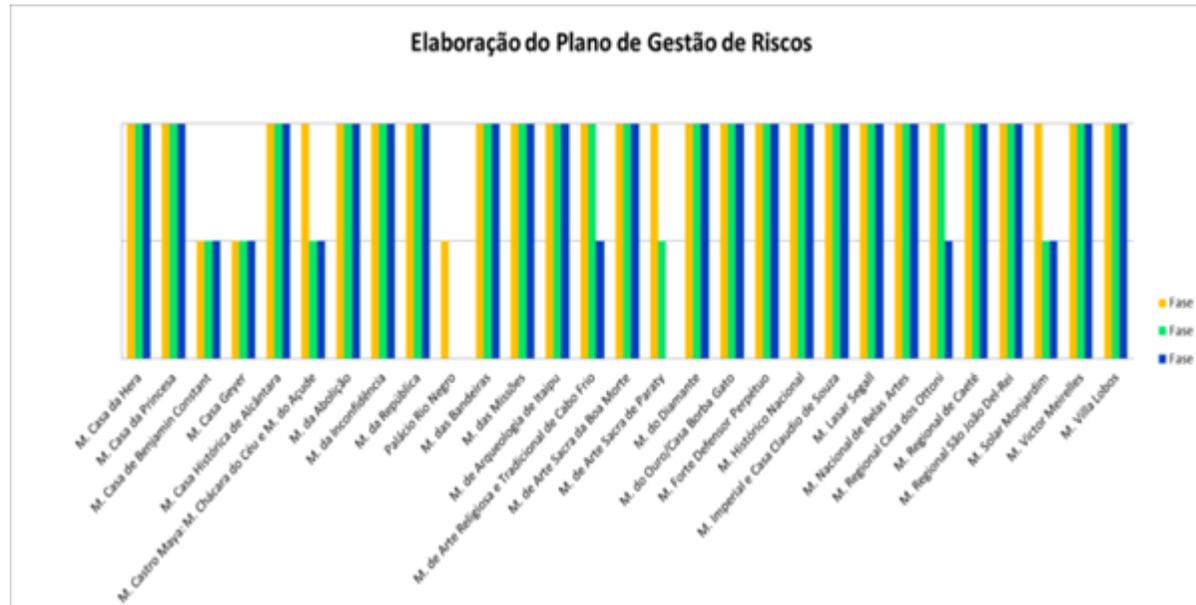
O Instituto vem monitorando a elaboração, a implementação e os desdobramentos dos Planos Museológicos dos museus que integram sua estrutura administrativa. A exemplo das ferramentas complementares e mais específicas de preservação e segurança, tais como o Plano de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro – ferramenta complementar e não obrigatória, e os Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio. Esses documentos integram o Programa de Segurança dos Planos Museológicos. Em 2021 foram produzidos dois boletins de monitoramento interno, sendo um para cada semestre, em

que é possível observar o amadurecimento institucional em relação ao uso e a implementação do Plano Museológico e do Plano de Gestão de Riscos, além do estreitamento da interlocução entre as áreas técnicas centrais e as unidades museológicas.

No segundo semestre de 2021 foi realizado monitoramento dos museus Ibram, no que diz respeito a implementação das ações de mitigação previstas em seus respectivos planos. Essa ação está em consonância com o art 9º da Resolução Normativa nº 02, de 19 de outubro de 2020 (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-normativa-n-2-de-19-de-outubro-de-2020-283747959>), que determina que os museus devem enviar relatórios anuais à Presidência, possibilitando o acompanhamento e monitoramento de tal ferramenta, de forma coletiva com as demais áreas do Ibram. Como 16 museus Ibram já possuíam planos elaborados há mais de um ano, sendo anterior à publicação da normativa supracitada, a Diretoria Colegiada decidiu por uma apreciação coletiva desses planos, convalidando os instrumentos. A ação continua em 2022, já que os monitoramentos foram entregues em dezembro de 2021.

No total, 17 museus já finalizaram seus planos e seguem a implementação. Os demais estão em elaboração ou ajustes finais do documento, de modo que possam ser avaliados formalmente pela Diretoria Colegiada, assim como indica o fluxo regulamentado.

Gráfico 1 - Planos Museológicos dos Museus Ibram



Fonte: Departamento de Processos Museais - DPMUS/Ibram.

Projetos de prevenção e combate à incêndio:

No caso dos Projetos de Prevenção e Combate a Incêndios – PPCIP, que também integram o Programa de Segurança dos Planos Museológicos e são uma das ações de mitigação prevista nos Planos de Gestão de Riscos, as ações de elaboração e execução seguem em todas as unidades do Ibram. Algumas, inclusive, que passam por obras de restauração integral contemplam as adequações necessárias, observando os parâmetros determinados pelas legislações estaduais do Corpo de Bombeiros e a avaliação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, pois são edificações tombadas a nível federal.

Ressalta-se que as certificações do Corpo de Bombeiros são efetivadas para cada edificação, e há Museus Ibram que já obtiveram o documento, enquanto outras estão em processo de obtenção. Entre os museus Ibram certificados estão:

Quadro 3 - Museus Ibram Certificados pelo Corpo de Bombeiros

Museu Casa da Princesa	Museu das Bandeiras
Museu de Arte Sacra da Morte	Museu Solar Monjardim
Museu Regional de Caeté	Museu de Arqueologia de Itaipu
Museu Villa-Lobos	Museu Lasar Segall
Casa Cláudio de Souza (Museu Imperial)	Museu da Inconfidência (Anexos I e II)

Fonte: Ibram.

2.5 - Programa de Preservação e Segurança: gestão de riscos dos museus Ibram

No que diz respeito ao monitoramento dos museus Ibram, considerando os crescentes desafios impostos a partir de 2020, quando, além das demandas permanentes e execução das ações de mitigação planejadas e em curso, as equipes tiveram que se adaptar às restrições impostas pela pandemia da COVID-19, percebe-se um importante avanço no desenvolvimento das atividades relacionadas ao planejamento museológico, de gestão de riscos e o atendimento às exigências normativas do Corpo de Bombeiros, para prevenção e combate a incêndios.

O Instituto vem, por meio da Coordenação de Preservação e Segurança - COPRES/DPMUS, monitorando a elaboração e implementação dos Planos de Gestão de Riscos - PGRs dos museus Ibram. Até dezembro de 2021 havia dezessete PGRs elaborados e em execução:

Quadro 4 - Museus Ibram com Plano de Gestão de Riscos implementado

Museu Casa Histórica de Alcântara	Museu Casa da Princesa
Museu das Missões	Museu das Bandeiras
Museu do Diamante	Museu de Arte Sacra da Boa Morte
Museu do Ouro	Museu Regional de Caeté
Museu Victor Meirelles	Museu Regional São João del-Rey
Museu de Arqueologia de Itaipu	Museu da Abolição
Museu Nacional de Belas Artes	Museu Imperial
Museu da Inconfidência	Museu Villa-Lobos

Museu Histórico Nacional	
---------------------------------	--

Fonte: Coordenação de Preservação e Segurança - DPMUS/Ibram.

2.6 - Movimentação de Bens Culturais Musealizados no Brasil e no Exterior

Em conformidade às prerrogativas legais de avaliar a movimentação de bens culturais musealizados, foram analisados 19 processos de cessão de uso não onerosa aos museus Ibram, em território nacional, agregando-se 83 bens; e ainda: 11 processos de exportação temporária (saída de bens para o exterior, envolvendo outros museus não vinculados ao Instituto), totalizando-se 23 bens. Esses dados são expressivos, visto que a pandemia interrompeu a possibilidade desse tipo de intercâmbio cultural, embora em 2021 tenha havido uma retomada gradual de abertura de novas exposições no Brasil e no exterior.

2.7 - Plataforma Museusbr

Principal fonte de dados sobre os museus brasileiros, a plataforma Museusbr abriga o Cadastro Nacional de Museus, o Registro de Museus e o Formulário de Visitação Anual - FVA, por meio do qual se faz o levantamento de público visitante dos museus do país.

A situação de total vulnerabilidade em que se encontra a Plataforma Museusbr e os serviços por ela abrigados aumenta significativamente a possibilidade de interrupção dos serviços mencionados, o que trará impactos não apenas para a imagem institucional do Ibram e para as diversas ações desenvolvidas pelo Instituto que utilizam dados de Museusbr, mas, também, para todo o campo museal que utiliza esses dados para estudos, pesquisas e produção de conhecimento. Os impactos também serão observados pelo próprio Ministério a que o Ibram está vinculado, uma vez que Museusbr integra a Plataforma Mapas Culturais, principal fonte de dados do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

2.8 - Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados (INBCM)

A legislação museológica brasileira vigente instituiu o Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados - INBCM, um instrumento de inserção periódica de dados sobre os bens culturais musealizados que integram os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico dos museus brasileiros, para fins de identificação, acautelamento e preservação, conforme previsto na Política Nacional de Museus (PNM), cabendo ao Ibram, conforme consta no artigo 3º do referido decreto: *“regular, coordenar e manter atualizado para consulta o INBCM”*.

A norma ainda atribui aos museus brasileiros, que totalizam, aproximadamente, 3.899 instituições museológicas, entre públicas ou privadas, das diversas tipologias e tamanhos, segundo dados da plataforma [MuseusBr](#), a responsabilidade de declaração ao INBCM dos dados sobre os bens culturais musealizados preservados nas respectivas instituições.

Para cumprimento da determinação legal, o Ibram publicou a [Resolução Normativa Ibram nº 6, de 31 de agosto de 2021](#), que apresenta a definição, as fases de implementação do INBCM e indica os elementos de descrição dos bens de caráter museológico, arquivístico e bibliográfico a serem declarados pelos museus brasileiros.

Estima-se que o INBCM, que se encontra ainda na etapa de estudos para o seu desenvolvimento, receberá dados de milhões de itens, incluídas as três categorias: museológica, bibliográfica e arquivística do total de itens que compõem o acervo dos museus brasileiros.

É importante ressaltar que, além do papel de fiscalizador, o Ibram teve um considerável acréscimo de atribuições com a publicação do Decreto nº 8.124/2013, como o Inventário Nacional de Acervos Musealizados e o Registro de Museus, as quais não estavam previstas quando de sua criação, e, mais recentemente, a publicação do Acórdão nº 1.243/2019 - Plenário TCU, que atribuiu responsabilidades ao Instituto referentes ao levantamento daquele Tribunal de Contas, que teve por objetivo verificar as condições de segurança do patrimônio dos museus sob a responsabilidade de órgãos e entidades federais, além de identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos públicos.

2.9 - Recomendações - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

No que se refere ao atendimento às recomendações constantes no sistema e-Aud, a auditoria interna do Ibram faz o acompanhamento junto aos departamentos deste Instituto, para fins de manifestação. Atualmente, o sistema e-Aud conta com 3 (três) recomendações em "análise" pela CGU, conforme Quadro 5:

Quadro 5 - Recomendações da CGU

ID	Situação	Recomendação	Processo SEI
810217	Em análise	Relatório de Auditoria 201900419, Constatação: Implantação deficiente dos Planos de Gestão de Riscos nos museus administrados pelo Ibram.	01415.000962/2019-78
810216	Em análise	Implantação parcial do Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro.	01415.000962/2019-78
810215	Em análise	Poucos museus vinculados ao Ibram com Planos Museológicos atualizados e válidos.	01415.000962/2019-78

Fonte: Auditoria Interna/Ibram.

2.10 - Entregas do Acórdão TCU 1243/2019

O Acórdão nº 1243/2019, refere-se ao levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, que tem por objetivo verificar as condições de segurança de patrimônio dos museus sob a responsabilidade de órgãos ou entidades da Administração Pública federal, além de identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos públicos.

2.11 - Comitê Correcional

Foram analisadas 08 (oito) admissibilidades, das quais resultaram na indicação de abertura de:

- a) 2 (dois) Processos Administrativos Disciplinares.
- b) 1 (um) Processo Administrativo Disciplinar Sumário.
- c) 2 (duas) sindicâncias em andamento, sendo 01 (uma) aberta em 2020.
- d) 11 (onze) Processos Administrativos Disciplinares em andamento, sendo 03 (três) abertos em 2021.

2.12 - Desafios e perspectivas para a gestão institucional

O ano de 2021 foi marcado pela implementação do Programa de Gestão do Ibram, regulamentado pela Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020. Trata-se de um novo modelo de organização do trabalho, que permite abolir o controle de presença, adotando-se a gestão baseada no desempenho e resultados, a partir da realização de tarefas na modalidade de teletrabalho, gerenciados por meio de sistema informatizado. Essa ferramenta tem se mostrado eficiente e eficaz na gestão interna.

As regras gerais para a implementação do programa no âmbito da instituição estão disciplinadas por meio da Resolução Normativa nº 5, de 23 de agosto de 2021, resultado de discussões iniciadas em grupos de trabalho (GTs) constituídos em 2020, e posteriormente revisadas e aprimoradas a partir de amplos debates pelos integrantes do Núcleo Especial de Programas de

Gestão, instituído no início de 2021, com o objetivo de estudar, monitorar e avaliar a implementação do Programa de Gestão no âmbito do Ibram.

O **PGIbram** começou sua fase de implementação em outubro de 2021, chegando ao final do ano com o Programa implementado em 10 unidades, sendo sete unidades da sede e três museus.

Também pode-se celebrar a implantação e internalização da suíte de aplicativos *MS Office 365*, que, focado no trabalho colaborativo integra ferramentas de escritório como *Word, Excel e PowerPoint*, e de comunicação como *Outlook, SharePoint e Teams*, o que representa ganhos na integração de equipes, redução de custos, dentre outras facilidades.

Ainda na gestão tecnológica, destacaram-se ações voltadas à migração do contrato *Outsourcing* de impressão; disponibilização de espaço para *backup* dos museus da Abolição, do Ouro, Lasar Segall e Victor Meirelles; disponibilização do *ATOM* para o Museu da República e para o Museu Histórico Nacional; migração do *Koha* do Museu Lasar Segall para o Ibram/Sede; apoio na migração do site do Ibram e do site do Museu Nacional de Belas Arte - MNBA para a plataforma *gov.br*; e migração do sistema Donato do MNBA para o Ibram/Sede.

Na gestão da infraestrutura patrimonial relativa à Sede do Ibram, a devolução de 3 pavimentos do imóvel, passando de uma área de 6.966,70 m² ocupados para 3.730,09 m², reduziu as despesas de locação na ordem de 46,46%, o que possibilitou a otimização dos recursos do Instituto, atendendo a diversas demandas dos museus vinculados, bem como as ações da própria sede.

Na gestão de pessoas, tem-se trabalhado com o objetivo de capacitar os servidores, buscado minimizar e administrar as ameaças ou riscos externos, com a adaptação às constantes transformações. Contudo, com um quadro de pessoal em exercício muito aquém do requerido pela missão, competência e atribuições do Ibram, a carência de pessoal se reveste em um dos maiores riscos à gestão e ao alcance das metas institucionais, observada a situação apurada em dezembro de 2021: dos 380 servidores que compõem o quadro de pessoal do Ibram, 19 estão cedidos; 172 servidores (ou seja 45%) têm mais de 50 anos de idade; e 72 servidores recebem abono de permanência. Isso reflete a necessidade premente de recomposição de quadros, mas a situação se agrava quando vista pelo ângulo da sobrecarga de trabalho infringida aos poucos servidores a partir das crescentes demandas legais e novas responsabilidades.

Não obstante, comemorou-se a viabilização do atendimento da Portaria nº 13.623, de 10 de dezembro de 2019, que *“estabelece diretrizes para redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais - Uasg, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional”*, graças à readequação da Estrutura Regimental do Ibram, em atendimento à Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que *“Simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional e outras providências”*.

Tal processo, quando concluído, possibilitará além da racionalização dos encargos administrativos o provimento de cargos aos Escritórios de Representação Regional com estrutura compatível com as novas responsabilidades decorrentes da diminuição do número de Uasg, cuja metodologia e cronograma para absorção, em fases, foram aprovados pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia já no início de 2022.

2.13 - Cenário para 2022

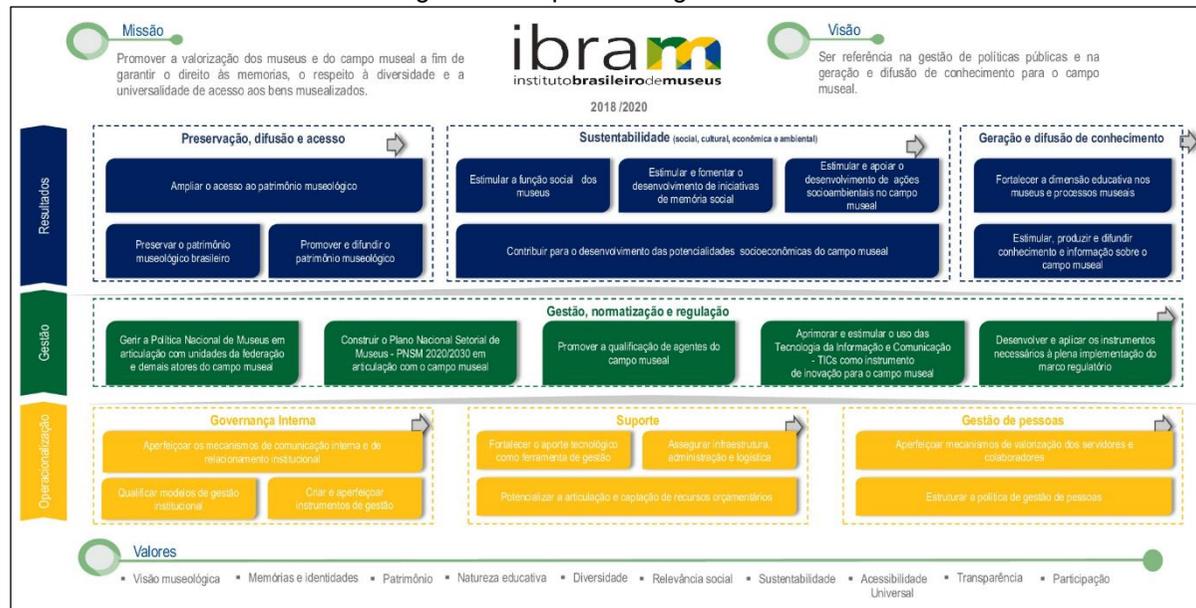
O Plano de Ação 2022, alinhado ao Planejamento Estratégico do Ibram, está consolidado, totalizando 504 ações, sendo 40 previstas para a 20ª Semana Nacional de Museus, que ocorre no mês de maio. Os recursos destinados para ações finalísticas – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira (20ZF); Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais (14U2); e Contribuições a Organismos Internacionais (00OQ) – para todo o ano está estimado em 6.136.272,00 (seis milhões, cento e trinta e seis mil, duzentos e setenta e dois reais).

Em 2022, a priorização das ações a serem executadas deverá respeitar a metodologia proposta pela Assessoria de Gestão Estratégica, que se orienta pelos limites individuais de cada museu e diretoria, alinhados ao Plano de Ação pactuado no âmbito do Acórdão 1.243/2019, do Tribunal de Contas da União, aos Planos Museológicos e aos Planos de Gestão de Riscos das unidades administradas pelo Instituto, assim como por limites impostos pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

Assim sendo, a Diretoria Colegiada referendou a proposta de limite para cada Departamento, Coordenação e museu, considerando as disposições da [Lei 14.303, de 21 de janeiro de 2022](#). Essa ação tem o objetivo de concentrar a força de trabalho em iniciativas que são prioritárias para cada Unidade Museológica.

3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Figura 7 - Mapa Estratégico do Ibram



Fonte: Ibram.

3.1 - Apoio da estrutura de governança à capacidade do Ibram em gerar valor

O Mapa Estratégico do Ibram se baseia em princípios que preconizam a execução das atividades desenvolvidas pelos servidores e colaboradores, subsidiando o órgão no seu posicionamento estratégico, a partir de 3 perspectivas: *resultados; gestão e operacionalização.*

As perspectivas, por sua vez, se explicitam por meio dos 7 pilares norteadores (estratégias), a saber: *preservação, difusão e acesso; sustentabilidade; geração e difusão do conhecimento; gestão, normatização e regulação; governança Interna; suporte; e gestão de pessoas.* Para cada estratégia foram definidos *Objetivos Estratégicos* que representam o conjunto de esforços para que seja cumprida a missão e alcançada a visão do Instituto. Apresentamos, a seguir, a relação das estratégias, seus objetivos e os principais resultados obtidos no ano de 2021.

3.1.1 - Estratégia 1: Preservação, difusão e acesso

Nesta estratégia estão declarados os objetivos que refletem as principais linhas de atuação do Instituto. É composta por três objetivos estratégicos:

1. Ampliar o acesso ao patrimônio museológico;
2. Preservar o patrimônio museológico brasileiro; e
3. Promover e difundir o patrimônio museológico.

Quadro 6 - Ações desenvolvidas pelo Ibram, com vistas à Estratégia 1

19º Semana Nacional de Museus.
15ª Primavera de Museus.
Programa Acervo em Rede/ Projeto Tainacan.
Edital de Prêmio Darcy Ribeiro 2021.
Concurso de estampas, inspiradas nos acervos e edificações dos museus.
Atualizações na Plataforma Museusbr, em especial para atendimento do Plano de Trabalho elaborado em virtude do Acórdão TCU nº 1243/2019.
Exposições virtuais.
Pesquisa e divulgação de editais externos, relacionados à área museal.
Aprovação de 30 projetos no Fundo Nacional de Cultura para captação executiva de 2021 e 2 complementações.
Destinação de bens culturais aos museus brasileiros.
Formalização da doação de cento e vinte e quatro (124) bens culturais ao Museu Histórico e Pinacoteca da Universidade Federal de Viçosa (Processo SEI nº 01415.001991/2019-57).

Fonte: Ibram.

3.1.2 - Estratégia 2: Sustentabilidade (social, cultural, econômica e ambiental)

Declarada como uma das estratégias de resultado do Ibram a sustentabilidade ganha destaque no órgão e busca ponderar sobre o equilíbrio dos recursos disponíveis, o fortalecimento das tradições locais, da identidade e dos laços de pertencimento. Sob essa estratégia, o Ibram preconiza o desenvolvimento de atividades de conscientização sobre a corresponsabilidade individual para a construção da coletividade e a importância da participação comunitária, da economia solidária e criativa, além

de valorizar a cultura local, de modo a fomentar o equilíbrio entre tradição e inovação e o aperfeiçoamento da gestão museológica sustentável com a construção de um banco de projetos sobre sustentabilidade. É composta por quatro objetivos estratégicos:

1. Estimular a função social dos museus;
2. Estimular e fomentar o desenvolvimento de iniciativas de memória social;
3. Estimular e apoiar o desenvolvimento de políticas socioambientais no campo museal; e
4. Contribuir para o desenvolvimento das potencialidades socioeconômicas do campo museal.

Quadro 7 - Ações desenvolvidas pelo Ibram, com vistas à Estratégia 2

Elaboração do relatório contendo o estudo sobre Avaliação de Impacto Local Socioeconômico dos museus.
Elaboração do Manual de Avaliação de Impacto Socioeconômico Local dos Museus Brasileiros.
Coordenação da construção do primeiro Guia de Autoavaliação em Sustentabilidade Museal.
Coordenação da construção do Painel de 96 Indicadores de Sustentabilidade para países ibero-americanos.
Disponibilização de materiais instrucionais sobre conceitos e práticas da museologia social.
Política de cessão de espaços e política de direitos autorais.

Fonte: Ibram.

3.1.3 - Estratégia 3: Geração e difusão de conhecimento

Voltada para o fortalecimento da capacidade dos museus em compartilhar e construir conhecimentos e cultura. É composta por dois objetivos estratégicos:

1. Fortalecer a dimensão educativa nos museus e processos museais; e
2. Estimular, produzir e difundir conhecimento e informação sobre o campo museal.

Quadro 8 - Ações desenvolvidas pelo Ibram, com vistas à Estratégia 3

Curso de elaboração de Programas Educativos e Culturais (PEC).
Pesquisa nacional sobre prática em educação museal (etapa Museus Ibram).
II Encontro Nacional de Educadores e Educadoras dos Museus Ibram.
Instituição de Grupo de Trabalho -GT Coleções Digitais.
Oficina Virtual “Plano Museológico: planejamento estratégico para os museus” do Programa de Capacitação Museológica, em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), por meio do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC).
Participação no “Seminário de Organização da Informação: Ciência da Informação, Museologia e processos museológicos”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB).
Levantamento de visitação mensal aos Museus Ibram, por meio do Formulário de Visitação Mensal (FVM) Ciclo 2021.
Realização do levantamento de visitação anual aos Museus Brasileiros em 2020, por meio do FVA.
Elaboração do Relatório da Pesquisa sobre acessibilidade, realizada em parceria com o Observatório Ibero-Americano de Museus, aplicada junto aos museus Ibram, a ser publicado em 2022.

Oferta de capacitação para representantes da Mesa Técnica de Sustentabilidade do Programa Ibermuseus.

Fonte: Ibram.

3.1.4 - Estratégia 4: Gestão, normatização e regulação

Trata da estruturação do campo museal em termos de políticas, procedimentos, normas e regulamentos, tendo como principal arcabouço legal o marco regulatório. Para isso, conta com cinco objetivos estratégicos:

1. Gerir a Política Nacional de Museus em articulação com unidades da federação e demais atores do campo;
2. Construir o PNSM 2020/2030 em articulação com o campo museal;
3. Promover a qualificação de agentes do campo museal;
4. Aprimorar e estimular o uso da TI como instrumento de inovação para o campo museal;
5. Desenvolver e aplicar os instrumentos necessários à plena implementação do marco regulatório.

Quadro 9 - Ações desenvolvidas pelo Ibram, com vistas à Estratégia 4

Seis cursos oferecidos na plataforma Saber Museus com 23.467 inscritos;
Convalidação da vigência do PNSM alinhado à vigência do PNC (2010/2022);
Articulação junto à Escola Nacional de Administração Pública com vistas à avaliação <i>ex post</i> do PNSM.
1º Webinário de Fiscalização Museal - "Fiscalização: mitos verdades e desafios na Proteção do Patrimônio Museológico Brasileiro".

Fonte: Ibram.

3.1.5 - Estratégia 5: Governança Interna

Combinação de processos e estruturas implementadas para informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades da organização, com o intuito de alcançar os seus objetivos.

Essa estratégia é composta de três objetivos estratégicos:

1. Aperfeiçoar mecanismos de comunicação interna e de relacionamento institucional;
2. Qualificar modelos de gestão institucional; e
3. Criar e aperfeiçoar instrumentos de gestão.

Quadro 10 - Ações desenvolvidas pelo Ibram, com vistas à Estratégia 5

Adesão ao Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado – TransformaGov
Revisão da Cadeia Integrada de Valor do Ibram
Revisão de Atos Inferiores a Decreto (Decreto 10.139/19)
Realização de workshops de planejamento periódicos
Reuniões de Análise Estratégica - RAE
Elaboração de Relatório Semestral de Monitoramento dos Planos Museológicos dos museus Ibram

Fonte: Ibram.

3.1.6 - Estratégia 6: Suporte

Declarada como um mecanismo para a viabilização e operacionalização institucional do Ibram, a estratégia de Suporte está atrelada aos temas relacionados à tecnologia da informação, infraestrutura, administração e logística e busca pelo aprimoramento do processo orçamentário.

Essa estratégia é composta de três objetivos estratégicos:

1. Fortalecer o aporte tecnológico como ferramenta de gestão;
2. Assegurar infraestrutura, administração e logística; e
3. Potencializar a articulação e captação de recursos orçamentários.

Quadro 11 - Ações desenvolvidas pelo Ibram, com vistas à Estratégia 6

Redução de 46,46% das despesas de manutenção.
Implantação da suíte de aplicativos MS Office 365.
Pesquisa e divulgação de editais externos, relacionados à área museal.
Aprovação de 30 projetos no Fundo Nacional de Cultura para captação executiva de 2021 e 2 complementações.

Fonte: Ibram.

3.1.7 - Estratégia 7: Gestão de Pessoas

Voltada ao desenvolvimento do capital humano, a estratégia trata dos mecanismos de valorização dos servidores e colaboradores; assim como do fortalecimento de sua política de gestão. É composta de dois objetivos estratégicos:

1. Aperfeiçoar mecanismos de valorização dos servidores e colaboradores; e
2. Estruturar a política de gestão de pessoas.

Quadro 12 - Ações desenvolvidas pelo Ibram, com vistas à Estratégia 7

Instituição da modalidade de teletrabalho por meio da implantação do Programa de Gestão e Desempenho – PDG no Ibram.
Realização de ações de capacitação (633 certificações em cursos simpósios encontros totalizando 8.252 horas de treinamento);seminários e workshops.
Adesão ao convênio de prestação de serviços de assistência à saúde celebrado com a GEAP Autogestão em Saúde.

Fonte: Ibram.

3.2 - Outras ações do Ibram

- Criação do Concurso Ibram *Estampas & Museus*: iniciativa para difundir o potencial dos acervos dos museus brasileiros como fonte de inspiração para os demais segmentos da economia criativa e engajar os talentos do setor no desenvolvimento de produtos inspirados nos acervos dos Museus Ibram.

- Produção de itens de referência cultural para comemoração dos 200 anos da Independência: apoio no desenvolvimento e FVM nos acervos do Museu Imperial, Museu de Belas Artes, Museu Histórico Nacional e Museu da Inconfidência por meio do design de produtos e descentralização de recursos para marcar os 200 anos da Independência do Brasil.
- Edital de Prêmio Darcy Ribeiro 2021: abertura de edital para seleção de práticas de educação museal, com seleção de 10 instituições museológicas (públicas das esferas estaduais e municipais ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos), com atividades museológicas ou mantenedoras de unidades museológicas. A premiação de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) deverá ser utilizada na continuidade da ação educativa ou em nova ação educativa, conforme plano de trabalho pré-aprovado. Espera-se, que o reconhecimento gerado por essa premiação fomente uma rede de colaboração e sustentação a projetos que contemplem a valorização do patrimônio cultural brasileiro, as necessidades dos diversos públicos de museus e instituições culturais e o desenvolvimento de sua função educativa.
- Prospecção de fontes de financiamento e fomento aos museus Ibram: durante o ano de 2021 foram realizadas reuniões com museus e Representações para esclarecimentos e orientações sobre os editais do BNDES, Instituto Vale e outros de abrangência local.
- Aprovação de 30 projetos no Fundo Nacional de Cultura para captação executiva de 2021 e 2 complementações. O Ibram aguarda a disponibilização dos recursos pela Secretaria Especial de Cultura (Secult).

- Manutenção e ampliação da parceria com *Google Arts&Culture*: permitir que os museus Ibram reúnam cultura, tecnologia e educação e divulgue os acervos culturais, obras de arte e documentos históricos que estão fisicamente em museus e instituições, ampliando a acessibilidade para todos os públicos.
- Semana Nacional de Museus: ação anual permanente de promoção e divulgação dos museus com o intuito de integrar os museus brasileiros e estabelecer uma maior integração com o seu contexto social e o seu território. Com duração de uma semana, a Semana Nacional de Museus acontece anualmente para comemorar o Dia Internacional de Museus (18 de maio), quando os museus brasileiros, convidados pelo Ibram, desenvolvem uma programação especial, por meio da realização de exposições, palestras, oficinas, seminários e ações educativas, entre outras. O tema norteador dos eventos é o proposto pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM).
- Em 2021, o tema da 19ª Semana Nacional de Museus foi “*O futuro dos museus: recuperar e reimaginar*”, o que estimulou apresentações sobre um futuro para os museus, não apenas dialogando com os avanços tecnológicos e os recursos e ferramentas deles advindos, mas também compreendendo como afetam a maneira de ser e de estar no mundo. Nesta edição, o Ibram firmou parceria com o ICOM para inserir os museus brasileiros no mapa mundial de eventos deste organismo internacional. Dos 2985 eventos registrados em 2021 no mapa interativo do ICOM para o Dia Internacional de Museus, 1513 foram de museus brasileiros (mais da metade). Isso foi possível com a integração com a base de dados do Ibram para a Semana Nacional de Museus, mediada pelo ICOM Brasil. Uma importante forma de dar visibilidade à comunidade museal brasileira para todo o mundo.

- Primavera dos Museus: ação anual coordenada pelo Ibram, com duração de uma semana, com o propósito de mobilizar os museus brasileiros a elaborar programações especiais voltadas para um tema escolhido pelo Ibram a cada edição. Em 2021, foi realizada a 15ª Primavera dos Museus, com o tema “*Museus: perdas e recomeços*”. O evento contou com vasta programação de mais de 680 instituições participantes e 1.700 atividades, entre exposições, apresentações artísticas, debates e seminários.
- Análise PRONAC: Análise de projetos, planos anuais de atividades, readequações e análise final para prestação de contas, além de outros projetos para apoio pelo Fundo Nacional de Cultura em apoio as atribuições da Secult. Benefício em apoio direto da sociedade às instituições museológicas, por meio de lei de incentivos fiscais.
- Acordo de Cooperação com o BNDES para planejamento e estruturação de modelagem de fundo patrimonial: planejamento e estruturação de modelagem de Fundo Patrimonial voltado às instituições museológicas e acervos de interesse público.
- Programa Acervo em Rede/Projeto Tainacan: busca ampliar o acesso ao patrimônio cultural musealizado, a partir do desenvolvimento e uso da ferramenta Tainacan, que é uma plataforma de catalogação e criação de repositórios digitais, com sistemas de busca integrada e difusão de acervos museológicos. Assim, o programa visa atender às necessidades de inventário, catalogação e divulgação de coleções. A ação contou com a participação da Universidade Federal do Goiás, respaldada pelo Termo de Execução Descentralizada UFG e Ibram (Processo SEI nº 01415.012124/2016-02). Atualmente já são mais de 200.000 itens catalogados e cerca de 20.000 itens disponibilizados à sociedade para consulta online. O programa possibilitou a criação de uma plataforma de busca integrada dos bens culturais musealizados, denominada *Acervo em Rede*.

A plataforma tem previsão de lançamento para o ano de 2022. Ainda no âmbito do programa *Acervo em Rede*, ocorreram os lançamentos das coleções digitais:

- a) Coleção de Acervo Digital do Museu da Abolição, em maio de 2021, disponível em <https://museudaabolicao.acervos.museus.gov.br/>;
- b) Coleção de Acervo Digital do Museu Regional de Caeté, em outubro de 2021, disponível em <https://museuregionaldecaete.acervos.museus.gov.br/>;
- c) Coleção de Acervo Digital do Museu Solar Monjardim, em novembro de 2021, disponível em <https://museusolarmonjardim.acervos.museus.gov.br/>.

- Realização do levantamento de visitação mensal aos museus Ibram, por meio do Formulário de Visitação Mensal - FVM (ciclo 2021).
- Realização do levantamento de visitação anual dos museus brasileiros em 2020, por meio do FVA. Os dados de visitação do FVA estão disponíveis no Portal do Ibram em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/museus-publico/formulario-de-visitacao-anual-fva>. O levantamento realizado em 2021 refere-se ao público visitante dos museus brasileiros no ano anterior (2020).
- Realização de atualizações na Plataforma Museusbr, em especial atendimento ao Plano de Trabalho elaborado em virtude do Acórdão TCU nº 1243/2019 – Plenário, que visa atualizar as informações dos museus no Cadastro Nacional de Museus, com base nos dados obtidos no levantamento (Pesquisa Museus Federais). As informações sobre a atualização

desses dados foram enviadas para a AUDIN/Ibram, por meio de relatório, constante dos autos do Processo SEI nº 01415.001739/2019-48.

- Estabelecimento de Termo de Reciprocidade com a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, para realização do registro de museus.
- Elaboração do Relatório da Pesquisa sobre Acessibilidade, realizada em parceria com o Observatório Ibero-Americano de Museus, aplicada junto aos museus Ibram, a qual será publicada em 2022 no portal do organismo internacional.
- Realização de 34 registros de museus, no ano de 2021.
- Instituição de Grupo de Trabalho (GT) – Portaria Ibram nº 137, de 02 de fevereiro de 2021 – para a elaboração de políticas, instrumentos normativos e procedimentos voltados à custódia e o acesso público de coleções digitais relativas ao desenvolvimento e à memória da Política Nacional de Museus e do Instituto Brasileiro de Museus.
- Em diálogo direto com o objetivo de "*estimular, produzir e difundir conhecimento e informação sobre o campo museal*", integrante da *Estratégia 3* do Mapa Estratégico do Ibram, foi criado, em fevereiro de 2021, o Grupo de Trabalho para a elaboração de políticas, instrumentos normativos e procedimentos voltados à custódia e o acesso público de coleções digitais relativas ao desenvolvimento e a memória da Política Nacional de Museus, denominado *GT Coleções Digitais*. O coletivo foi responsável por elaborar instrumentos normativos que formalizam a adoção do acesso aberto às coleções digitais arquivísticas,

bibliográficas, museológicas e documentais preservadas na autarquia, bem como ao conhecimento produzido pelos seus agentes públicos. Todo o conteúdo poderá ser acessado em um repositório temático e institucional, que está em desenvolvimento. A expectativa é que as Resoluções Normativas sejam publicadas no primeiro semestre de 2022.

- Atividades do Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia (Cenedom): em 2021, o Cenedom permaneceu fechado com acesso restrito a sala de estudos e ao espaço de pesquisa online, em razão da pandemia de Covid-19. Porém, foi retomado o serviço de empréstimo de livros da Biblioteca Central (para servidores da sede), o intercâmbio bibliográfico e os serviços de aquisição de ISBN para publicações do Ibram e elaboração de fichas catalográficas.
- Levantamento arquivístico da massa documental física dos museus do Ibram, referente aos processos SEI 01415.001049/2021-11; 01415.001809/2021-82 e 01415.001804/2021-50. Em relação aos acervos arquivísticos do Ibram, a CAB, em parceria com as unidades museológicas, realizou o levantamento sobre necessidades de tratamento arquivístico para acervos documentais nos museus. O objetivo dessa atividade foi conhecer e acompanhar o nível de organização desses acervos.
- Participação do Ibram em audiência pública na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/60864/sessao/546421?video=1618579795437>. Acesso em: 07 abr. 2022.
- Participação do Ibram em audiência pública na Comissão de Turismo e Desenvolvimento Regional do Senado Federal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=10350>. Acesso em: 07 abr. 2022.

- Entrevista EBC - Programada “A Voz do Brasil” (18/08/2021). Tema: segurança e prevenção de incêndios nos museus Ibram.
- Participação na “Jornada de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia - Jabim 2021” (25/08/2021). Tema: Arquivos, Bibliotecas e Museus: os desafios na contemporaneidade.
- Participação no “Congresso de Cultura” (26/08/2021). Tema: Comemoração ao 15º aniversário da Carta Cultural Ibero-Americana.
- Participação no “Mercado das Indústrias Criativas do Brasil – MICBR 2021”. Tema: Fundos e Financiamentos para o Desenvolvimento de Negócios Criativos (18/11/2021).
- Participação no “Seminário Internacional Museus Marítimos: Rotas Contemporâneas”, promovido pelo Departamento Cultural do Abrigo do Marinheiro (DCAMN), em parceria com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).
- Transmissões ao vivo sobre diversos temas, como metodologia de gestão de riscos do Ibram e webinar de fiscalização de museus, conforme Quadro 14:

Quadro 13 - Transmissões ao vivo em 2021

REDE SOCIAL	TÍTULO	DATA	LINK	MEDIADOR	VISUALIZAÇÕES
YouTube	1º Webinar de Fiscalização Museal (1º dia).	19/10/2021	https://www.youtube.com/watch?v=fcnfSPXzVLk	Eneida Queizoz e Ricardo Rosa	987
YouTube	1º Webinar de Fiscalização Museal (2º dia).	20/10/2021	https://www.youtube.com/watch?v=R5VeEVMVQ_o	Eneida Queizoz e Ricardo Rosa	748
YouTube	1º Webinar de Fiscalização Museal (3º dia).	21/10/2021	https://www.youtube.com/watch?v=QX99--Tqd6M	Eneida Queiroz e Werner Bezerra	531
YouTube	1º Webinar de Fiscalização Museal (4º dia).	22/10/2021	https://www.youtube.com/watch?v=zTNYbwIByDs	Eneida Queiroz e Werner Bezerra	588
YouTube	Lançamento da Metodologia de Gestão de Riscos do Instituto Brasileiro de Museus.	24/09/2021	https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/ibram-divulga-versao-revisada-do-programa-de-gestao-de-riscos-ao-patrimonio-musealizado-brasileiro	Taís Valente	241

Fonte: Assessoria de Comunicação - ASCOM/NRI/Ibram.

3.3 - Publicações

- Publicação digital do relatório contendo o estudo sobre avaliação de impacto local socioeconômico dos museus: nesta publicação, o Instituto Brasileiro de Museus - Ibram apresenta os resultados do estudo Avaliação do Impacto Socioeconômico de Museus no Brasil, que é fruto de uma parceria com o Núcleo de Estudos em Economia Criativa e da Cultura - Neccult da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Essa iniciativa desenvolveu-se com uma metodologia de avaliação de impactos dos museus em nível local que foi aplicada de forma piloto a cinco museus selecionados entre 2018 e 2021. O estudo apresenta três ações principais: a primeira foi realizada ainda em 2018, com a revisão de estudos e avaliações de impactos econômicos e sociais aplicáveis aos museus brasileiros e de proposição de um modelo de análise. A partir disso, entre 2018 e 2021 a pesquisa se desenvolveu através de duas abordagens – uma quantitativa e outra, qualitativa. Em 2021 o material foi enviado para processo de copidesque, com previsão de publicação em formato *E-book* em 2022.
- Publicação digital do Manual de Avaliação de Impacto Socioeconômico Local dos Museus Brasileiros: o objetivo da ação é permitir que os museus possam avaliar o impacto de suas ações, de modo a compreenderem se suas atuações estão indo ao encontro da missão do seu museu, fornecendo informações para seu planejamento futuro. Além disso, a realização das avaliações de impacto pelas próprias organizações permite capacitar seus trabalhadores, facilitando a internalização do conhecimento e do aprendizado gerado durante o processo e contribuindo para a cultura de boas práticas avaliativas dentro da organização. Em 2021 o material foi finalizado e existe previsão de publicação, em formato *E-book*, para 2022.
- Guia de Autoavaliação em Sustentabilidade Museal: trata-se de uma ferramenta informatizada composta de 55 indicadores multidimensionais, selecionados dentre os 96 indicadores que integram o Painel de Indicadores de

Sustentabilidade, a ser hospedada pelo Observatório do Programa Ibermuseus. O guia foi concluído em dezembro de 2021 e será disponibilizado aos museus pelo Programa Ibermuseus no primeiro semestre de 2022.

- Publicação digital do Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro: A publicação visa subsidiar as estratégias de ação do Ibram e orientar os museus brasileiros sobre o planejamento, a prevenção e o controle dos riscos ao patrimônio musealizado, com vistas a minimizar seus efeitos, responder a situações de emergência e a favorecer a qualificação da gestão das instituições museológicas e a sustentabilidade nas tomadas de decisão dirigidas à preservação e à segurança. A nova versão do programa prevê linhas de atuação em torno de eixos temáticos (novos ou renovados), que correspondam tanto às expectativas do campo museológico quanto às perspectivas colocadas pelo cenário institucional. O programa preserva, assim, o conjunto de eixos que incorporam tematicamente as várias dimensões da atuação do Ibram na gestão de riscos em museus (articulação e parcerias em vários níveis), pesquisa, orientações e recomendações técnicas, capacitação e partilha de conhecimento e expertise com profissionais do campo museológico. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/ibram-divulga-versao-revisada-do-programa-de-gestao-de-riscos-ao-patrimonio-musealizado-brasileiro>.
- Publicação digital intitulada "*Acervos Digitais nos Museus: manual para realização de projetos*", que visa ajudar os profissionais e cidadãos interessados no tema a identificar novas práticas e tecnologias para seus projetos de acervos digitais.

4. AÇÕES DE GOVERNANÇA INTERNA

4.1 - Gestão de Pessoal

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Ibram observa o conjunto de normas e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal no acompanhamento das publicações no Diário Oficial da União e resenhas de gestão de pessoas encaminhadas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

4.1.1 - Avaliação da força de trabalho

A força de trabalho do Ibram é composta por servidores oriundos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que passaram a integrar o quadro desta autarquia quando da sua criação; por servidores nomeados por aprovação no concurso público realizado em 2010; por servidores requisitados; e colaboradores terceirizados.

O ano de 2021 encerrou-se com 494 servidores em exercício, representando uma diminuição de 1,4% do quadro geral em relação a 2020. O Quadro 15 apresenta a composição da força de trabalho do Ibram, por situação funcional.

Quadro 14 - Força de trabalho do Ibram em 2021

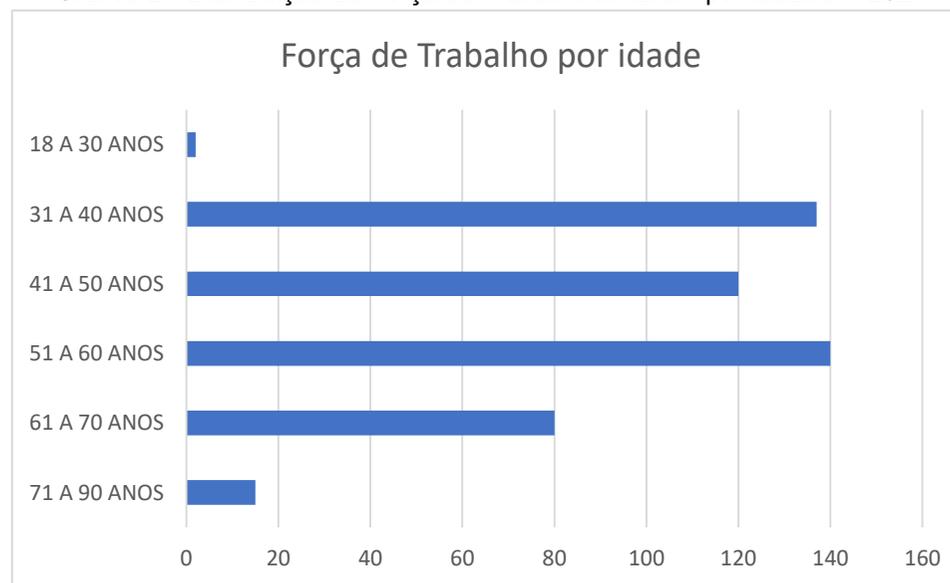
Composição da Força de Trabalho – Distribuição por Situação Funcional

Ativo Permanente	Requisitados	Cedidos	Anistiados	Sem Vínculo	Outros
361	58	19	13	24	19
73%	11%	4%	3%	5%	4%

Fonte: DW-SIAPE, 2021.

A força de trabalho do Ibram é formada prioritariamente por servidores cuja faixa etária está compreendida entre 31 e 60 anos, conforme apresentado no Gráfico 2. Cerca de 19% do quadro efetivo do Instituto já adquiriu condição de aposentadoria.

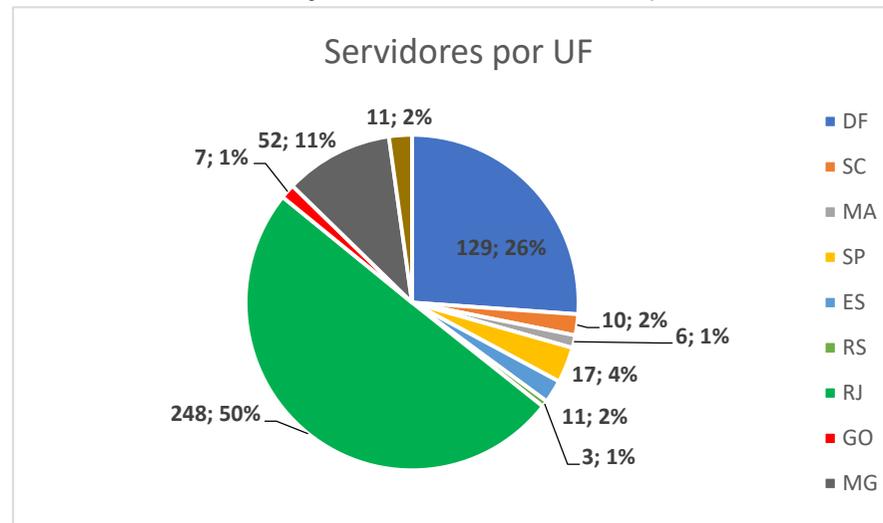
Gráfico 2 - Distribuição da Força de Trabalho do Ibram por idade em 2021



Fonte: DW-SIAPE, 2021.

Existe uma concentração de 248 servidores no Rio de Janeiro, o que representa 50% da força de trabalho do Instituto, seguido por 129 servidores (26%) na Sede em Brasília, e 52 servidores (11%) em Minas Gerais, conforme se pode verificar no Gráfico 3.

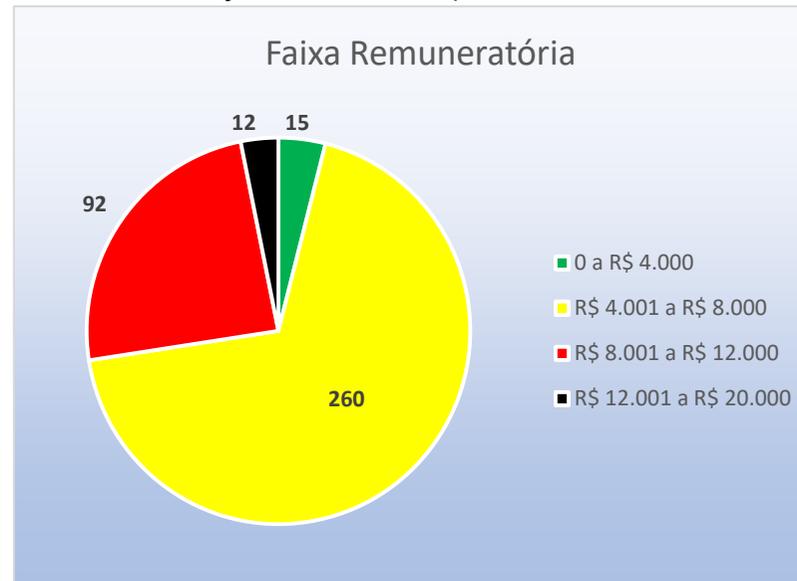
Gráfico 3 - Distribuição dos servidores do Ibram por UF em 2021



Fonte: DW-SIAPE, 2021.

A remuneração dos servidores pertence ao Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata a Lei nº 11.233/2005, e está distribuída conforme apresentado no Gráfico 4.

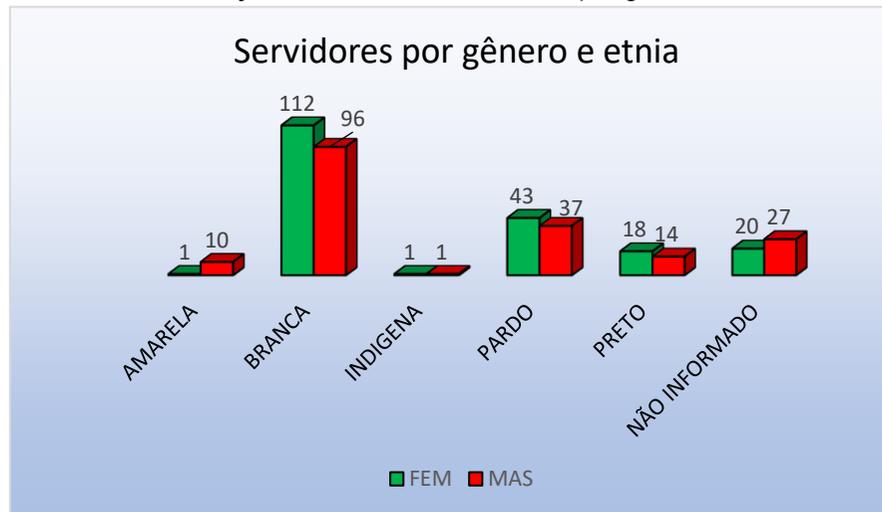
Gráfico 4 - Distribuição dos servidores por faixa remuneratória em 2021



Fonte: Sistema DW, 2021.

Com relação à classificação por gênero e etnia, evidencia-se uma baixa representação de pardos e pretos entre os servidores do quadro permanente do Ibram, conforme demonstra o Gráfico 5.

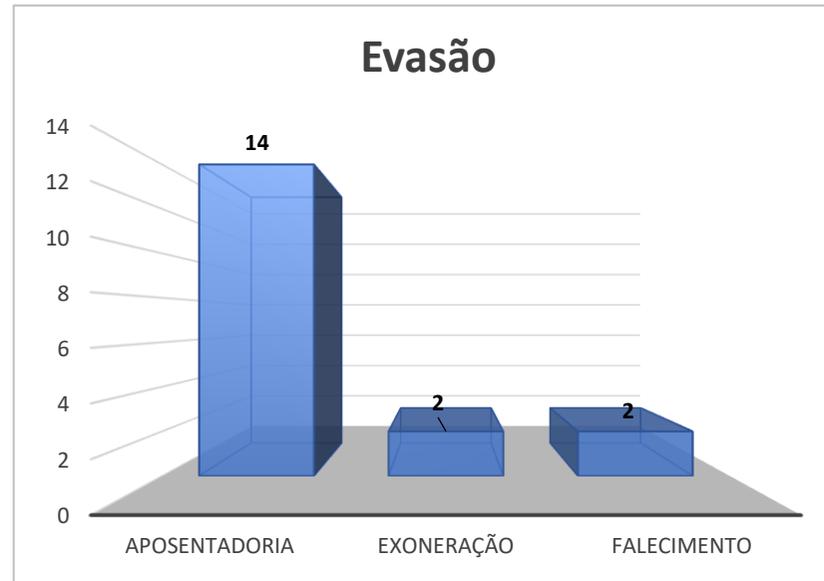
Gráfico 5 - Distribuição dos servidores do Ibram por gênero e etnia em 2021



Fonte: DW-SIAPE, 2021.

O maior motivo de evasão dos servidores do Ibram em 2021 foi a aposentadoria, com 14 em um total de 18 servidores.

Gráfico 6 - Evasão de servidores do Ibram em 2021



Fonte: SIAPE, 2021.

No que se refere à distribuição dos cargos comissionados, apresentada no Tabela 1, dos 70 cargos em comissão DAS, níveis 1, 2, 3 e 4, 65% estiveram ocupados por servidores de carreira em 2021, percentual superior ao mínimo estabelecido no Decreto nº 10.829/2021.

Tabela 1 - Cargos em Comissão e Funções de Confiança do Ibram em 2021

Código	DAS Unitário	Quantidade	Valor Total
DAS 101.6	6,27	1	6,27

DAS 101.4	3,84	13	49,92
DAS 101.3	2,1	15	31,5
DAS 101.2	1,27	18	22,86
DAS 101.1	1	16	16
DAS 102.4	3,84	1	3,84
DAS 102.2	1,27	6	7,62
SUBTOTAL 1		70	138,01
FCPE 101.4	2,3	2	4,6
FCPE 101.3	1,26	9	11,34
FCPE 101.2	0,76	21	15,96
FCPE 101.1	0,6	5	3
FCPE 102.2	0,76	1	0,76
FCPE 102.1	0,6	1	0,6
SUBTOTAL 2		39	36,26
FG-1	0,2	24	4,8
FG-2	0,15	16	2,4

FG-3	0,12	19	2,28
SUBTOTAL 3		59	9,48
TOTAL (1+2+3)		168	183,75

Fonte: Ibram.

Ainda em relação à situação funcional dos servidores do Ibram, objeto do Quadro 16, temos 475 servidores em efetivo exercício. Outros 243 estão aposentados, 23 são beneficiários de pensão e 19 foram cedidos para outros órgãos. Desses últimos, além de quatro servidores cedidos, outros quatro foram por força da Lei nº 12.954, de 5 de fevereiro de 2014, que cria o Instituto Nacional da Mata Atlântica, oito para atender requisição por força de lei específica (Presidência, TRE e CADE/MJ), duas movimentações para composição de força de trabalho (que independe de autorização do Ibram), e um por exercício provisório para acompanhamento de cônjuge.

SITUAÇÃO	QTD
Ativo Permanente	361
Requisitado	58
Nomeado em Cargo Comissão.	24
Exercício Descentralizado Carreira	17
Exercício Provisório	2
EXERC. §7º Art. 93 da Lei 8.112 – ANISTIADO	13

Quadro 15 - Distribuição dos Funcionários em 2021

EM EFETIVO EXERCÍCIO	475
Cedido/Ativo em outro Órgão	19
Aposentado	243
Beneficiário Pensão	23

Servidores por Situação

Fonte: SIAPE, 2021.

A estruturação da política de gestão de pessoas para cumprimento do objetivo estratégico de manter o quadro funcional efetivo suficiente e qualificado para o alcance das metas institucionais tem sido um desafio enfrentado anualmente. Diversas solicitações têm sido encaminhadas ao Ministério da Economia, objetivando autorização para realizar concurso público, conforme se verifica no Tabela 2.

Tabela 2 - Solicitações para autorização de concurso no Ibram (2013 a 2022)

01415.004790/2012-35	2013
01415.004612/2013-95	2014
01415.004612/2013-95	2015
01415.004399/2015-83	2016
01415.003017/2016-85	2017
01415.002945/2017-11	2018
01400.004249/2018-81	2019

01415.001224/2019-48	2020
01415.000700/2020-47	2021
01415.000585/2021-91	2022

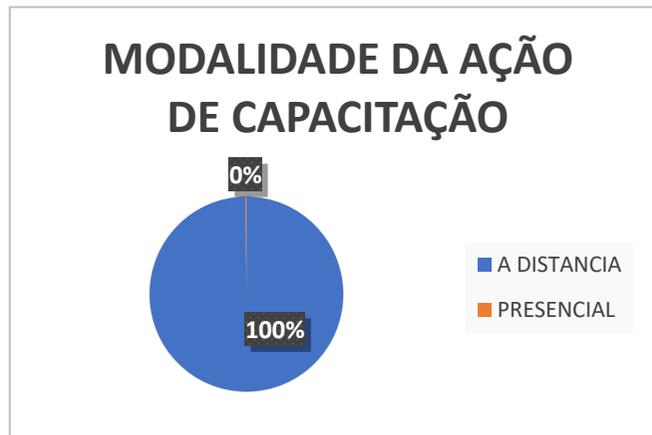
Fonte: SEI.

Para minimizar a carência de pessoal no Instituto, foi publicado edital para viabilizar a requisição de servidores de outros órgãos federais com interesse em prestar serviço ao Ibram. Também foram realizadas, em 2021, chamadas públicas para a seleção de diretores de algumas Unidades Museológicas do Instituto, mediante a publicação dos Editais de processo seletivo do Museu da Inconfidência, do Museu Histórico Nacional, do Museu Nacional de Belas Artes e do Museu Regional de Caeté.

4.1.2 - Desenvolvimento de pessoas

O aperfeiçoamento dos mecanismos de valorização dos servidores e colaboradores tem sido realizado mediante a concretização de eventos à distância, proporcionando a efetivação de 640 ações de capacitação, o que dá uma média de 1,3 ação de capacitação por servidor. Em 2021, devido a pandemia de COVID-19, as ações foram predominantemente a distância, conforme Gráfico 7.

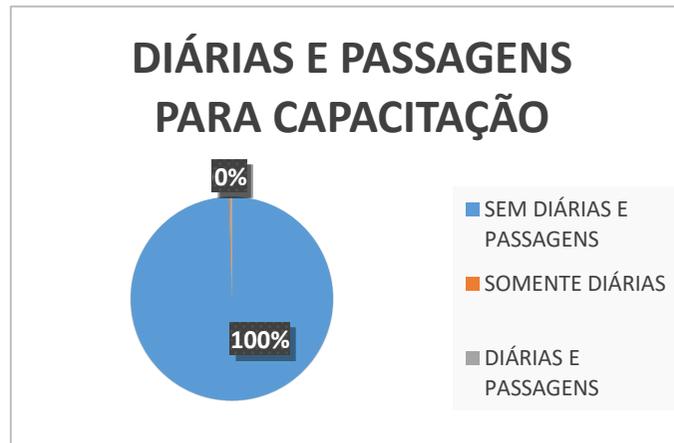
Gráfico 7 - Modalidades de Capacitação realizadas no Ibram em 2021



Fonte: Divisão da Capacitação e Organização - DCO/CGP/DPGI/Ibram.

Mais uma consequência nítida da pandemia foi a redução dos gastos com viagens nas capacitações: 100% delas não tiveram custos com diárias ou passagens, conforme exposto no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Inclusão de diárias e passagens para realizar Capacitação em 2021



Fonte: Divisão da Capacitação e Organização - DCO/CGP/DPGI/Ibram.

Foram utilizadas mais de oito mil horas de capacitação pelos servidores, o que significa dizer que cada servidor realizou, em média, 17 horas de treinamento.

Quadro 16 - Horas de Treinamento

Carga horária total	8.550
Carga horária por servidor	17
Carga horária por ação de capacitação	13

Fonte: Divisão da Capacitação e Organização - DCO/CGP/DPGI/Ibram.

Foram investidos R\$ 77.092,82 (setenta e sete mil, noventa e dois reais e oitenta e dois centavos) no pagamento de inscrição de servidores em ações de capacitação. Assim, podemos inferir que foram gastos somente cerca de R\$ 156,06 (cento e cinquenta e seis reais e seis centavos) por servidor em média, devido em grande parte pelo aumento da oferta de cursos gratuitos pela ENAP, através da plataforma da Escola Virtual de Governo - EVG.

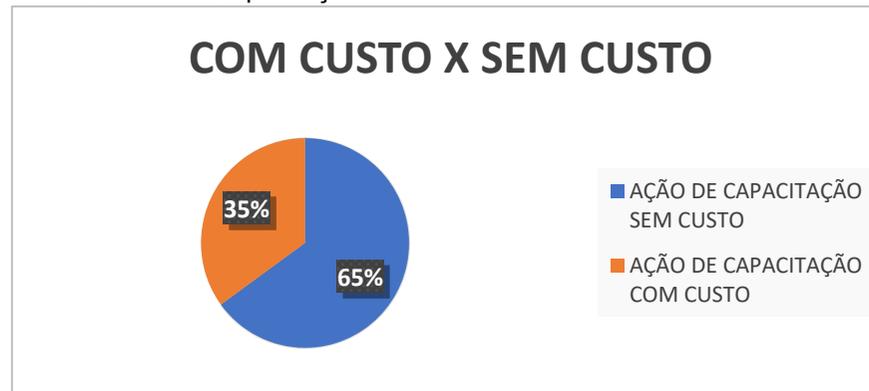
Quadro 17 - Pagamento de Inscrição, em reais (R\$)

Investimento Total	77.092,82
Investimento por Servidor	156,06
Investimento por Ação de Capacitação	120,46

Fonte: Divisão da Capacitação e Organização - DCO/CGP/DPGI/Ibram.

Grande parte das ações de capacitação (65%) não tiveram custo com o pagamento de inscrição de servidores.

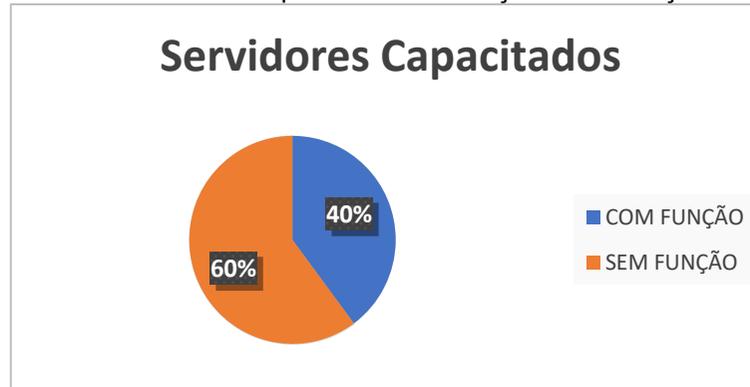
Gráfico 9 - Capacitações realizadas com e sem custo em 2021



Fonte: Divisão da Capacitação e Organização - DCO/CGP/DPGI/Ibram.

Ressalte-se que as chefias do Ibram também foram capacitadas, totalizando 255 participações de chefias em treinamento, o que representa 40% dos servidores que fizeram capacitação. Valor bastante significativo, tendo em vista a existência de 168 cargos autorizados (DAS, FCPE ou FG).

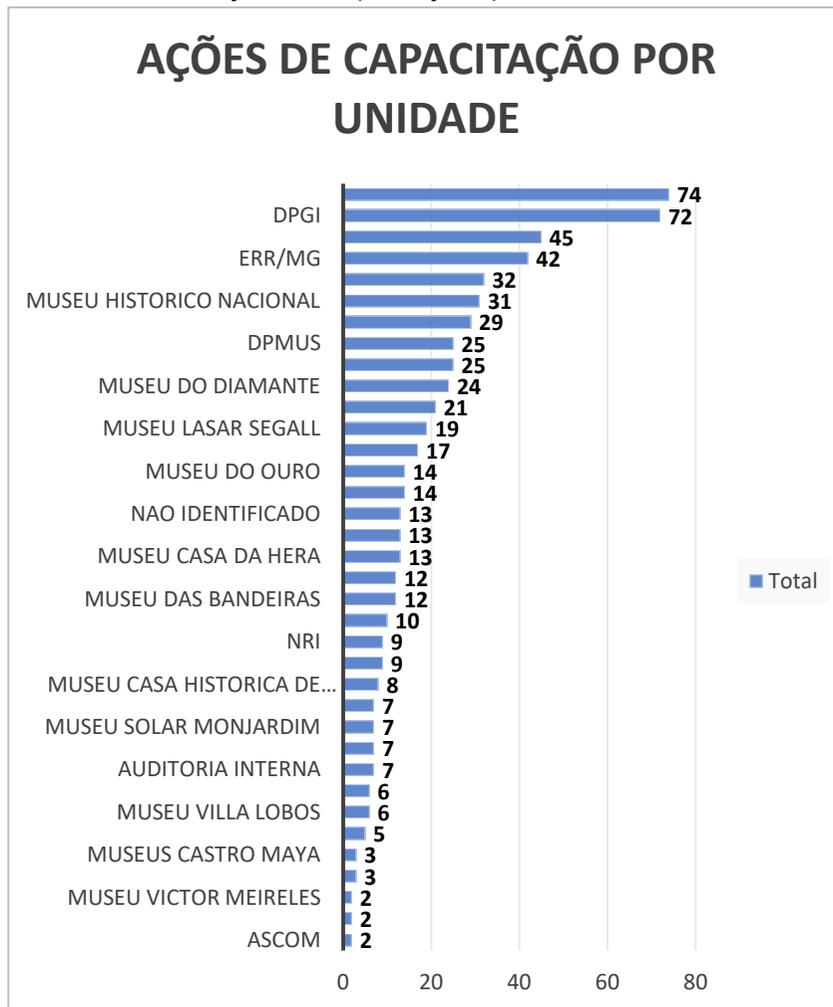
Gráfico 10 - Servidores Capacitados com função e sem função em 2020



Fonte: Divisão da Capacitação e Organização - DCO/CGP/DPGI/Ibram.

Muitas ações de capacitação foram realizadas por servidores do Museu Imperial e da área-meio, com destaque para o Departamento de Planejamento e Gestão Interna - DPGI. Por outro lado, o fato de a maioria das unidades terem poucas ações de capacitação se justifica por existirem diversas unidades com poucos servidores. De qualquer forma, todas as unidades do Ibram tiveram pelo menos um servidor capacitado.

Gráfico 11 - Distribuição das capacitações por Unidade no Ibram em 2021



Fonte: Divisão da Capacitação e Organização - DCO/CGP/DPGI/Ibram.

4.1.3 - Despesas de pessoal

Devido à pandemia, muitos servidores não fizeram jus ao auxílio-transporte, o que acarretou o decréscimo das despesas com pessoal ativo. Outro ponto a destacar é que, diferentemente dos anos anteriores, a despesa com requisitados não incluiu os valores pagos a título de DAS e benefícios a esses servidores, tendo sido considerados apenas os recursos empenhados e pagos na natureza de despesa específica para essa finalidade (vinculação 309). Em 2021, o Ibram contou com apenas um empregado requisitado, razão da diminuição da despesa em relação ao ano de 2020.

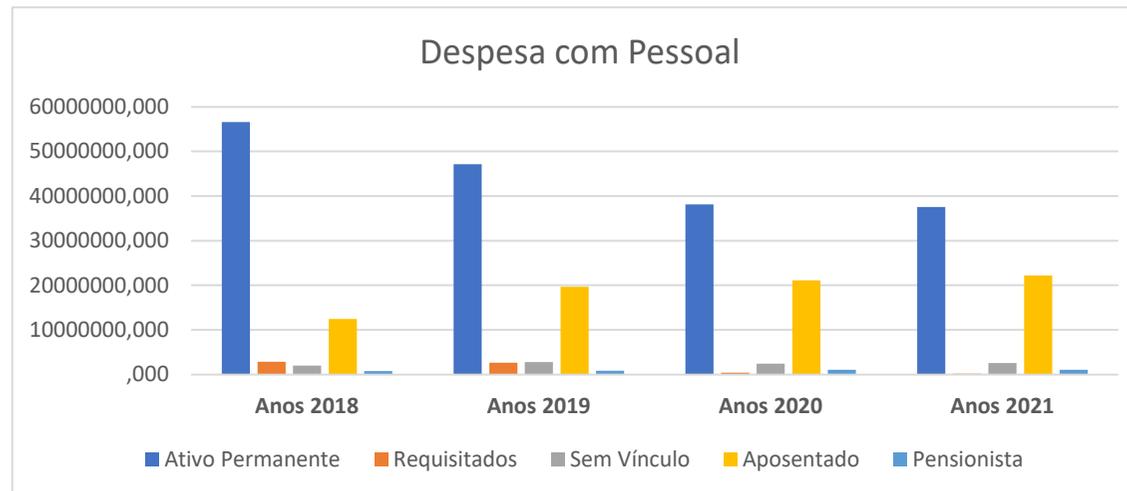
Conforme exposto na Tabela 3, o decréscimo da despesa com ativo permanente foi decorrente das aposentadorias, o que explica o acréscimo na despesa correspondente.

Tabela 3 - Despesa de Pessoal do Ibram, por situação funcional (2018 a 2021)

Situação Funcional	Anos			
	2018	2019	2020	2021
Ativo Permanente	56.583.346,00	47.109.817,14	38.123.993,42	37.520.960,84
Requisitados	2.841.878,27	2.625.417,69	410.657,20	171.634,70
Sem Vínculo	2.010.098,50	2.785.957,06	2.433.446,38	2.556.970,08
Aposentado	12.414.769,66	19.671.563,29	21.080.461,66	22.176.180,07
Pensionista	792.252,11	864.222,20	1.031.519,22	1.080.122,10
Total	74.642.344,54	73.056.977,38	63.080.077,88	63.505.867,79

Fonte: SIAFI, 2021.

Gráfico 12 - Evolução da despesa com pessoal no período de 2018 a 2021



Fonte: SIAFI, 2021.

Os grandes desafios da gestão de pessoas permeiam no desenvolvimento de novas estratégias para atrair, recrutar e reter talentos, na capacitação de gestores, servidores e colaboradores, dinamizando o plano de desenvolvimento de pessoas, orientando suas temáticas, identificando as demandas críticas para priorizar o atendimento, buscando assegurar recursos que viabilizem sua realização e desenvolver ações que visem a melhoria do clima organizacional.

Na política de valorização dos servidores, a Coordenação de Gestão de Pessoas - CGP implementou a descentralização de recursos orçamentários das ações de capacitação para as unidades gestoras do Ibram, proporcionando maior autonomia aos Museus/Unidades Gestoras, possibilitando a realização de cursos *In Company* e/ou coletivos de interesse dos servidores e adequados às necessidades institucionais no âmbito da unidade da federação.

4.2 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Um dos maiores riscos identificados na gestão de pessoas, que pode comprometer, de forma grave, o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo, e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo, é a carência de pessoal. Atualmente, a situação do Ibram, no que se refere à força de trabalho, é alarmante, com um decréscimo de 18% na quantidade de servidores efetivos em somente 4 anos, conforme exposto no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Decréscimo da quantidade de servidores efetivos do Ibram (2018 a 2021)



Fonte: SIAPE, 2021.

4.2.1 - Recomposição dos quadros

São vários os fatores que apontam a necessidade de recomposição dos quadros de pessoal, mas o principal e mais preocupante é o índice de 51% de evasão dos servidores nomeados no único concurso do Ibram, realizado em 2010, se comparando o quantitativo de exonerações com o número total de vagas oferecido.

Dos 380 servidores que compõem o quadro de pessoal ativo do Ibram, 19 estão cedidos, 172 servidores (45%) têm mais de 50 anos de idade, e 72 servidores recebem abono de permanência. (Fonte: Relatório DW referente à folha de dezembro/2021).

Os requisitados, os nomeados sem vínculo, anistiados e outros somam 114 trabalhadores, ou seja, 23% do efetivo total em exercício no Ibram (494 pessoas).

Outro complicador é a necessidade de atendimento a legislações existentes na Administração Pública Federal, que impõem a criação de unidades ou núcleos dentro da autarquia, sem a respectiva criação de cargos para atender a essas demandas: Corregedoria, Ouvidoria, Convênio, Assessoria Internacional, Prestação de Contas, os Escritórios de Representação em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, entre outros.

Para tornar-se viável, dentro da conjuntura condicionante da época, a estrutura do Ibram foi planejada de forma bastante austera e restrita, o que ensejou o nível dos cargos de confiança (DAS) da instituição abaixo do padrão para autarquias, conforme estabelece o Anexo V da IN nº 03/2010. Sendo assim, entre DAS, FCPE e Função Gratificada, o Ibram possui 168 cargos autorizados pelo Decreto nº 6.845/2009, alterado pelo decreto nº 8.904/2016, quando estudos de reestruturação apontam a necessidade de 633 cargos.

O atual quadro em exercício encontra-se abaixo do requerido pela missão, competência e atribuições do Ibram. É necessário se efetivar uma lotação funcional equivalente à demanda institucional, de modo a recompor a força de trabalho insuficiente já naquele momento do concurso, seja nas atividades finalísticas seja nas de suporte. O não atendimento aos pleitos para realização de concursos implica em um aumento do passivo, redução na capacidade de atendimento às atividades finalísticas, dificuldade de resposta às novas demandas e limitação das possibilidades de ampliação dos serviços prestados.

4.2.2 - Principais desafios da Gestão de Pessoas para 2022

- Celebrar parceria, convênio ou contratação de empresa especializada para realização de exames periódicos, com o objetivo de preservação e atenção à saúde dos servidores públicos do Ibram, em função de riscos no ambiente de trabalho e doenças ocupacionais ou não, em atendimento ao disposto no art. 206-A da Lei nº 8.112/1990.
- Concluir a alimentação do Sistema AFD - Assentamento Funcional Digital.
- Consolidar a implantação do Programa de Gestão do Ibram.
- Implantar o programa de incentivo à graduação e pós-graduação com vistas à ampliação da formação acadêmica, à qualificação e ao aperfeiçoamento do quadro de pessoal do Ibram.
- Implantar o SIGEPE-AD – Sistema de Gestão de Pessoas – Avaliação de Desempenho.
- Implantar o SISREF - Sistema de Registro de Frequência - IN nº 125 de 3/12/2020.
- Publicar os editais de seleção para a direção do Museu das Missões, do Museu de Arqueologia de Itaipu, do Museu do Diamante, do Museu Lasar Segall, do Museu Victor Meireles, do Museu Villa Lobos e dos Museus Castro Maya.

4.3 - Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

Quadro 18 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM						
UG/Gestão: 423031						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
		(CNPJ)	Início	Fim		
2021	Contratação de Agente de Integração, para intermediar recrutamento, pré-seleção, encaminhamento e acompanhamento de estudantes de Níveis Médio e Superior, candidatos a estágio no Ibram.	CIEE - Centro de Integração Empresa Escola 61600839/0001-55	01/07/2020 01/07/2021 29/12/2021	01/07/2021 28/12/2021 29/12/2022	Nível Médio em andamento ou Nível Superior em andamento	Ativo

Fonte: Divisão da Capacitação e Organização - DCO/CGP/DPGI/Ibram.

Tabela 4 - Composição do Quadro de Estagiários em 2021

	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Área Fim	20	20	20	12	
Área Meio	3	3	1	3	328.589,51
Total	23	23	21	15	

Análise Crítica: No que pese o grande *turnover* de estagiários, o quantitativo, analisado trimestralmente, se manteve relativamente constante ao longo do ano. Diante da pouca quantidade de vagas de estágio, a área fim da instituição foi priorizada com mais de 80% das vagas. (Fonte: Divisão de Capacitação e Organização/CGP/DPGI através do Relatório da Folha de Pagamento e transação GRCOFINDDP do SIAPE)

Fonte: Divisão da Capacitação e Organização - DCO/CGP/DPGI/Ibram.

Tabela 5 - Dados Gerenciais de 2021 (Estágio Estudantil)

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	MÉDIA
Nº de estagiários	31	27	23	20	18	23	20	20	21	22	18	15	21

Fonte: Divisão da Capacitação e Organização - DCO/CGP/DPGI/Ibram.

Tabela 6 - Valor gasto com estagiários em 2021 (R\$)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Agente de Integração - CIEE	1.113,21	969,57	825,93	718,20	646,38	825,93	718,20	718,20	754,11	790,02	646,38	538,65	9.264,78
Folha de Pagamento	24.179,03	20.349,33	18.104,54	15.238,53	21.199,40	41.748,21	35.215,71	33.053,73	29.369,74	35.273,44	25.940,85	19.652,22	319.324,73

Fonte: Divisão da Capacitação e Organização - DCO/CGP/DPGI/Ibram.

Sobre a política de estágio, o Ibram segue a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e a Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, normativos que regem o assunto, e possui orientações internas com as regras de contratação, as exigências sobre especialização etc., disponibilizadas na intranet.

5. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Ibram tem como principal instância o Comitê de Governança Digital, que também atua como Comitê de Segurança da Informação, além da Coordenação de Tecnologia da Informação (CTINF), cujo escopo de atuação abrange o atendimento de demandas do edifício sede do Ibram, dos museus vinculados e seus anexos, assim como dos Escritórios de Representação Regional em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Para assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação, a CTINF observa e aplica as regras e diretrizes estabelecidas pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp), Secretaria de Governo Digital, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e demais órgãos correlatos do Governo Federal.

A Gestão de TIC no Ibram implica a utilização adequada de recursos, pessoas, processos e práticas para alcançar o objetivo institucional. Nesse sentido, a CTINF atua no planejamento, construção, organização e controle das atividades operacionais, e se alinha com a direção estratégica definida pelo Instituto.

5.1 - Principais Ações de 2021

5.1.1 - Governança e Normas de TIC

Quadro 19 - Normas de Tecnologia da Informação e Comunicação

Revisão e consolidação de todos os atos normativos de Tecnologia da Informação e Comunicação vigentes no âmbito do Ibram em conformidade com o Decreto nº 10.139 de 28 de novembro de 2019.
Resolução Normativa Ibram nº 4 de 28 de julho de 2021 - Regulamenta a Política de Segurança da Informação - POSIN.
Portaria Ibram nº 309 de 20 de abril de 2021 - Dispõe sobre a utilização institucional dos recursos de telefonia fixa e móvel no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus e dispõe sobre o ateste das faturas de telefonia fixa para a Sede Unidades Museológicas e Representações.
Portaria Ibram nº 339 de 30 de abril de 2021 - Institui o Comitê de Governança Digital e aprova seu Regimento Interno.
Portaria Ibram nº 366 de 17 de maio de 2021 - Regulamenta o uso dos recursos de impressão.
Portaria Ibram nº 544 de 09 de julho de 2021 - Estabelece as diretrizes para o uso e controle do correio eletrônico institucional.
Portaria Ibram nº 572 de 22 de julho de 2021 - Institui a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PGTIC).

Fonte: CTINF/DPGI/Ibram.

5.1.2 - Sistemas e Plataformas

- Apoio técnico nas etapas de migração do portal institucional do Ibram Sede e do Museu Nacional de Belas Artes para a plataforma GovBR, como parte do projeto de transformação digital dos serviços públicos;
- Disponibilização do *ATOM*, sistema para gerenciamento de descrições arquivísticas em conformidade às normas do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), para o Museu da República e para o Museu Histórico Nacional;
- Implantação e internalização do Sistema para Gerenciamento do Programa de Gestão no âmbito do Ibram, desenvolvido pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), utilizado para pactuação e monitoramento dos resultados do Programa de Gestão (teletrabalho), seguindo as diretrizes da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020;
- Migração do Donato, sistema para gerenciamento de acervo museológico, do Museu Nacional de Belas Artes para o Ibram/Sede; e
- Migração do Koha, sistema integrado de gestão de biblioteca, do Museu Lasar Segall para o Ibram/Sede.

5.1.3 - Segurança da Informação

- Adoção de providências para designação do Gestor de Segurança da Informação do Ibram, em conformidade com a Instrução Normativa GSI/PR nº 2, de 24 de julho de 2020;
- Atuação do Grupo de Trabalho de apoio a implantação de ações para o tratamento de dados pessoais no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus; e
- Atuação no Grupo de Trabalho para a implementação dos processos relacionados à Gestão de Segurança da Informação no âmbito do Ibram, em conformidade com as regulamentações emanadas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

5.1.4 - Contratações de TIC

- Contratação de serviços técnicos continuados de central de atendimento remoto e presencial aos usuários, na modalidade *Service Desk*, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC do Ibram, museus vinculados e escritórios regionais;
- Contratação dos serviços de *outsourcing* de impressão, reprografia e digitalização, para atendimento das necessidades do Instituto Brasileiro de Museus e suas unidades museológicas, na modalidade franquia de páginas mais excedente;
- Migração dos serviços de correio eletrônico, implantação e internalização do Office 365, de forma a propiciar a atualização e a expansão das licenças de uso de software conforme demanda do Ibram e permitir a futura evolução de sistemas e aplicativos;
- Planejamento da contratação dos serviços de telefonia fixa e móvel do Ibram; e
- Planejamento da contratação e implantação de serviços de certificado digital para os servidores do Ibram.

5.1.5 - Principais desafios para 2022

Com o decurso e permanência da situação excepcional de calamidade pública instalada no país decorrente da pandemia de Covid-19, associado à estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, os desafios da Coordenação de Tecnologia da Informação foram potencializados devido à necessidade abrupta de prover recursos para a implantação do teletrabalho e aceleração do processo de digitalização no Ibram, que demanda a implementação de diversas ações de governo digital e uso de recursos de TIC para a promoção de políticas públicas e serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis a qualquer hora e lugar e a um custo menor para o cidadão.

Assim, o sucesso na consolidação dessas ações depende da reestruturação da capacidade operacional da equipe da CTINF, capacitação contínua de seus servidores, realização de investimento e disponibilização dos recursos orçamentários necessários. Seguem algumas das ações previstas para 2022:

- Análise de viabilidade da contratação de nova solução de *storage* em nuvem;
- Captação de recursos humanos para recomposição do quadro de pessoal da CTINF;
- Consolidação das entregas e implantação dos processos, que ao todo somam treze normativos, previstos para o Grupo de Trabalho em Segurança da Informação e Comunicação;
- Implantação das ações de Estratégia Digital do Governo Federal, tais como:

- a) Avaliação de satisfação dos usuários de serviços públicos e estabelece padrões de qualidade para serviços públicos digitais no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, conforme Portaria SGD/ME nº 548, de 24 de janeiro de 2022;
- b) Utilização do acesso digital único do usuário aos serviços públicos da Plataforma gov.br de que tratam o inciso II do art. 3º e o inciso IV do art. 4º do Decreto nº 8.936, de 19 dezembro de 2016, bem como atendimento dos padrões de qualidade para serviços digitais do Governo Federal.
- c) Implantação do novo contrato de *outsourcing* de impressão, reprografia e digitalização para o Ibram, museus vinculados e escritórios regionais;
- d) Implantação do novo contrato de *Service Desk*, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC do Ibram, museus vinculados e escritórios regionais;
- e) Implantação do novo contrato de telefonia fixa e móvel para o Ibram, museus vinculados e escritórios regionais;
- f) Planejamento da contratação de solução de SD-WAN para o Ibram, museus vinculados e escritórios regionais em substituição ao MPLS; e
- g) Planejamento da contratação dos serviços de manutenção para o *storage* em uso.

6. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.1 - Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis à gestão de licitações e

contratos, o Departamento de Planejamento e Gestão Interna observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pela Administração Pública Federal.

Dessa forma, verifica periodicamente as normas publicadas pelo Ministério da Economia, além de utilizar o Sistema de Serviços Gerais - SISG, que compreende os subsistemas de: contratação de serviços de terceiros para execução de obras e serviços de construção, reforma, manutenção, demolição, zeladoria e vigilância, bem como de outros serviços passíveis de execução indireta por meio de contato; aquisição, recebimento, registro, guarda, distribuição, utilização, conservação, recuperação, manutenção, inventário, baixa, alienação e doação, bem como a fixação de padrões e especificações de bens móveis permanentes e de consumo; transporte de bens, servidores e pessoas à serviço da Administração, incluindo-se a distribuição, alienação, conservação, guarda, manutenção e utilização de veículos oficiais, bem como a locação de serviços de terceiros e aquisição de passagens em seus deslocamentos; comunicações administrativas, entendidas como a infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos, sua integração com outras soluções, proporcionando mais celeridade e eficiência nas atividades de gestão interna dos órgãos; e utilização de soluções informatizadas para o funcionamento das atividades de logística pública.

6.2 - Detalhamento das despesas nas licitações

Na gestão de licitações, foram realizados 53 procedimentos para aquisição de bens e serviços, totalizando o montante de R\$ 6.301.508,21 (seis milhões, trezentos e um mil, quinhentos e oito reais e vinte e um centavos), conforme constante no Quadro 21.

Quadro 20 - Procedimentos para Aquisição de Bens e Serviços em 2021, por Modalidade

Modalidade	Quantidade	Valor	%
Adesão a Registro de Preços	0	-	0
Cotação Eletrônica	5	R\$ 102.998,19	1,64
Dispensa de Licitação	34	R\$ 305.104,09	4,84
Inexigibilidade de Licitação	8	R\$ 53.836,45	0,85
Pregão Eletrônico	6	R\$ 5.839.569,48	92,67
Concorrência	0	-	0
TOTAL	53	R\$ 6.301.508,21	100,0

Fonte: Comprasnet, 2021.

Entre os valores estimados nos Pregões Eletrônicos e o valor homologado, gerou-se uma economia equivalente a 20% dos valores iniciais, o que demonstra um bom desempenho tanto dos pregoeiros, quanto da equipe que gerou os valores de referência.

6.3 - Detalhamento nas Contratações das Despesas

Na gestão de contratos, foram pactuados 44 instrumentos num montante de obrigações no valor de R\$ 42.291.905,84 (quarenta e dois milhões, duzentos e noventa e um mil, novecentos e cinco reais e oitenta e quatro centavos), conforme constante na Tabela 7.

Tabela 7 - Obrigações Contratuais em 2021(por UF)

Quantidade de Instrumentos Vigentes	UF	Montante	%
19	DF	R\$ 19.618.793,05	46,39%
5	GO	R\$ 1.283.349,58	3,03%
5	MA	R\$ 5.853.899,96	13,84%
5	PE	R\$ 9.211.417,36	21,78%
4	RJ	R\$ 5.112.766,36	12,09%
2	RS	R\$ 51.010,44	0,12%
4	SC	R\$ 1.160.669,09	2,74%

Fonte: Comprasnet, 2021.

Os instrumentos contratuais são destinados ao pleno funcionamento da Sede do Ibram, em Brasília-DF, e das 7 Unidades Museológicas vinculadas administrativamente à Sede, mas distribuídas pelo território brasileiro: Museu Casa da Princesa, Museu das Bandeiras e Museu de Arte Sacra da Boa Morte, em Goiás; Museu Casa Histórica de Alcântara, no Maranhão; Museu da Abolição, em Pernambuco; Museu das Missões, no Rio Grande do Sul; e Museu Victor Meirelles, em Santa Catarina. Abrangem os serviços de vigilância, limpeza e conservação, telefonia, internet, serviços de apoio administrativo e de recepção, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e manutenção da rede de esgoto, dentre outros.

6.4 - Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos

Os desafios encontrados na gestão de licitações e contratos trafegam entre a competitividade nos certames e a entrega com sucesso do objeto ou do serviço licitado. A eficiência dos processos administrativos de aquisições exige um desdobramento do agente público envolvido e um trabalho voltado para a transparência das atividades e processos e consonância com o repertório jurisprudencial dos órgãos de controle.

7. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

7.1 - Conformidade legal

Com relação à Conformidade Legal, foi publicada a Portaria nº 385, de 28 de novembro de 2018, que institui o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) que tem como finalidades:

- Ampliar a automação do registro contábil integrado com o Siafi, de forma on-line;
- Realizar o inventário eletrônico; e
- Viabilizar o reconhecimento periódico da depreciação e da amortização de bens.

7.2 - Gestão Patrimonial

São realizadas inspeções de conformidade nos bens móveis, buscando se verificar a compatibilidade entre a carga patrimonial das unidades e seus registros. Essas inspeções são realizadas em periodicidade anual, fazendo parte das ações constantes do Inventário Patrimonial Anual de Bens Móveis.

Em 2019 foram iniciados os procedimentos para regularização das divergências relativas às classificações contábeis nos acervos patrimoniais administrativos, com previsão de conclusão no exercício de 2021, com a implantação total do controle patrimonial, via SIADS. Para tanto, o Ibram realizou a contratação de empresa especializada, cuja prestação de serviços envolve apoio técnico e operacional para as atividades de apoio à gestão de bens patrimoniais administrativos de todo Instituto.

7.3 - Gestão de Infraestrutura

O Ibram administra vinte e nove museus, responsáveis pela manutenção e funcionamento de 42 edificações, incluindo edículas, anexos, parques, palácios, casas e jardins históricos, com áreas de proteção ambiental e matas nativas. Incluem-se também outros três imóveis/edificações de uso administrativo, que abrigam a Sede do Ibram e os dois Escritórios de Representação Regional.

A Sede do Ibram está situada, desde o ano de criação da Autarquia, em 2009, em um imóvel alugado situado no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco N, no Edifício “CNC III”, em consonância com os regramentos de ocupação definidos pelo Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012, e pela Portaria MPOG nº 249, de 13 de junho de 2012, no quesito “m² de ocupação por servidor”.

Seguindo o plano de redução de custos, em 2021 foi realizada a devolução de três pavimentos do imóvel, ação que redundou numa diminuição de despesas de locação em 46,76%, passando a ocupar apenas quatro pavimentos (13º e 14º andares, e parte do pavimento térreo e do 1º subsolo, além de áreas de depósito e de garagens nesse mesmo pavimento).

8. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

8.1 - Informações Orçamentárias

8.1.1 - Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da unidade

A Tabela 8 compreende execução das dotações consignadas à Unidade Orçamentária do Instituto Brasileiro de Museus nos anos de 2019 a 2021.

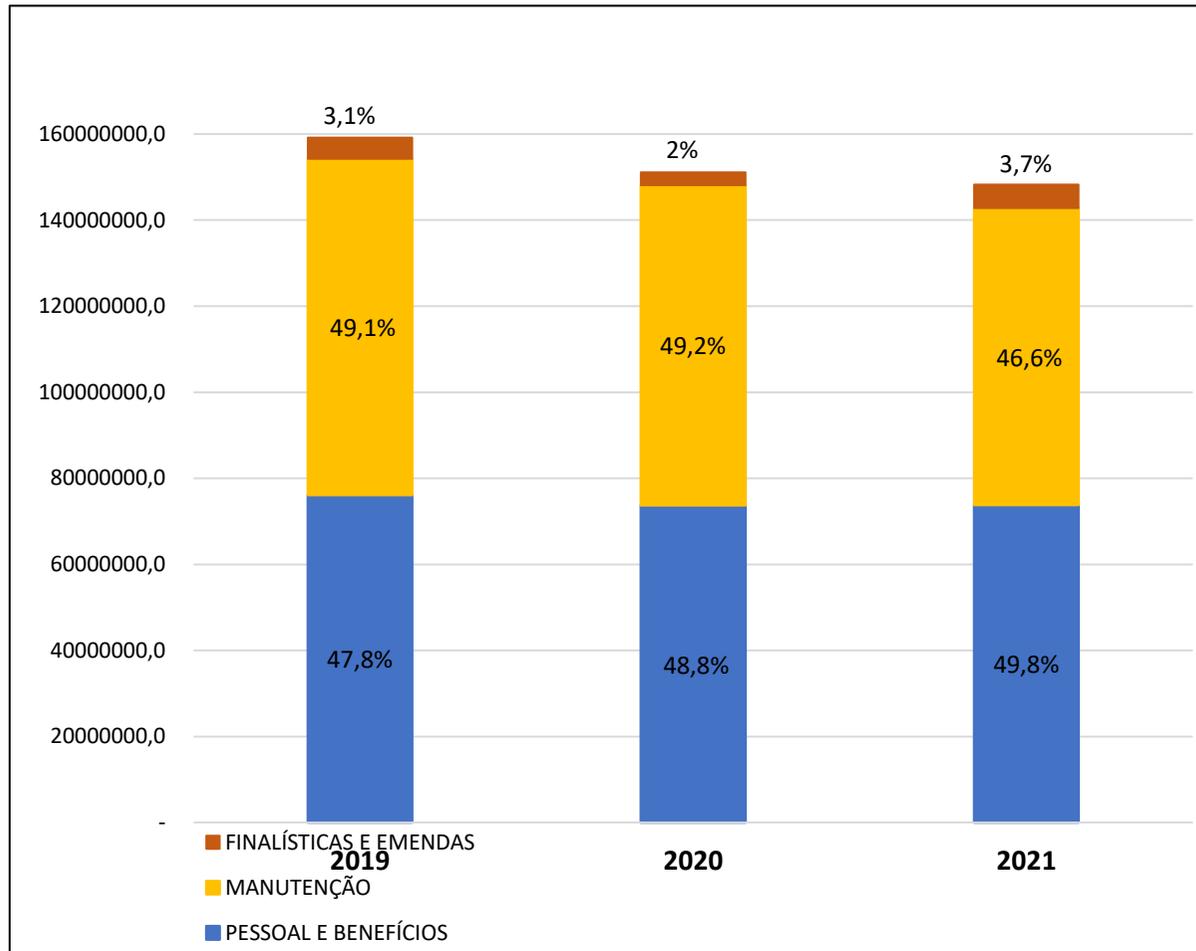
Tabela 8 - Dotações à Unidade Orçamentária (2019 a 2021)

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IBRAM			
Ano e Grupo de Ações	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
2019	176.048.111,00	159.203.151,71	138.708.430,60
MANUTENÇÃO	80.023.945,00	78.103.953,78	65.328.597,81
FINALÍSTICAS	5.308.237,00	4.397.240,18	2.186.671,60
EMENDAS	700.000,00	600.000,00	-
PESSOAL E BENEFÍCIOS	90.015.929,00	76.101.957,75	71.193.161,19
2020	157.786.837,00	151.062.170,35	131.484.392,12
MANUTENÇÃO	75.183.579,00	74.394.556,46	61.816.823,35
FINALÍSTICAS	851.966,00	839.531,78	677.037,20
EMENDAS	2.225.000,00	2.125.000,00	-
PESSOAL E BENEFÍCIOS	79.526.292,00	73.703.082,11	68.990.531,57
2021	155.263.682,00	148.287.188,94	127.791.178,60
MANUTENÇÃO	72.884.932,00	69.048.597,73	57.668.558,07
FINALÍSTICAS	3.194.004,00	3.194.003,99	1.446.630,91
EMENDAS	2.264.492,00	2.264.492,00	-
PESSOAL E BENEFÍCIOS	76.920.254,00	73.780.095,22	68.675.989,62

Observação: UO 55209 de 2019 a maio de 2020, como unidade do Ministério da Cidadania, e UO 54208 desde junho de 2020, quando o Instituto passou a fazer parte da estrutura do Ministério do Turismo.

Fonte: Tesouro Gerencial.

Gráfico 14 - Evolução das Despesas Empenhadas (R\$)



Fonte: Ibram.

8.1.2 - Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa

O quadro e gráficos a seguir abrangem todo o orçamento empenhado e pago pelas unidades executoras do IBRAM, ou seja, dotações orçamentárias originárias do IBRAM executadas diretamente e dotações orçamentárias recebidas de outros órgãos (Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, Fundo Nacional de Cultura, ENAP e Fundação Joaquim Nabuco).

As despesas do Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais respondem por 47% dos valores empenhados pelo IBRAM, sendo a maior parte para pagamento dos servidores ativos.

As despesas correntes (Grupo 3), que equivalem a 51% dos empenhos do IBRAM, incluem despesas com pagamento de benefícios a servidores e dependentes, mas a maior parcela se refere a pagamento de contratos de serviços terceirizados nos museus vinculados, Sede e representações regionais. Também neste grupo estão parte das despesas finalísticas empenhadas em 2021, destinadas a projetos dos museus vinculados ao IBRAM (projetos educativos-culturais, de gerenciamento e tratamento de acervos, arquitetônicos-urbanísticos, de divulgação e comunicação, de pesquisa e de fomento e financiamento).

Quanto ao Grupo 4 – Investimentos, foi quase totalmente executado com créditos recebidos por destaque, tendo em vista o veto de todas as despesas de capital recebido pelo IBRAM na sanção do LOA 2021. Mais da metade do valor empenhado nesse grupo foi referente a parte da despesa com duas grandes obras no Museu Nacional de Belas Artes e no Museu Chácara do Céu, ambos no Rio de Janeiro – RJ. Houve também transferências a instituições privadas sem fins lucrativos, decorrentes de emendas dos Deputados Marcelo Calero e Jandira Feghali. Por fim, houve ainda investimento em aquisição de mobiliário e equipamentos de informática e climatização para algumas unidades museológicas vinculadas ao IBRAM.

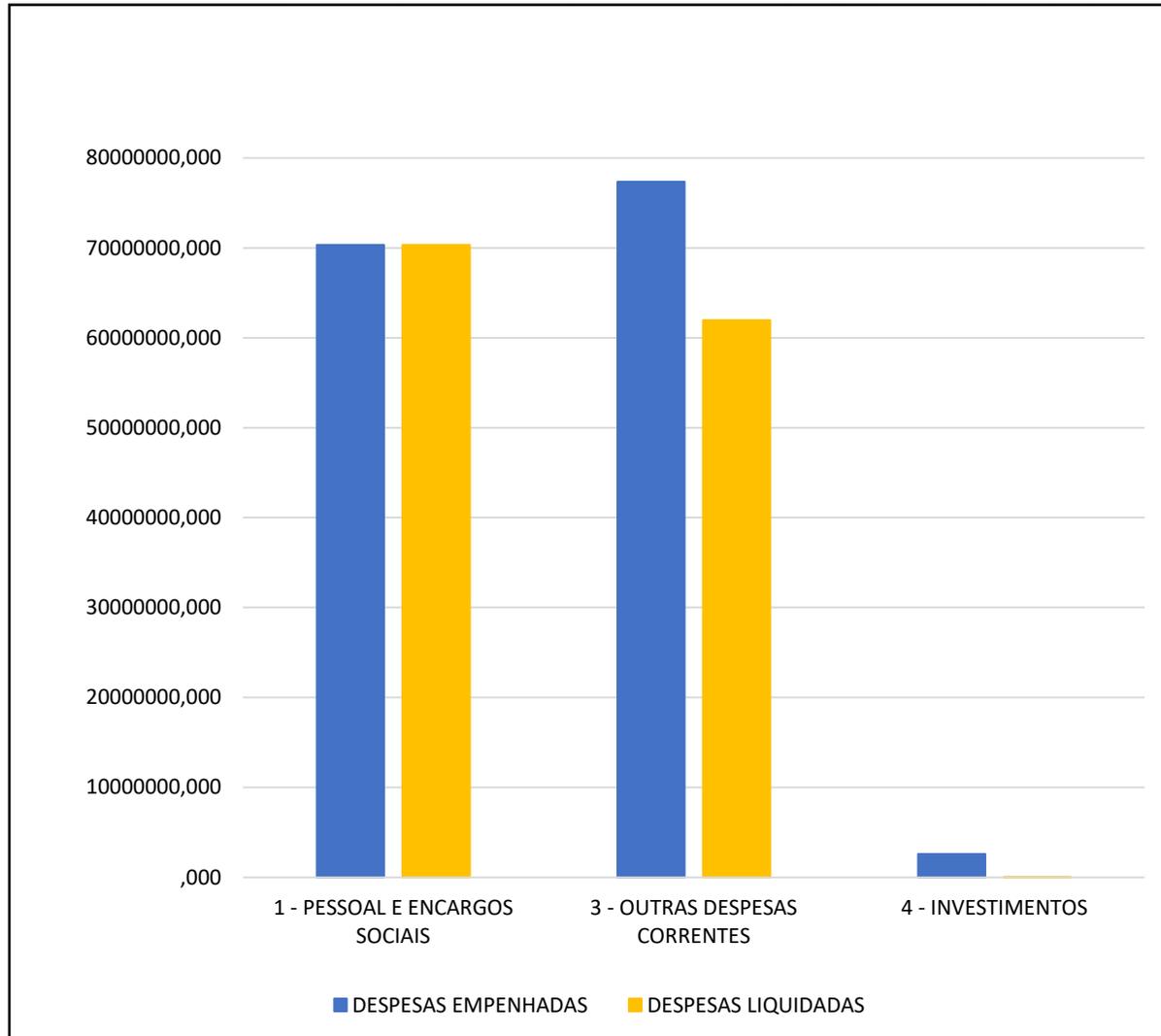
Quadro 21 - Execução 2021, por grupo e elemento de despesa (R\$)

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	38.074.418,32	38.074.418,32
	01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	22.142.831,39	22.142.831,39
	13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	7.680.053,78	7.680.053,78
	03	PENSÕES	1.185.780,55	1.185.780,55
	16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	863.475,99	863.475,99
	92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	238.772,70	238.772,70
	96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	166.752,01	166.752,01
	07	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA PREVIDÊNCIA	2.542,56	2.542,56
3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	51.731.499,60	44.152.710,08
	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	12.811.779,90	8.505.610,14
	40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	5.201.866,95	4.403.632,88
	41	CONTRIBUIÇÕES	2.644.668,02	405.840,00
	46	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	2.201.296,62	2.201.296,62
	93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	818.004,50	818.004,50
	30	MATERIAL DE CONSUMO	440.617,93	256.781,96
	36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	322.854,91	280.884,42
	49	AUXÍLIO-TRANSPORTE	277.558,07	277.558,07
	08	OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	220.702,54	220.702,54
	35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	209.225,10	208.824,68
	31	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS	175.000,00	
	47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	119.822,10	95.021,84

	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	84.706,21	36.407,19
	92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	64.279,23	64.279,23
	96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	24.295,01	24.295,01
	14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	17.150,98	17.150,98
	32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DIST. GRATUITA	11.400,00	
4 – INVESTIMEN- TOS	51	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.176.666,74	
	41	CONTRIBUIÇÕES	353.212,00	
	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	64.768,37	4.988,37

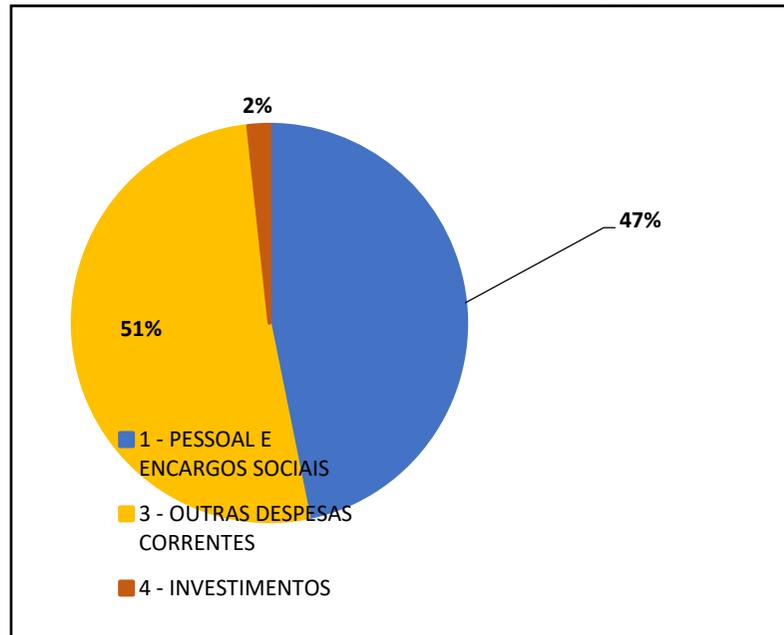
Fonte: Tesouro Gerencial.

Gráfico 15 - Despesas Empenhadas e Liquidadas em 2021, por grupo de despesa (R\$)



Fonte: Ibram.

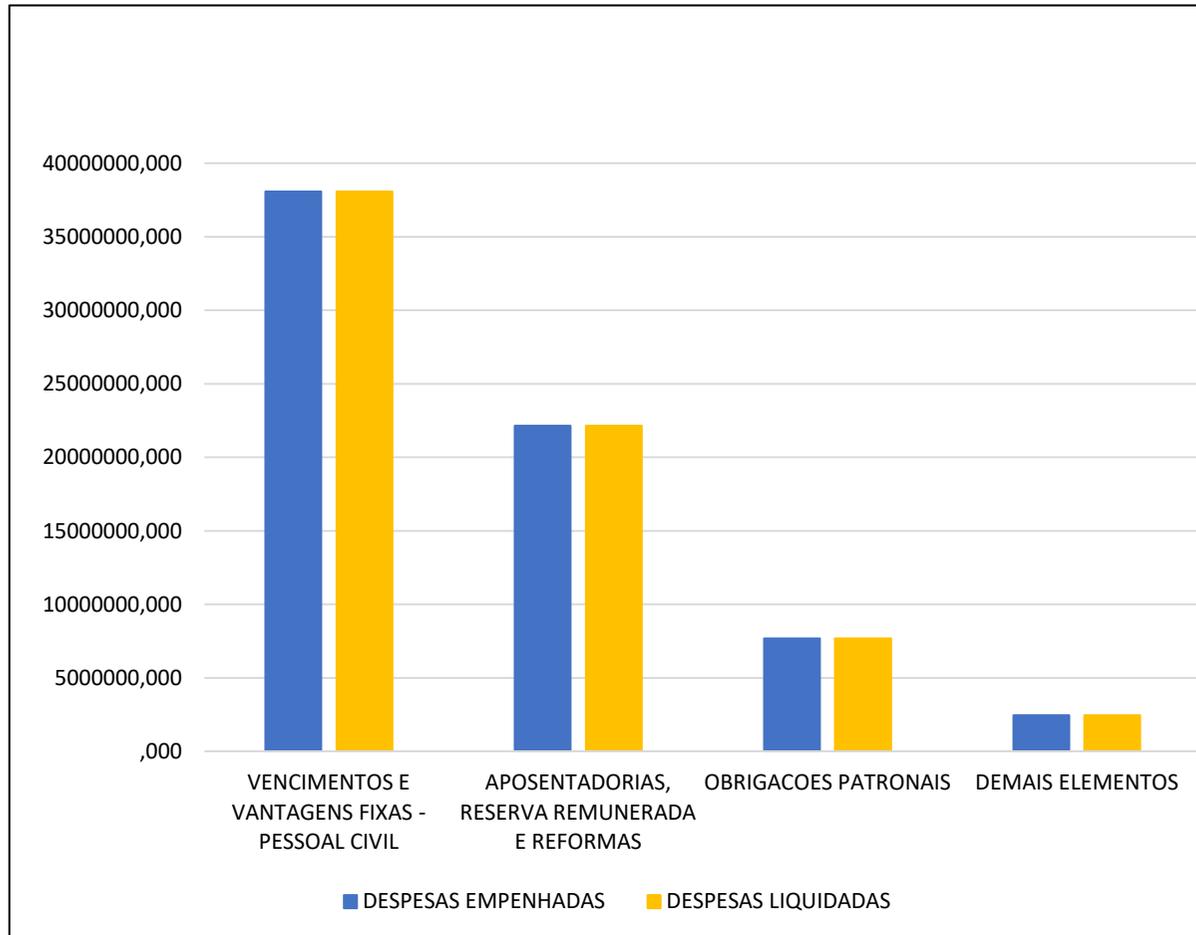
Gráfico 16 - Despesas Empenhadas em 2021, por grupo de despesa



Fonte: Ibram.

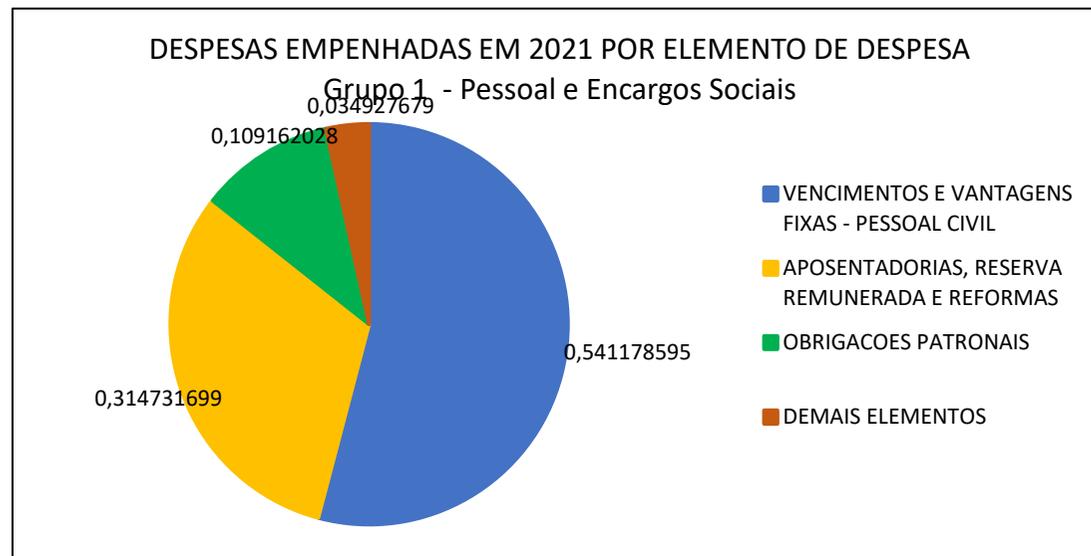
Gráfico 17 - Despesas Empenhadas e Liquidadas, por elemento de despesas (R\$)

Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais



Fonte: Ibram.

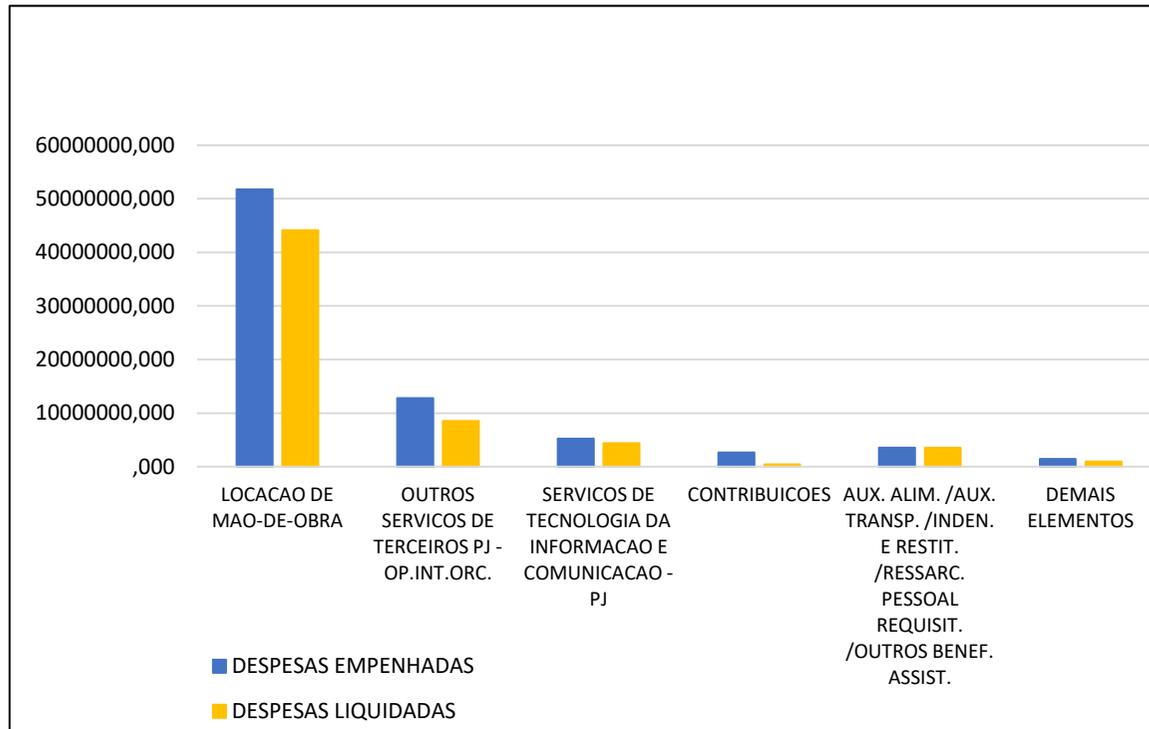
Gráfico 18 - Despesas Empenhadas em 2021, por elemento de despesa
Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais



Fonte: Ibram.

Gráfico 19 - Despesas Liquidadas e Empenhadas em 2021, por elemento de despesa (R\$)

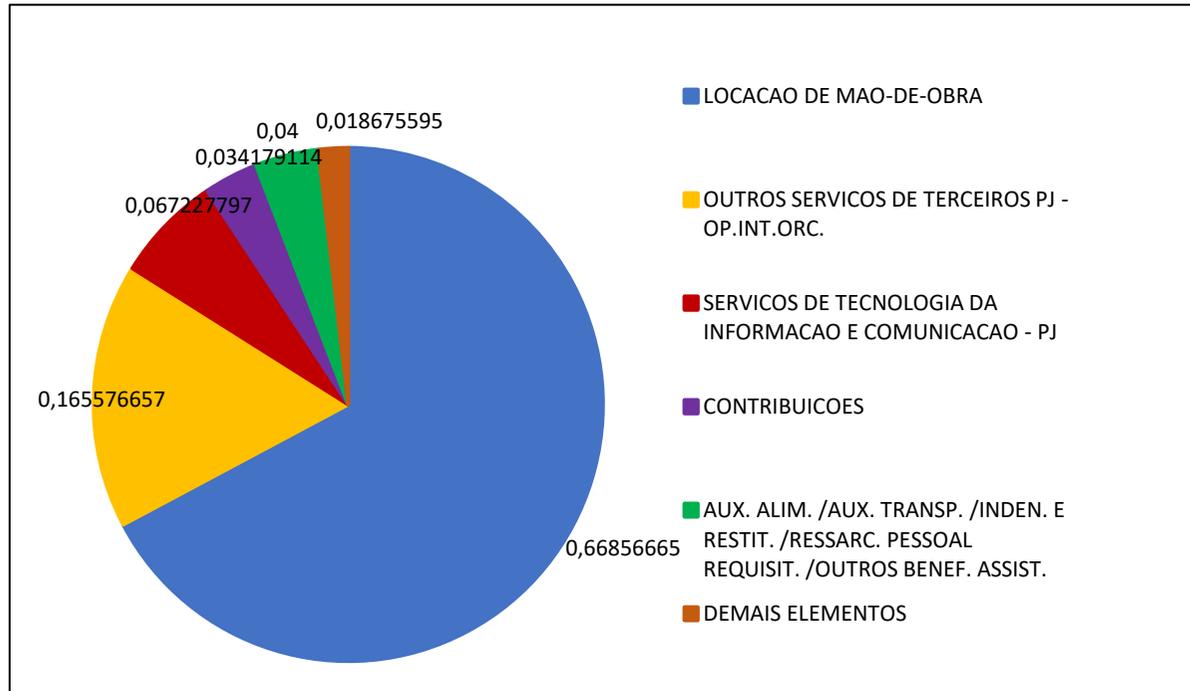
Grupo 3 - Outras Despesas Correntes



Fonte: Ibram.

Gráfico 20 - Despesas Empenhadas em 2021, por elemento de despesa (R\$)

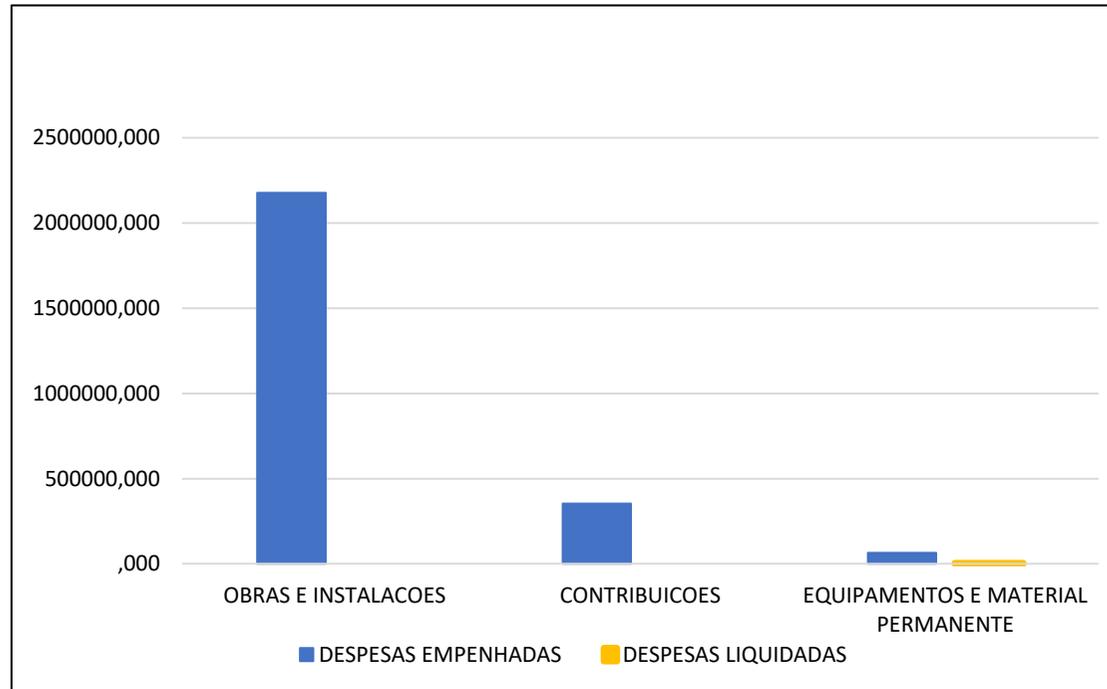
Grupo 3 - Outras Despesas Correntes



Fonte: Ibram.

Gráfico 21 - Despesas Empenhadas e Liquidadas em 2021, por elemento de despesa (R\$)

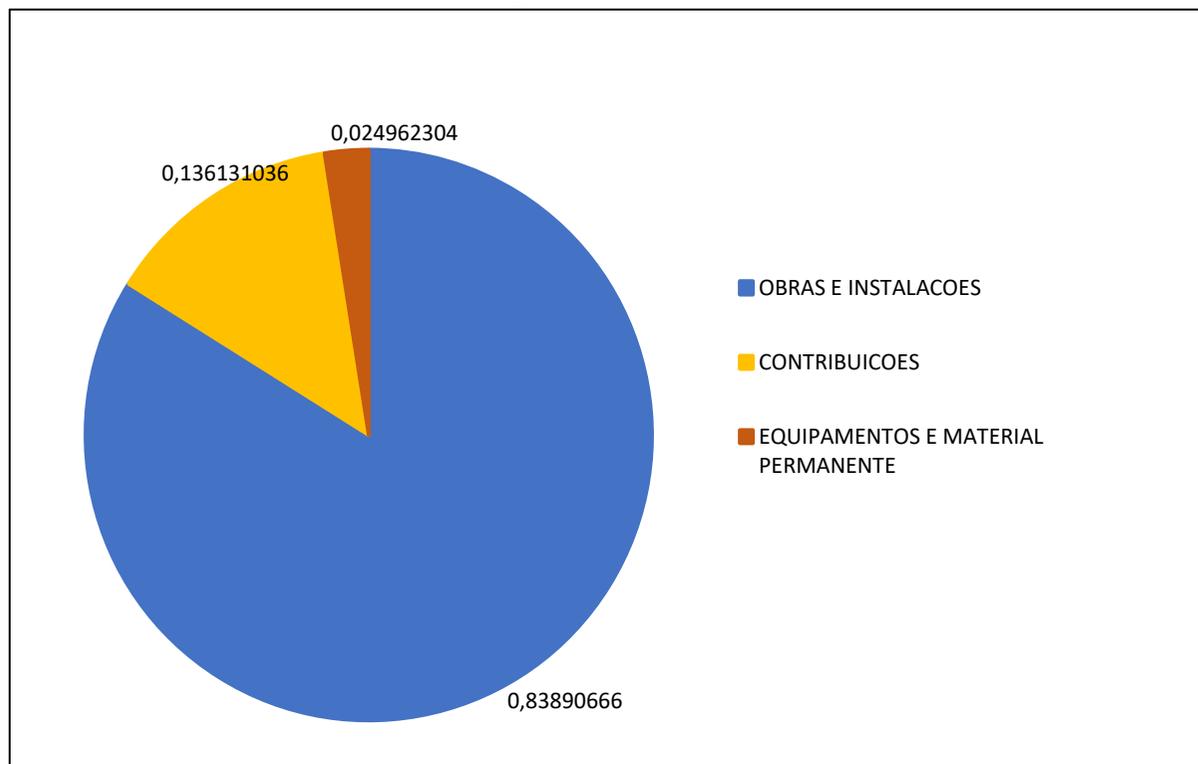
Grupo 4 - Investimentos



Fonte: Ibram.

Gráfico 22 - Despesas Empenhadas em 2021, por elemento de despesa

Grupo 4 - Investimentos



Fonte: Ibram.

8.1.3 - Execução orçamentária dos principais programas e ações discricionários

Apresentamos a seguir uma breve análise, quadro e gráficos com a execução dos Programas e Ações Orçamentários da Unidade Orçamentária UO 54208 - Instituto Brasileiro de Museus, com valores de dotação orçamentária, despesas empenhadas e liquidadas, compreendendo apenas o orçamento discricionário (primário e decorrente de emendas parlamentares).

Como ação de mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo coronavírus (Covid-19), todos os museus Ibram fecharam para visitação e atendimento presencial ao público no dia 19 de março de 2020, e, ao longo de 2021, vários deles permaneceram fechados devido à pandemia ou por necessidade de obras de restauro e reformas. Alguns desses museus estão realizando atividades virtuais de modo a compensar o fechamento à visitação presencial.

A arrecadação, entretanto, que ocorre principalmente pela venda de ingressos de entrada em alguns museus, ficou bastante prejudicada pelo fechamento dos museus, comprometendo a execução da dotação consignada em fonte própria.

No primeiro semestre, o Ibram priorizou as despesas com serviços continuados já contratados ou prontos para contratação e com despesas relacionadas à gestão de pessoas, devido à demora na aprovação da LOA 2021 e posterior bloqueio de dotações discricionárias determinadas pelo Decreto 10.686/2021. À medida em que desbloqueios parciais foram autorizados, o empenho de despesas finalísticas foi aumentando.

A principal Ação que atende a despesas administrativas das unidades museológicas vinculados ao Ibram é a 211F - Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais, destinada a despesas de apoio ao funcionamento das unidades museológicas vinculadas ao Ibram, que possibilitem o pleno acesso aos serviços culturais (despesas de manutenção administrativa, de conservação e de

adequação dos espaços museológicos, entre outras), buscando a continuidade das atividades dos museus e a preservação de seus acervos em padrões técnicos e operacionais satisfatórios e de modo a garantir a atratividade e a acessibilidade do público de forma sustentável.

A Ação 2000 - Administração da Unidade atende a despesas com demandas anuais de despesas administrativas na sede do Ibram e nas representações de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (energia elétrica e telefonia móvel; despesas de informática; contratos de impressão e de serviços gráficos; contratos de manutenção predial, de limpeza e conservação, de copeiragem e de recepção; aluguéis e condomínios; fretes e transportes de cargas e encomendas, por via rodoviária e aérea, em nível nacional e internacional; contrato de estagiários, incluindo museus; materiais de consumo, de modo a garantir a continuidade na prestação de serviços do Ibram; diárias e passagens para visitas técnicas aos museus Ibram e reuniões com representantes dos museus e diretoria do Ibram para alinhamento de estratégias e rotinas; publicações no DOU de modo a não interromper serviços continuados e imprescindíveis para a legalidade dos atos administrativos; aquisições de equipamentos e mobiliário de modo a garantir a infraestrutura continuidade e a melhoria na prestação de serviços do Ibram, incluindo museus; e outros serviços imprescindíveis para a manutenção administrativa).

Além dessas, houve execução de despesas de manutenção nas Ações 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos e 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Quanto às despesas finalísticas, a Ação 20ZF - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira, que costuma ser a principal ação finalística do Ibram, teve uma retomada na execução em relação ao ano anterior, com 100% da dotação empenhada em 94 projetos a serem realizados pelas unidades museológicas vinculadas e pela Sede do IBRAM, incluindo destaques à Universidade Federal do Espírito Santo (projeto de pesquisa "*Acervo em Rede: acervos digitais dos museus Ibram*"), à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

(pesquisa nacional sobre Práticas em Educação Museal, através do Observatório da Economia Criativa da Bahia - OBEC) e à Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP (projetos de desenvolvimento de novos cursos à distância).

Outra importante ação finalística foi a 219Z - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União, cujo orçamento foi empenhado com despesas de gerenciamento de obras no Museu Nacional de Belas Artes e segunda fase da obra de restauração do Museu Casa Benjamin Constant.

Foram mantidas no orçamento 2021 as duas contribuições da Ação 000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica.

- Contribuição ao Programa IberoMuseus, desenvolvido no âmbito da Secretaria Geral Ibero-Americana da Organização dos Estados Ibero-Americanos - OEI, tendo em vista que o Brasil é Estado Membro da Conferência Ibero-Americana e signatário do seu respectivo convênio de cooperação; e
- Contribuição ao Conselho Internacional de Museus - ICOM, para renovação anual do cadastramento dos museus do Ibram como membro do ICOM, uma ONG sem fins lucrativos que mantém relações formais com a UNESCO e desenvolve atividades voltadas para a conservação, a preservação e a difusão do patrimônio mundial – cultural e natural, presente e futuro, material e imaterial – para a sociedade.

Houve ainda o empenho de emendas parlamentares individuais (para execução em 2022) nas ações 20ZF e 211F - Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais.

- Emenda nº 2457.0010 (R\$ 100.000), do Deputado Raul Henry. Projeto apoiado: realização de visitas criativas, utilizando-se da linguagem do teatro para promoção de conhecimentos históricos, no Instituto Histórico e Geográfico da Vitória Santo Antão.
- Emenda nº 2468.011 (R\$ 100.000), da Deputada Lídice da Mata. Projeto apoiado: para pagamento de prêmio a sete artistas, destaques de cada macrorregião da Bahia, cujas obras premiadas passarão a fazer parte do acervo da Fundação Cultural do Estado da Bahia.
- Emendas nº 1775.0015 (R\$ 300.000) e nº 1775.0021 (R\$ 263.000), da Deputada Jandira Feghali. Projetos apoiados: desenvolvimento de uma rede de conhecimento, a partir do Museu Casa do Pontal, entre a academia e fazedores de cultura para a difusão do saber sobre o seu acervo e a arte e a cultura popular; e instalação de um espaço arqueológico dedicado junto ao Sítio Cemitério dos Pretos Novos.
- Emendas nº 4039.0002 (R\$ 300.000) e nº 4039.0009 (R\$ 201.492), do Ex-Deputado Marcelo Calero. Projetos apoiados: desenvolvimento das atividades artísticas, tais como oficinas culturais na área audiovisual, do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré e do Museu da Maré; e retomada das atividades de ensino e pesquisa do LABEDIS/ Museu Nacional - RJ, com produção de materiais e realização de atividades que contribuam à expansão e preservação da identidade cultural do país, sobretudo na preservação da identidade dos povos originários.
- Emendas nº 4160.0013 (R\$ 200.000), nº 4160.0017 (R\$ 200.000) e nº 4160.0023 (R\$ 200.000), do Deputado Marcelo Freixo. Projetos apoiados: realização de atividades educacionais e geração de acervos do Museu do Samba, por meio do projeto memória e educação na musealização do samba; ações de restauração no acervo do Museu do Pontal; desenvolvimento das atividades museológicas do Museu da Maré.
- Emenda nº 1310.0002 (R\$ 400.000), da Deputada Benedita da Silva. Projeto apoiado: manutenção física e realização de melhorias nas instalações e áreas expositivas do Museu do Samba, bem como ações voltadas para a preservação do acervo, promoção de acessibilidade e segurança.

Quadro 22 - Unidade Orçamentária 54208 (Instituto Brasileiro de Museus)

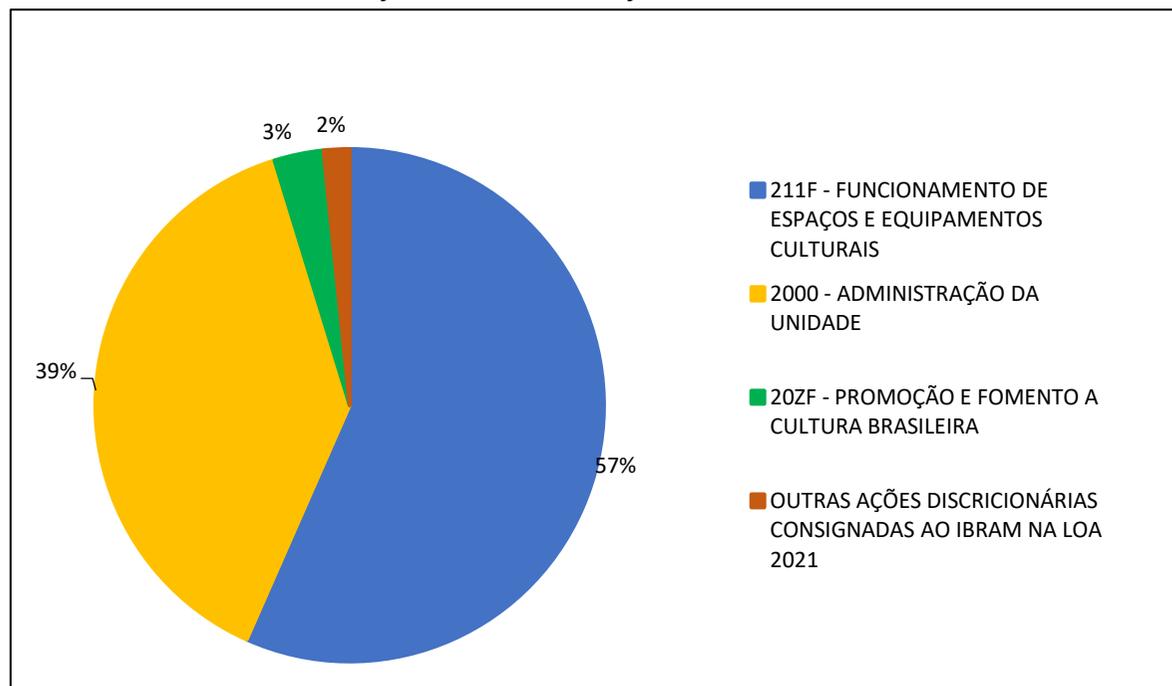
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 54208 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

PROGRAMAS E AÇÕES DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL ¹		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	CORRENTES	CAPITAL	CORRENTES	CAPITAL	CORRENTES	CAPITAL	CORRENTES	CAPITAL
DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS	75.846.936	-	76.018.936	60.000	72.182.822	59.780	59.150.787	-
0032 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	29.797.530	-	29.737.530	60.000	29.196.951	59.780	24.953.694	-
2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	29.352.752		29.292.752	60.000	28.985.392	59.780	24.774.575	
216H - AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS	56.065		56.065		48.000		48.000	
4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	388.713		388.713		163.559		131.119	
0910 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	367.334	-	367.334	-	367.334	-	367.334	-
000Q - CONTRIBUIÇÕES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEM EXIGÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA	367.334		367.334		367.334		367.334	
5025 - CULTURA	45.682.072	-	45.914.072	-	42.618.536	-	33.829.760	-

20ZF - PROMOÇÃO E FOMENTO À CULTURA BRASILEIRA	2.389.367		2.389.367		2.389.367		754.578	
211F - FUNCIONAMENTO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	42.855.402		43.087.402		39.791.866		32.747.363	
219Z - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA DA UNIÃO	437.303		437.303		437.303		327.819	
DESPESA DISCRICIONÁRIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	1.763.000	-	1.983.180	281.312	1.983.180	281.312	-	-
5025 - CULTURA	1.763.000	-	1.983.180	281.312	1.983.180	281.312	-	-
20ZF - PROMOÇÃO E FOMENTO À CULTURA BRASILEIRA	1.363.000		1.583.180	281.312	1.583.180	281.312		
211F - FUNCIONAMENTO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	400.000		400.000		400.000			
TOTAL GERAL	77.609.936	-	78.002.116	341.312	74.166.002	341.092	59.150.787	-
Observação: 1. Os valores apresentados na coluna de Dotação Inicial correspondem à soma das dotações das Unidades Orçamentárias 54208 - Instituto Brasileiro de Museus e 93426 - Recursos sob Supervisão do Instituto Brasileiro de Museus.								

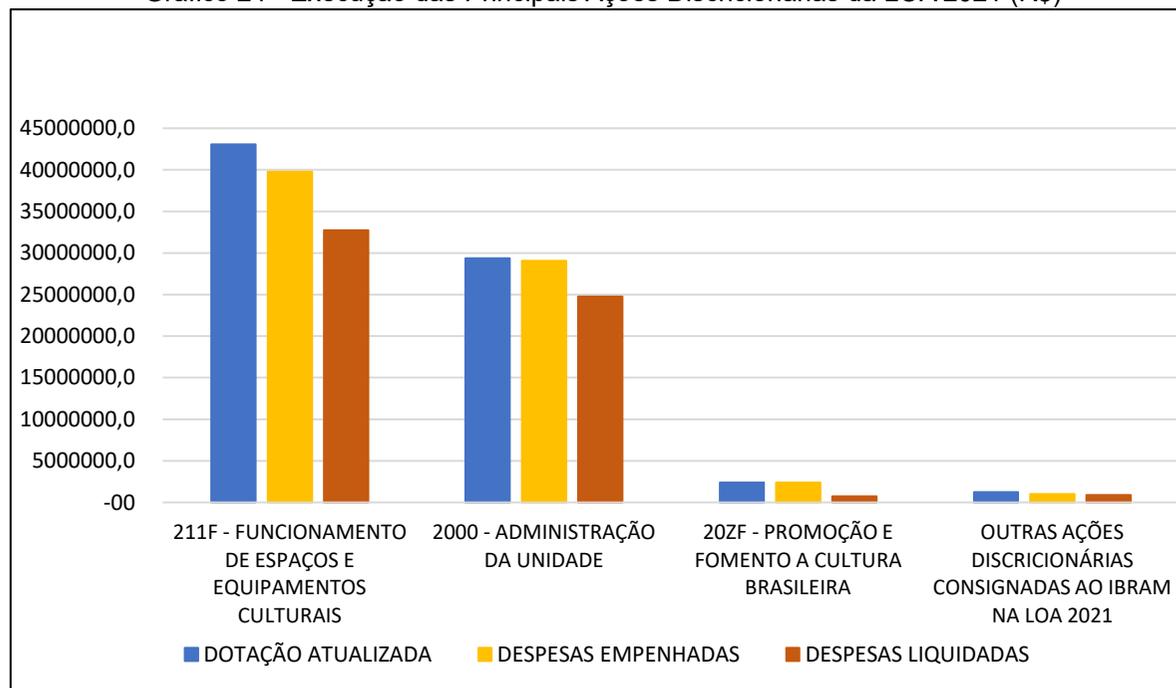
Fonte: Tesouro Gerencial.

Gráfico 23 - Dotação Atualizada das Ações Discricionárias da LOA 2021



Fonte: Ibram.

Gráfico 24 - Execução das Principais Ações Discricionárias da LOA 2021 (R\$)



Fonte: Ibram.

Para execução de algumas despesas finalísticas de maior vulto, o Ibram captou recursos de outros órgãos por meio de Termos de Execução Descentralizada - TED e de outras unidades subordinadas à Secretaria Especial de Cultura por meio de destaque orçamentário. Créditos recebidos por meio de Termos de Execução Descentralizada firmados com o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDD:

- TED 697587, para continuação da adequação do espaço expositivo do Museu Villa-Lobos (R\$ 4.988,37);
- TED 697713, para continuação das obras de restauração e ampliação do Museu Nacional de Belas Artes (R\$ 1.886.851,52);

- Créditos recebidos por meio de destaques orçamentários do Fundo Nacional de Cultura - FNC:
- Emenda nº 4039.0005, de Marcelo Calero, destinada à realização de exposição no Museu Bispo do Rosário (R\$ 200.000);
- Emenda nº 4039.0011, de Marcelo Calero, destinada à realização de obra no edifício anexo do Museu Chácara do Céu (R\$ 695.364), integrante dos Museus Castro Maya.

O Ibram recebeu, ainda, créditos referentes a serviços prestados por servidores do Instituto na área de capacitação para a Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e para a Fundação Joaquim Nabuco.

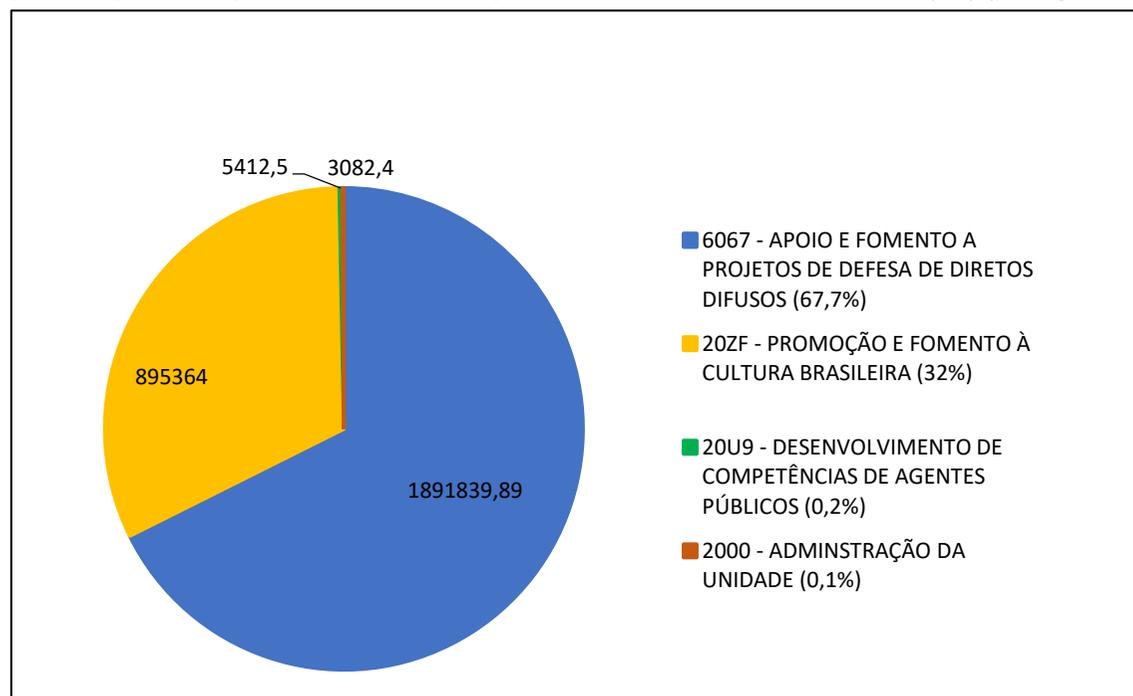
Quadro 23 - Destaques Recebidos de Outras Unidades Orçamentárias

UNIDADES CONCEDENTES E AÇÕES	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	CORRENTE	CAPITAL	CORRENTE	CAPITAL
DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS	69.734,68	1.830.600,11	8.494,90	4.988,37
UO 25302 - FUNDAÇÃO ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ENAP				
20U9 - DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE AGENTES PÚBLICOS	5.412,50		5.412,50	
UO 26292 - FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO				
2000 - ADMINSTRAÇÃO DA UNIDADE	3.082,40		3.082,40	
UO 30905 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS				
6067 - APOIO E FOMENTO A PROJETOS DE DEFESA DE DIRETOS DIFUSOS	61.239,78	1.830.600,11		4.988,37

DESPESA DISCRICIONÁRIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	472.409,00	422.955,00	-	-
UO 54902 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA			-	-
20ZF - PROMOÇÃO E FOMENTO À CULTURA BRASILEIRA	472.409,00	422.955,00		
TOTAL GERAL	542.143,68	2.253.555,11	8.494,90	4.988,37

Fonte: Tesouro Gerencial.

Gráfico 25 - Principais Despesas Empenhadas com Destaques Recebidos de Outras Unidades (R\$) (por Ação Orçamentária)



Fonte: Ibram.

8.2 - Informações financeiras e contábeis

8.2.1 - Apresentação do Contexto Operacional

O Instituto Brasileiro de Museus - Ibram é uma autarquia vinculada à Secretaria Especial da Cultura – SECULT, do Ministério do Turismo, possui personalidade Jurídica de Direito Público, foi criado por meio da Lei Nº 11.906/2009, com sede e foro em Brasília/DF, possui 02 (dois) Escritórios de Representação Regional, um em Minas Gerais e outro no Rio de Janeiro, além de 30 (trinta) museus vinculados, distribuídos em diversos estados brasileiros. O Ibram sucedeu ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

A Autarquia é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor, tais como, aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros.

Quanto às normas legais, o Ibram observa a Lei 8.112/90 na contratação dos seus servidores, a Lei 8.666/93 e Lei 14.133/21 para contratação dos seus fornecedores e a Lei 4.320/64 para suas finanças públicas bem como a Lei Complementar 101/2000 - LRF.

O Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

A verificação da conformidade contábil das unidades gestoras executoras do Ibram é realizada conforme procedimentos descritos nos Normativos da Secretaria do Tesouro Nacional, em específico no Manual Siafi (Auditores Contábeis) e tem como base os

Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de registro de Gestão e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise.

Para a efetivação do registro da conformidade contábil, o órgão se dispõe da contadora titular Cláudia Elisa Magalhães Lopes, atuante nesta função desde 9/12/2015, devidamente registrada no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, habilitada no Siafi e atualizada na tabela de UG, não possuindo a função de emitir documentos no Siafi, e também não é responsável pelo registro da conformidade de registro de gestão, obedecendo, dessa forma, ao princípio da Segregação de Funções disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 481/2014 e Manual Siafi – 020315.

8.2.2 - Rol de Responsáveis

Acesse: [Rol de responsáveis - 2021 FINALL.xlsx](#)

8.2.3 - Declaração do Contador

A Divisão de Contabilidade compõe a estrutura organizacional da Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade, no Departamento de Planejamento de Gestão Interna e, conforme disposto no parágrafo único do artigo 9º do Decreto 6.976/2009, é considerada Órgão Seccional de Contabilidade e exerce, por delegação, a competência de Órgão Setorial de Contabilidade do Ibram.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis no âmbito desta Autarquia, nas unidades gestoras vinculadas abaixo relacionadas:

- Seccional de Orçamento e Finanças,
- Ibram Sede,
- Escritório de Representação Regional do Ibram no Rio de Janeiro,
- Escritório de Representação Regional do Ibram em Minas Gerais e Espírito Santo,
- Coordenação de Gestão de Pessoas,
- Museu Imperial,
- Museu Histórico Nacional,
- Museu Nacional de Belas Artes,
- Museu da República,
- Museu da Inconfidência,
- Museu Lasar Segall,
- Museu Villa-Lobos, e
- Museus Castro Maya.

A análise e registro da conformidade contábil das Demonstrações Contábeis de todas as unidades gestoras executoras pertencentes à gestão do Ibram é realizada por esta Divisão de Contabilidade. Ressalta-se que os procedimentos de análise são criteriosos e realizados mensalmente para cada unidade gestora executora, em que são verificadas as inconsistências ou desequilíbrios apresentados nas Demonstrações Contábeis, além da existência de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis constantes no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira (Sistema do Governo Federal). Na análise, são observadas as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, os instrumentos de análise disponíveis no Manual Siafi e outros dispositivos legais à disposição do conformista. Esta Autarquia busca aderência aos critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras

Técnicas de Contabilidade do Setor Público e preconiza pela obediência às metodologias definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e no Manual Siafi. As Demonstrações Contábeis do Instituto Brasileiro de Museus são as seguintes:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração das Variações Patrimoniais
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas

Essas Demonstrações Contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual Siafi.

8.2.3 - Ressalvas

- Há que se considerar que o Ibram ainda não está aplicando o dispositivo da depreciação e amortização nos itens do ativo imobilizado e intangível. Isso se deve em parte à falta de termos de cessão /doação de alguns bens móveis que deveriam ser incorporados ao patrimônio do órgão em virtude da Lei 11.906/2009. Para os bens que a Entidade detém apenas a posse, não está sendo aplicado o instituto de depreciação, reavaliação ou redução a valor de mercado. Ressalta-se ainda que para a aplicação do

procedimento de depreciação, primeiramente, é necessário fazer com que o valor do bem registrado no patrimônio espelhe o Valor Justo (fair value) ou valor de mercado, por meio dos procedimentos de reavaliação e redução a valor de mercado (Testes de Recuperabilidade).

Esses procedimentos, por sua vez, ainda não estão sendo realizados pelas Unidades Gestoras Executoras em razão da quantidade limitada de servidores para composição de comissão responsável pela realização dos trabalhos iniciais de ajuste ao Valor Justo, bem como pela grande rotatividade de servidores. Cabe ressaltar que esta Autarquia adquiriu o sistema Siads - Sistema Integrado de Administração de Serviços que será implantado brevemente nas unidades gestoras executoras, o que permitirá o saneamento dessa deficiência relativa aos bens do ativo imobilizado para os próximos exercícios.

- Quanto à estimativa da vida útil econômica do ativo, ao cálculo da depreciação, bem como às taxas que serão utilizadas, a Entidade adotará a metodologia definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no manual Siafi visando à uniformidade e a comparabilidade das informações.
- Em se tratando da avaliação e mensuração das Disponibilidades e dos Estoques, tem-se que as Disponibilidades são mensuradas pelo valor original; e os Estoques pelo custo de aquisição, atendendo, dessa forma, a NBCT 16.10, cujas saídas são contabilizadas pelo método do Custo Médio Ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.
- No que se refere à mensuração dos ativos imobilizados e intangíveis, ressalta-se que a Unidade possui ativos transferidos de outra Entidade (Instituto do Patrimônio Histórico, Iphan) cujo valor contábil permanece o constante nos registros da entidade de origem. Sendo que para os bens adquiridos antes de 2010, como já mencionado, não estão sendo realizados os procedimentos de

reavaliação ou redução a valor de mercado; já os ativos adquiridos a partir de 2010, esses estão reconhecidos com base no valor de aquisição.

8.2.4 - Declaração

Portanto, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2021, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Brasileiro de Museus, exceto no tocante às ressalvas anteriormente apontadas.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2022.

Cláudia Elisa Magalhães Lopes

CRC/DF nº 017.389/O-8

Contadora do Instituto Brasileiro de Museus

8.3 - Demonstrações Contábeis

8.3.1 - Balanço Patrimonial

Quadro 24 - Ativos do Ibram

ATIVO	2021	2020
Ativo Circulante	10.853.109,51	11.880.388,40
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.551.450,49	8.264.465,33
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos	3.019.334,84	3.372.283,01
Estoques	282.324,18	243.640,06
Ativo Não Circulante	462.795.135,05	451.506.642,59
Realizável a Longo Prazo	27.102,01	27.102,01
Créditos a Longo Prazo	27.102,01	27.102,01
Imobilizado	462.686.471,78	451.414.394,32
Bens Móveis	50.824.891,16	49.386.441,08
Bens Imóveis	411.861.580,62	402.027.953,24
Intangível	81.561,26	65.146,26
Softwares	70.405,00	53.990,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	11.156,26	11.156,26
Total do Ativo	462.795.135,05	451.506.642,59

Fonte: Ibram.

Quadro 25 - Passivo e Patrimônio Líquido do Ibram

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	2020
-------------------------------------	-------------	-------------

Passivo Circulante	30.901.549,43	17.253.341,03
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo	6.676.187,74	6.077.904,66
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	922.867,75	281.322,34
Demais Obrigações Curto Prazo	23.302.493,94	10.894.114,03
Total do Passivo	30.901.549,43	17.253.341,03
Patrimônio Líquido	442.746.695,13	446.133.689,96
Resultados Acumulados	442.746.695,13	446.133.689,96
Total do Passivo + PL	73.648.244,56	63.387.030,99

Fonte: Siafi

Quadro 26 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

	2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas	335.601.340,23	326.965.606,01
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	389.951,69	857.702,09
Venda de Mercadorias	4.078,68	3.669,65
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	385.873,01	854.032,44
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	8,44
Juros e Encargos de Mora	-	8,44
Transferências e Delegações Recebidas	324.706.228,57	308.848.922,90
Transferências Intragovernamentais	323.638.086,34	307.060.842,28
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.068.142,23	1.788.080,62
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	9.895.003,21	17.220.083,74
Reavaliação de Ativos	2.340.872,08	4.181.589,61
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.167.500,00	300.000,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	6.386.631,13	12.738.494,13

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	610.156,76	38.888,84
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	610.156,76	38.888,84
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	335.601.340,23	326.965.606,01

Fonte: Siafi

Quadro 27 - Variações Patrimoniais Diminutivas

Variações Patrimoniais Diminutivas	338.796.332,49	358.684.417,78
Pessoal e Encargos	50.852.490,11	52.201.315,64
Remuneração a Pessoal	40.067.106,35	40.863.059,86
Encargos Patronais	7.682.596,34	7.832.368,37
Benefícios a Pessoal	2.743.212,34	2.866.819,93
Outras Variações Patrimoniais de Pessoal e Encargos	359.575,08	639.067,48
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	24.035.547,44	22.846.559,51
Aposentadoria e Reformas	22.238.054,64	21.169.153,61
Pensões	1.097.009,73	954.189,50
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	700.483,07	723.216,40
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	68.927.445,60	75.337.346,44
Uso de Materiais de Consumo	315.924,10	191.129,57
Serviços	68.265.570,79	74.506.230,57
Depreciação, Amortização e Exaustão	345.950,71	639.986,30
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	11,84
Transferências e Delegações Concedidas	173.177.325,18	161.466.037,90
Transferências Intragovernamentais	164.320.245,63	157.291.098,10
Transferências Intergovernamentais	2.427.073,50	1.987.665,51
Transferências ao Exterior	405.840,00	363.368,00

Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.024.166,05	1.823.906,29
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	21.650.851,48	3.741.302,25
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	25.978,40	-
Incorporação de Passivos	18.781.354,21	3.342.298,17
Desincorporação de Ativos	2.843.518,87	399.004,08
Tributárias	70.183,77	56.884,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.033,22	11.747,60
Contribuições	59.150,55	45.136,76
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	82.488,91	227.298,48
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	82.488,91	127.298,48
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (II)	338.796.332,49	315.876.756,42

Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)	-3.194.992,26	11.088.849,59
--	----------------------	----------------------

Fonte: Siafi

Quadro 28 - Receitas

RECEITAS			
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
Receitas Correntes	1.749.803,00	1.749.803,00	391.596,92
Receita Patrimonial	135.160,00	135.160,00	20.646,01
Receita de Serviços	1.599.304,00	1.599.304,00	369.305,68
Outras Receitas Correntes	15.339,00	15.339,00	1.645,23
Receitas de Capital	77.593.702,00	77.593.702,00	-
Total (I)	79.343.505,00	79.343.305,00	391.596,92

Resultado Orçamentário III = (I - II)	79.343.505,00	79.343.505,00	391.596,92
Total (I)	79.343.505,00	79.343.505,00	150.326.002,08

Fonte: Siafi

Quadro 29 - Despesas

DESPESAS						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes	153.292.055,00	154.922.370,00	147.731.354,97	132.323.627,44	127.183.923,59	7.191.015,03
Pessoal e Encargos Sociais	71.470.467,00	73.020.039,00	70.354.627,30	70.354.627,30	65.565.380,21	2.665.411,70
Outras Correntes	81.821.588,00	81.902.331,00	77.376.727,67	61.969.000,14	61.618.543,38	4.525.603,33
Despesas de Capital	-	341.312,00	2.594.647,11	4.988,37	4.988,37	-2.253.335,11
Investimentos	-	341.312,00	2.594.647,11	4.988,37	4.988,37	-2.253.335,11
Reserva de Contingência			-	-	-	-
Total Despesas Orçamentárias (II)	153.292.055,00	155.263.682,00	150.326.002,08	132.328.615,81	127.188.911,96	4.937.679,92
Resultado Orçamentário III = (I - II) DÉFICIT						149.934.405,16

Fonte: Siafi.

Quadro 30 - Execução dos Restos a Pagar

	Inscritos	Liquidados	Cancelados	Pagos	Saldo a Pagar
Restos a Pagar Não Processados	44.252.384,66	29.744.771,24	6.034.412,89	29.032.148,76	9.185.823,01
Restos a Pagar Processados	4.968.282,39	-	-	4.805.494,74	162.787,65

Fonte: Siafi.

Quadro 31 - Balanço Financeiro

	2021	2020
Receitas Orçamentárias	391.596,92	866.889,73
Vinculadas	391.596,92	866.889,73
Transferências Financeiras Recebidas	323.638.086,34	307.060.842,28
Resultantes da Execução Orçamentária	264.095.774,13	269.027.037,80
Repasse Recebido	131.334.957,30	133.169.595,15
Sub-repasse Recebido	132.760.816,83	135.857.442,65
Independentes da Execução Orçamentária	59.542.312,21	38.033.804,48
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	59.504.069,78	37.892.829,34
Movimentação de Saldos Patrimoniais	38.242,43	140.975,14
Recebimentos Extraorçamentários	23.775.486,83	21.733.771,74
Inscrição em Restos a Pagar Processados	5.139.703,85	4.825.508,83
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	17.997.386,27	16.662.487,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	29.885,18	108.196,38
Outros Recebimentos extraorçamentários	608.511,53	137.578,89
Arrecadação de Outra Unidade	608.511,53	29.709,64
Demais Recebimentos	-	107.869,25
Sado Exercício Anterior	8.264.465,33	13.209.961,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.264.465,33	13.209.961,63
Total dos Ingressos	356.069.635,42	342.871.465,38

Fonte: Siafi.

Quadro 32 - Dispêndios

Dispêndios		
Despesas Orçamentária	150.326.002,08	152.895.296,16
Ordinária	131.274.438,71	100.658.360,33
Vinculadas	19.051.563,37	52.236.935,83
Seguridade Social (Exceto Previdência)	8.406.268,80	539.096,85
Previdência Social (RPPS)	8.420.976,82	12.866.868,50
Dívida Pública	-	35.118.863,48
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.224.317,75	3.712.107,00
Transferências Financeiras Concedidas	164.320.245,63	157.398.967,35
Resultantes da Execução Orçamentária	133.402.655,01	136.003.853,23
Repasse Concedido	635.357,10	146.410,58
Sub-repasse Concedido	132.760.816,83	135.857.442,65
Repasse Devolvido	6.481,08	-
Independentes da Execução Orçamentária	30.917.590,62	21.395.114,12
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	30.076.597,86	21.365.404,48
Demais Transferências Concedidas	232.481,23	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	608.511,53	29.709,64
Pagamentos Extraorçamentários	33.871.937,22	24.312.736,54
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	4.805.494,74	5.050.732,25
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	29.032.148,76	19.198.791,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	34.293,72	63.002,93
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	210,00
Outros Pagamentos	-	210,00
Sado Exercício Seguinte	7.551.450,49	8.264.465,33

Caixa e Equivalentes de Caixa	7.551.450,49	8.264.465,33
Total dos Dispendios	356.069.635,42	342.871.465,38

Fonte: Siafi.

Quadro 33 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa

Especificação	2021	2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	15.243.738,86	-626.541,57
Ingressos	324.668.079,97	308.173.507,28
Receita Patrimonial	20.646,01	70.561,45
Receita de Serviços	369.305,68	787.149,08
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.645,23	9.179,20
Outros Ingressos Operacionais	324.276.483,05	307.306.617,55
Ingressos Extraorçamentários	29.885,18	108.196,38
Transferências Financeiras Recebidas	323.638.086,34	307.060.842,28
Arrecadação de Outra Unidade	608.511,53	29.709,64
Demais Recebimentos	-	107.869,25
Desembolsos	-309.424.341,11	-308.800.048,85
Pessoal e Demais Despesas	-134.556.505,58	-140.793.148,18
Administração	-5.412,50	-
Previdência Social	-23.224.951,29	-21.997.046,69
Educação	-3.082,40	-7.449,87
Cultura	-110.452.539,34	-118.387.533,70
Direitos da Cidadania	-870.520,05	-263.952,18
Comércio e Serviços	-	-136.955,74
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-210,00
Transferências Concedidas	-10.513.296,18	-10.544.930,39
Intergovernamentais	-110.000,00	-104.453,09
A Estados e/ou Distrito Federal	-110.000,00	-
A Municípios	-	-104.453,09
Intragovernamentais	-7.680.382,68	-8.193.896,88
Outras Transferências Concedidas	-2.722.913,50	-2.246.580,42
Outros Desembolsos Operacionais	-164.354.539,35	-157.461.970,28
Dispendios Extraorçamentários	-34.293,72	-63.002,93
Transferências Financeiras Concedidas	-164.320.245,63	-157.398.967,35
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-15.956.753,70	-4.318.954,73
Desembolsos	-15.956.753,70	-4.318.954,73

Aquisição de Ativo Não Circulante	-15.900.700,67	-3.557.295,57
Outros Desembolsos de Investimentos	-56.053,03	-761.659,16
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	-713.014,84	-4.945.496,30
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	8.264.465,3	13.209.961,63
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	7.551.450,49	13.209.961,63

Fonte: SIAFI 2022.

Quadro 34 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL							
ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial do Exercício 2020					433.907.479,40		433.907.479,40
Ajustes de Exercícios Anteriores					1.137.361,26		1.137.361,26
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos					-0,29		-0,29
Resultado do Exercício					11.088.849,59		11.088.849,59
Saldo Final do Exercício 2020					446.133.689,96		446.133.689,96
Saldo Inicial do Exercício 2021					446.133.689,96		446.133.689,96

Ajustes de Exercícios Anteriores					-192.002,57		-192.002,57
Resultado do Exercício					-3.194.992,26		-3.194.992,26
Saldo Final do Exercício 2021					442.746.695,13		442.746.695,13

Fonte: SIAFI.

8.4 - Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 8ª edição) e o Manual Siafi.

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e tiveram como escopo as informações consolidadas a nível de órgão, ou seja, engloba as contas desta Autarquia com suas unidades vinculadas.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- Notas Explicativas

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas na conta única.

8.5 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual Siafi.

- Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

- Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- Depósitos Restituíveis - São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.
- Créditos a curto prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- Estoques - Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição (custo) ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado (valor justo).
- Ativo realizável a longo prazo - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados

da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

- Imobilizado - O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo, ou seja, aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- Intangível - Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).
- Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data em que o bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.
- Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado

em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

- Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;
- Passivos circulantes e não circulantes – As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.
- Benefícios a empregados - Benefícios a empregados. Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.
- Ativos e Passivos Contingentes – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- Apuração do Resultado - Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas; se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário será Déficit Patrimonial.
- No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada; se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.
- No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior; se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

8.6 - Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

No contexto da União, ficaram definidos os prazos apresentados no quadro anexo à Portaria STN nº 548/2015 <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/publicado-o-plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais> que cita a situação em que se encontra cada procedimento: implantado, em andamento, não iniciado.

8.6.1 - Principais mudanças nas práticas e procedimentos contábeis

- a. Desreconhecimento dos créditos relativos a Diversos Responsáveis: a CCONT procedeu o desreconhecimento destes créditos decorrentes de falta/irregularidades na comprovação das Tomadas de Contas Especiais. Os valores pendentes de julgamento devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo deve ser reconhecido somente quando tiver a decisão definitiva do TCU com a devida imputação de débito.
- b. Desreconhecimento dos créditos relativos a Adiantamento de Transferências Voluntárias: a CCONT, em atendimento ao acórdão TCU 1320/2017, efetuou os lançamentos contábeis de desreconhecimento destes créditos tendo em vistas por não preencher os requisitos do conceito de ativo de acordo com a NBC TSP, Estrutura Conceitual e o MCASP. Entretanto, nas contas de controle, estão preservados os registros com vistas ao devido acompanhamento da prestação de contas pelos convenientes aos seus órgãos concedentes.

8.6.2 - Acesso à Informação - Publicação das DCON

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas estão publicadas no site do Ibram e podem ser acessadas na sua íntegra por meio do endereço eletrônico <https://www.museus.gov.br/demonstracoes-contabeis/>.

8.6.3 - Notas Explicativas dos Itens das Demonstrações Contábeis

Quadro 35 - Caixa e Equivalente de Caixa (Composição)

	DEZ/21	DEZ/20	AV%	AH%
Demais contas – Caixa Econômica Federal	45.271,59	49.680,13	0,60	(8,87)
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS	1.724.772,59	3.429.659,47	22,84	(49,71)
Limite de Saque c/ Vinc. de Pagamento - ORDEM PAGTO – OFSS – (autorização)	5.781.406,31	4.785.125,73	76,56	20,82
	7.551.450,49	8.264.465,33	100,00	(8,63)

Fonte: Tesouro Gerencial.

A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” do Ibram tem, em sua composição, recursos aplicados na conta “Demais Contas – CEF”, valores relativos a depósito em caução, e recursos disponíveis para fazer frente aos encargos assumidos na execução da despesa que, em dezembro/2021, correspondeu a menos de 1% dos recursos do órgão.

Ressaltamos que esses valores são obrigatoriamente depositados na Caixa Econômica Federal. A diminuição do valor registrado na conta “Demais Contas – CEF” de um ano para o outro se fundamenta pela redução de diversos postos nos contratos continuados das Unidades Gestoras do Ibram, o que implica em um valor menor de contrato e conseqüentemente um valor menor de depósitos em cauções.

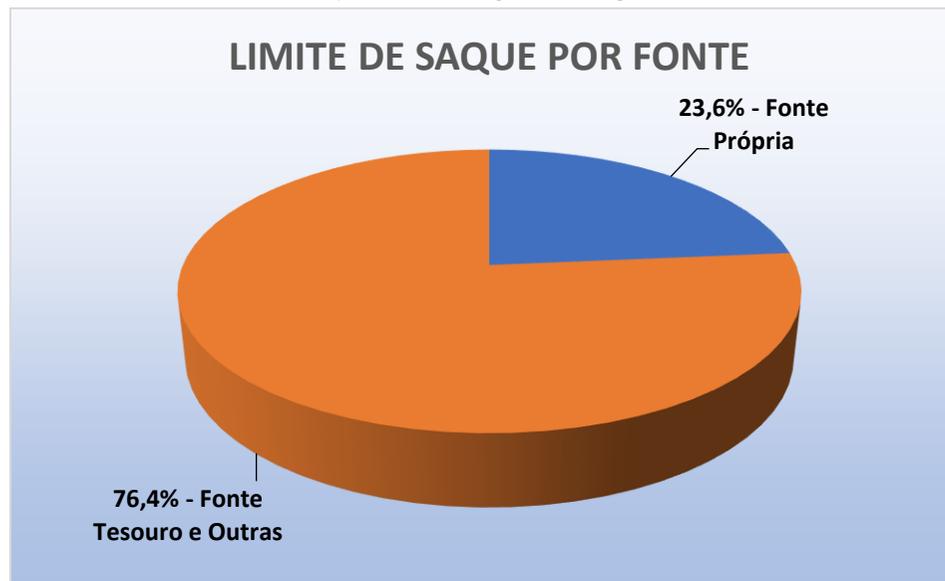
A conta “Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento” compreende recursos provenientes do Tesouro e recursos próprios, os quais advêm de arrecadações das unidades museológicas, entre outros. Esses recursos atendem a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Ao final de cada exercício, parte dos recursos não utilizados são devolvidos ao Tesouro Nacional. Em 2021, os recursos

apresentaram uma variação negativa de quase 8,5% com relação ao exercício anterior tendo em vista a baixa arrecadação própria em virtude do fechamento dos museus, em cumprimento às medidas de segurança no enfrentamento à pandemia da Covid-19.

O saldo relacionado à terceira conta do Gráfico 26, “Limite de Saque c/ vinculação de pagamento – OFSS (autorização)” é referente à pendência na autorização de pagamento por parte dos gestores, já que a efetivação do pagamento da folha de pessoal ocorrer sempre no primeiro dia útil do mês subsequente.

Gráfico 26 - Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento - OFSS - Por fonte



Fonte: Siafi.

Quadro 36 - Demais Créditos Adiantamentos Concedidos

CCon - Título (4)	Mês Lançamento	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	13 SALARIO - ADIANTAMENTO	310.386,08	1.235.349,25	86,52	(74,87)
	ADIANTAMENTO DE FERIAS	-	-	0,00	-
	SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	48.369,16	168.076,16	13,48	(71,22)
	ADIANTAMENTO CONCEDIDO	-	-	-	-
	Total	358.755,24	1.403.425,41	11,88	(74,44)
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO		2.660.579,60	1.968.857,60	88,12	35,13
Total		3.019.334,84	3.372.283,01	100,00	(10,47)

Fonte: Tesouro Gerencial.

A conta “Adiantamentos Concedidos” compreende os valores em transações realizáveis em curto prazo no que tange à folha de pessoal, com destaque para a conta de adiantamento de 13º Salários detém mais de 86% do valor total da conta no que se refere à folha de pagamento. Importa ressaltar que a legislação em vigor concede ao servidor, a cada mês trabalhado, direito a receber o duodécimo da remuneração, a título de 13º salário cujo saldo adiantado é descontado proporcionalmente ao longo dos meses efetivamente trabalhados.

Vale ressaltar que os adiantamentos relativos à folha de pagamento representam apenas pouco mais de 11% em relação ao montante de Créditos de Adiantamentos Concedidos pelo Ibram. Sendo o restante formado por Termo de Execução Descentralizada.

A conta "Outros Créditos a Receber" se refere aos Termo de Execução Descentralizada, firmado com outros órgãos da Administração Federal, cujos valores foram transferidos visando a execução de projetos de interesse do Ibram, tais como: pesquisas relativas ao

campo museal brasileiro, programas de acervos digitais (acervo em rede) e outros. Percebe-se que houve um aumento de pouco mais de 35% com relação aos repasses do exercício de 2020.

Quadro 37 - Estoques (Ativo Circulante)

Mês Lançamento	DEZ/21	DEZ/20	AV%	AH%
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	95,70	165,60	0,03	(42,21)
Gêneros De Alimentação	10.287,79	19.065,81	3,64	(46,04)
Material De Caça E Pesca	77,97	77,97	0,03	0,00
Material p/ Festividades e Homenagens	11.055,00	-	3,92	-
Material de Expediente	74.253,45	71.580,25	26,30	3,73
Material de TIC - Material de Consumo	28.151,48	29.894,33	9,97	(5,83)
Material de Acondicionamento e Embalagem	5.397,96	5.646,69	1,91	(4,40)
Material de Copa e Cozinha	3.900,66	7.206,26	1,38	(45,87)
Material de Limpeza e Prod. De Higienização	9.152,01	2.597,77	3,24	252,30
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	132,80	847,80	0,05	(84,34)
Material p/ Manut.de bens Imóveis/Instalações	58.657,71	36.249,30	20,78	61,82
Material p/ Manutenção de Bens móveis	8.975,52	9.566,61	3,18	(6,18)
Material Elétrico e Eletrônico	42.906,04	44.251,34	15,20	(3,04)
Material de Proteção e Segurança	12.218,33	6.976,57	4,33	75,13
Material para Comunicações	110,38	220,78	0,04	(50,00)
Material Laboratorial	306,00	306,00	0,11	0,00
Material Hospitalar	2.123,28	2.628,07	0,75	(19,21)
Material p/ Manutenção de Veículos	831,00	902,00	0,29	(7,87)
Ferramentas	2.126,44	2.199,77	0,75	(3,33)

Material de Sinalização Visual e Outros	2.675,05	843,74	0,95	217,05
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	5.402,00	-	1,91	-
Discotecas e Filmotecas Não Imobilizável	1.074,21	-	0,38	-
Outros	2.413,40	2.413,40	0,85	0,00
Total	282.324,18	243.640,06	100,00	15,88

Fonte: Tesouro Gerencial

A conta “Estoques” é composta por materiais cujo objetivo é suprir as unidades na sua prestação de serviço. Conforme demonstrado no Quadro 38, verifica-se que os itens mais significativos são “Materiais de Expediente” e “Material p/ Manut.de bens Imóveis/Instalações” com 26,3% e 20,8% respectivamente.

Na análise horizontal, comparando os períodos, verifica-se que ocorreu um acréscimo no total de 15,88% com ênfase nos “Material p/ Manut.de bens Imóveis/Instalações” que já possuía um valor significativo em relação ao total da conta de estoques e sofreu um acréscimo de aproximadamente 62% em sua composição.

Quadro 38 - Bens Móveis (Composição)

Mês Lançamento	DEZ/21	DEZ/20	AV%	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	5.010.683,98	4.965.691,87	9,86	0,91
Bens de Informática	7.962.274,04	7.919.667,88	15,67	0,54
Móveis e Utensílios	10.034.623,00	8.855.064,19	19,74	13,32
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	25.474.023,91	25.427.700,91	50,12	0,18
Veículos	765.483,86	642.583,86	1,51	19,13

Demais Bens Móveis	5.010.683,98	4.965.691,87	9,86	0,91
Valor Contábil Total	50.913.603,8	49.475.153,72	100,00	
Depreciação / Amortização Acumulada	(88.712,64)	(88.712,64)	0,00	0,00
Total	50.824.891,16	49.386.441,08		

Fonte: Tesouro Gerencial.

Dos bens móveis do Ibram, sobressai o “Material Cultural, Educacional e de Comunicação” que representa 50% do valor total. Deste item, o mais expressivo é o acervo dos museus, composto por coleções, materiais culturais, obras para exposição, coleções bibliográficas, instrumentos musicais e outros, que corresponde a 89%, conforme evidenciado no Gráfico 27:

Gráfico 27 - Material Cultural, Educacional e de Comunicação



Fonte: Tesouro Gerencial.

Contudo, a referida conta contábil “Material Cultural, Educacional e de Comunicação” permanece subavaliada, não correspondendo à realidade do acervo das unidades museológicas. Conforme identificado no Relatório de Inventário Anual, portanto, o saldo não fornece informações precisas ou fidedignas. Isso acontece devido à dificuldade que as unidades museológicas têm encontrado para atribuir valor aos bens do acervo e às obras de arte levando em conta a especificidade desse bem; por sua natureza, subjetividade e raridade.

Todavia, com a publicação da Portaria STN 548, 24/9/2015, o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural se tornaram obrigatórios e as unidades museológicas já estão envidando esforços para cumprir a norma a fim de que os registros dessa conta passem a expressar a realidade dos valores dos acervos e das peças que se encontram em nossos museus.

É possível observar também que não houve variação na conta “Depreciação/Amortização Acumulada” pela falta de utilização de sistema informatizado gerenciador de bens móveis.

No Ibram, os “Bens de Uso Especial” representam quase a totalidade do valor da conta de Bens Imóveis, e compreendem os imóveis residenciais/comerciais, edifícios, terrenos/glebas, museus/palácios e salas. Nota-se que houve um aumento de 243,7% na conta “Bens Imóveis em Andamento”, fruto da execução de obras de reformas estruturais e restauração arquitetônicas em algumas das unidades museológicas do Ibram.

Dos bens imóveis que somam R\$ 411.861.580,62, apenas 2,90% foram depreciados, o que demonstra um baixo grau de depreciação, pois depende de implementações no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) da Secretaria de Patrimônio da União.

Quadro 39 - Bens Imóveis (Composição)

Mês Lançamento	DEZ/21	DEZ/20	AV%	AH%
Bens de Uso Especial	405.306.416,88	408.146.578,73	98,41	(0,70)
Bens Imóveis em Andamento	18.362.046,13	5.342.306,19	4,46	243,71
Instalações	121.000,00	121.000,00	0,03	0,00
Valor Contábil Total	423.789.463,01	413.609.884,92	100,00	
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(11.927.882,39)	(11.581.931,68)	2,90	
Total	411.861.580,62	402.027.953,24		

Fonte: Tesouro Gerencial.

Dos bens de Uso Especial, destacam-se os “Museus e Palácios” que representam 87% seguido de “Imóveis Residenciais/Comerciais” com 13%, conforme Gráfico 28:

Gráfico 28 - Bens de Uso Especial



Fonte: Tesouro Gerencial.

Quadro 40 - Ganhos com Incorporação de Passivo

Mês Lançamento	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%
MUSEU HISTORICO NACIONAL	119.291,02	43.834,53	0,64	172,14
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM	18.662.063,19	3.113.933,64	99,36	499,31
IBRAM - SEDE	-	184.530,00	0,00	(100,00)
Total	18.781.354,21	3.342.298,17	100	461,93

Fonte: Tesouro Gerencial

O aumento significativo de aproximadamente 462% se refere a repasses financeiros que ocorreram visando a execução de obras de restauração nos museus. O Termo de Execução Descentralizada foi o instrumento utilizado para firmar essa execução, que é a descentralização de créditos entre órgãos da Administração Pública Federal para executar ações de interesse da unidade repassadora.

Percebe-se que o Ibram deteve quase a totalidade do recurso recebido (99,36%) objetivando a ampliação, modernização e restauração das seguintes unidades: Museu da Abolição, Museu Casa Histórica de Alcântara, Museu Histórico Nacional e Museu Villa-Lobos.

Além disso, a transferência financeira contribuiu para a criação do Museu Villa-Lobos digital, por meio da implantação de duas linhas de pesquisa e digitalização de 100% do acervo documental e museológico e a criação do novo *website* bilíngue.

Quadro 41 - Ganhos com Desincorporação de Ativos

Mês Lançamento	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%
MUSEU HISTORICO NACIONAL - RIO DE JANEIRO	734.623,62	-	25,84	-
MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES - RIO DE JANEIRO	1.575.734,06	-	55,41	-
MUSEU DA REPUBLICA - RIO DE JANEIRO	52.847,19	-	1,86	-
MUSEU DA INCONFIDENCIA - OURO PRETO	4.536,00	-	0,16	-

MUSEU VILLA-LOBOS - RIO DE JANEIRO	-	27.699,98	0,00	(100,00)
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM	475.778,00	371.304,10	16,73	28,14
Total	2.843.518,87	399.004,08	100,00	612,65

Fonte: Tesouro Gerencial.

Neste quadro, demonstramos os valores relativos à execução de obras de restauração, reformas e projetos executivos nas dependências dos museus. A conta "Ganho com Desincorporação de Ativo" trata do somatório dos custos com essas despesas de investimento para posterior incorporação ao valor do imóvel (reconhecimentos no Ativo Imobilizado). As obras de restauração realizadas em 2021 nos museus elencados no quadro acima ultrapassam 28%, conforme é verificado na análise horizontal. Comparativamente, o destaque se dá para o Museu Nacional de Belas Artes, que detém 55% do total da execução das obras.

Quadro 42 - Contratos em Execução

Contratos	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%
Aluguéis	339.359,71	-	0,67	-
Fornecimento de Bens	26.862,71	28.801,44	0,05	(6,73)
Serviços	50.509.216,92	62.672.367,48	99,28	(19,41)
Total	50.875.439,34	62.701.168,92		

Fonte: Tesouro Gerencial.

As obrigações com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pela entidade com 99% do total das contratações, que está desmembrado no Quadro 44:

Quadro 43 - Ganhos com Desincorporação de Ativos

Mês Lançamento	DEZ/2021	DEZ/2020	AV%	AH%
IBRAM - SEDE	17.014.464,67	29.232.733,43	33,69	(41,80)
MUSEU DA REPUBLICA - RIO DE JANEIRO	7.874.536,92	7.860.569,13	15,59	0,18
MUSEU IMPERIAL - PETROPOLIS	5.780.525,44	1.707.820,58	11,44	238,47
MUSEU HISTORICO NACIONAL - RIO DE JANEIRO	5.163.845,34	7.402.124,79	10,22	(30,24)
ESCRITORIO DE REPRESENTACAO DO IBRAM/RJ	5.059.826,74	3.357.254,47	10,02	50,71
MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES -RIO DE JANEIRO	4.513.472,21	6.127.687,12	8,94	(26,34)
ESCRITORIO DE REPRESENTACAO DO IBRAM/MG-ES	1.627.750,83	3.725.924,91	3,22	(56,31)
MUSEUS RAYMUNDO OTTONI DE CASTRO MAYA/RJ	1.342.368,42	1.214.253,65	2,66	10,55
MUSEU LASAR SEGALL - SAO PAULO	1.071.926,98	870.561,41	2,12	23,13
MUSEU DA INCONFIDENCIA - OURO PRETO	753.266,58	850.252,89	1,49	(11,41)
MUSEU VILLA-LOBOS - RIO DE JANEIRO	307.232,79	323.185,10	0,61	(4,94)

Total	50.509.216,92	62.672.367,48	100,00	(19,41)
--------------	----------------------	----------------------	---------------	----------------

Fonte: Tesouro Gerencial.

Percebe-se que o Ibram Sede possui o maior percentual nas contratações de serviços continuados, cujo percentual ultrapassa 33%, seguido do Museu da República, com 15,59%. Em 31/12/2021, a entidade encerrou o ano com um saldo de R\$ 50.509.216,92 de obrigações contratuais que serão executados nos próximos exercícios. No geral, houve uma redução de pouco mais de 19% nas contratações em virtude de corte nos postos de trabalho decorrente da pandemia do Covid-19.

Quadro 44 - Todas as Variações Patrimoniais Aumentativas

Mês Lançamento	DEZ21	DEZ20	AV%	AH%
Venda de Livros, Periódicos e Assemelhados	4.078,68	3.669,65	0,00	11,15
Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços	385.873,01	854.032,44	0,11	(54,82)
Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro	323.599.843,91	306.919.867,14	96,42	5,43
Doações e Ganhos Diversos	8.660.515,79	14.967.549,89	2,58	(42,14)
Reavaliação de Bens Imóveis	2.340.872,08	4.181.589,61	0,70	(44,02)
Restituições	608.497,61	29.539,77	0,18	1.959,93
Demais VPAs	1.659,15	9.357,51	0,00	(82,27)
Total	335.601.340,23	326.965.606,01	100,00	2,64

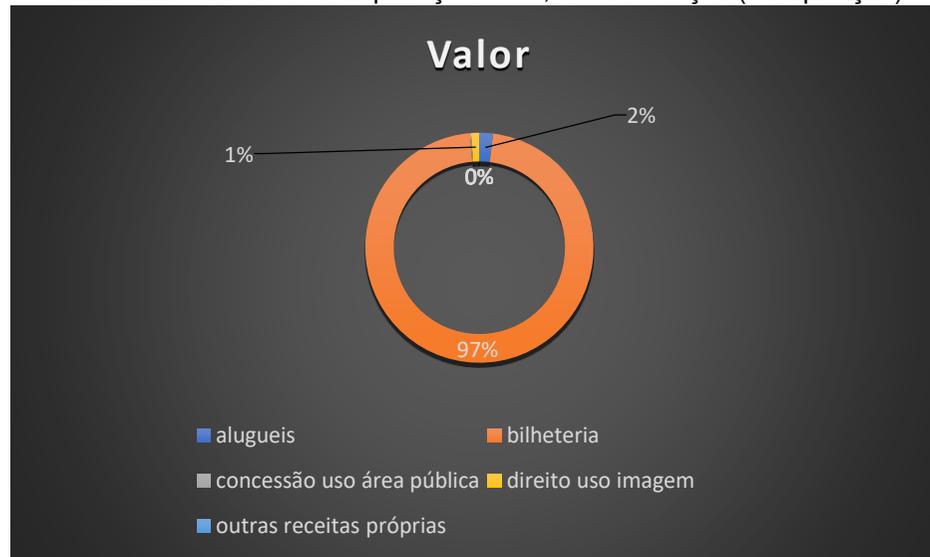
Fonte: Tesouro Gerencial.

Das Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) do Ibram, destacam-se as “Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro” que representaram, em 2021, cerca de 96%; mas, se comparado com 2020, obteve um aumento de 5,43%. Essas transferências têm o objetivo de fazer frente às despesas custeadas pelo Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do exercício e para o pagamento de “Despesas Inscritas em Restos a Pagar”. No geral, houve pouca diferença no crescimento das VPD’s em relação a 2020.

As atividades finalísticas dos museus estão registradas na conta “Valor Bruto Exploração Bens, Direitos e Serviços” e a que possui maior representatividade está relacionada à cobrança de ingressos para visitação nos museus, cujo percentual ultrapassa 97% do total, conforme demonstrado no Gráfico 29. Ocorre que a arrecadação caiu em mais de 54% em virtude do fechamento dos museus. Houve impacto negativo também em “Venda de Livros, Periódicos e Assemelhados” e “Demais VPAs, que compreendem receita de recebimento de aluguéis, serviço de cópias reprográficas, multas administrativas, em decorrência do fechamento das unidades museológicas no enfrentamento ao Coronavírus.

“Doações e Ganhos Diversos”, que se refere basicamente ao recebimento, por meio de doação, de aparelhos, equipamentos de comunicação, máquina, computadores e mobiliário em geral, também diminuíram bastante, cerca de 42% em relação ao exercício anterior. Outro destaque é para a “Restituições”, cujo percentual ultrapassa 1950% e consiste em restituições diversas ao Ibram.

Gráfico 29 - Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços (Composição)



8.7 - Outras Informações Relevantes

8.7.1 - Resultado Acumulado (Ajustes de Exercícios Anteriores)

No exercício de 2021, foram contabilizados, a título de ajustes de exercícios anteriores, o montante de R\$ 192.002,57, que trata de despesas e receitas de anos anteriores que foram reconhecidos no exercício atual, por mudança de práticas contábeis e/ou ajustes decorrentes de omissões e erros cometidos. Basicamente, este valor está relacionado às baixas de adiantamentos concedidos

(adiantamento de férias e 13º salário) referente a exercícios anteriores que já haviam sido descontados dos servidores, mas ainda estava contabilizado da unidade gestora da folha de pagamento, o que caracterizava resíduos de adiantamentos concedidos há longa data.

9. COMPETÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM)

Presidente do Instituto Brasileiro de Museus **Pedro Machado Mastrobuono**

Gabinete da Presidência (GAB) **Kelma Ferreira Câmara Leão de Abreu**

Núcleo de Relações Institucionais (NRI) **Carla Janne Farias Cruz**

Auditoria Interna (AUDIN) **Werner Neibert Bezerra**

Procuradoria Federal (PROFER) **Eliana Alves de Almeida Sartori**

Departamento de Planejamento e Gestão Interna (DPGI) **Paulo Guilherme Ribeiro Fernandes**

Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus (DDFEM) **Eneida Braga Rocha de Lemos**

Departamento de Processos Museais (DPMUS) **Alex Sandro Calheiros de Moura**

Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal (CGSIM) **Alexandre Cesar Avelino Feitosa**

Escritório de Representação Regional (Rio de Janeiro) **Vera Mangas da Silva**

Escritório de Representação Regional (Minas Gerais) **Cláudia Maria Chaves**

UNIDADES MUSEOLÓGICAS

Museu da Abolição (PE)

Museu Casa da Hera (RJ)

Museu da Inconfidência (MG)

Museu Casa da Princesa / Casa Setecentista (GO)

Museu Casa de Benjamin Constant (RJ)

Museu Casa Histórica de Alcântara (MA)

Museus Castro Maya (Museu Chácara do Céu/ Museu do Açude) (RJ)

Museu da República / Palácio Rio Negro (RJ)

Museu das Bandeiras (GO)

Museu das Missões (RS)

Museu de Arqueologia de Itaipu (RJ)

Museu de Arte Religiosa e Tradicional (RJ)

Museu de Arte Sacra da Boa Morte (GO)

Museu de Arte Sacra de Paraty (RJ)

Museu do Diamante (MG)

Museu do Ouro / Casa de Borba Gato (MG)

Museu Forte Defensor Perpétuo (RJ)

Museu Histórico Nacional (RJ)

Museu Imperial / Casa de Cláudio de Souza / Casa Geyer (RJ)

Museu Lasar Segall (SP)

Museu Nacional de Belas Artes (RJ)

Museu Regional Casa dos Ottoni (MG)

Museu Regional de Caeté (MG)

Museu Regional de São João del Rei (MG)

Museu Solar Monjardim (ES)

Museu Victor Meirelles (SC)

Museu Villa-Lobos (RJ)

Edição: Núcleo de Relações Institucionais (NRI)



RELATÓRIO DE GESTÃO

exercício 2021